



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PAUTA DA 1ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**04/02/2026
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

Presidente: Senadora Damares Alves

Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL
quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	SUG 14/2020 - Não Terminativo -	SENADOR STYVENSON VALENTIM	15
2	PRS 56/2020 - Não Terminativo -	SENADOR WEVERTON	22
3	SUG 14/2022 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	35
4	PL 3671/2024 - Não Terminativo -	SENADOR MAGNO MALTA	49
5	PL 781/2022 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	58
6	PL 4366/2024 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	67

7	PL 4426/2025 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	75
8	PL 1146/2023 - Não Terminativo -	SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES	89
9	PL 432/2025 - Não Terminativo -	SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES	106
10	SUG 5/2025 - Não Terminativo -	SENADOR MARCOS DO VAL	115
11	REQ 11/2026 - CDH - Não Terminativo -		134
12	REQ 12/2026 - CDH - Não Terminativo -		139
13	REQ 13/2026 - CDH - Não Terminativo -		143
14	REQ 14/2026 - CDH - Não Terminativo -		148
15	REQ 15/2026 - CDH - Não Terminativo -		152
16	REQ 16/2026 - CDH - Não Terminativo -		157
17	REQ 17/2026 - CDH - Não Terminativo -		161
18	REQ 18/2026 - CDH - Não Terminativo -		166
19	REQ 19/2026 - CDH - Não Terminativo -		170

20	REQ 20/2026 - CDH - Não Terminativo -		173
21	REQ 21/2026 - CDH - Não Terminativo -		178

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)				
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	
Giordano(S/Partido)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623	
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148	
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(PL)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652	
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 VAGO(9)(23)(19)		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)				
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301	
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Vanderlan Cardoso(PSD)(24)(4)(25)	GO 3303-2092 / 2099	
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGLER		
VAGO(22)(20)		4 VAGO		
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)				
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679	
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Bruno Bonetti(PL)(28)(2)	RJ 3303-6519 / 6517 / 6520	
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756	
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)				
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655	
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940	
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235	
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)				
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(26)(27)(5)	SE 3303-1763 / 1764	
Damares Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292	

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).

- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
- (24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
- (25) Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).
- (26) Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN).
- (27) Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN).
- (28) Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 4 de fevereiro de 2026
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

1ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Semipresencial e alteração na ordenação dos itens. (03/02/2026 18:52)

PAUTA

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 14, DE 2020

- Não Terminativo -

"Piso nacional para Policiais Militares".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição.

Observações:

Tramitação: CDH

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2020

- Não Terminativo -

Reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 14, DE 2022

- Não Terminativo -

"Fixa aos Fonoaudiólogos piso salarial de R\$ 5.000,00, por 30 horas semanais"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2024

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

Autoria: Senador Beto Martins

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 5**PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 6**PROJETO DE LEI Nº 4366, DE 2024****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 7**PROJETO DE LEI Nº 4426, DE 2025****- Não Terminativo -**

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de

imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1146, DE 2023

- Não Terminativo -

Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.

Autoria: Senador Marcelo Castro

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, com seis Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2025

- Não Terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substituto) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CE

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 5, DE 2025

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

Observações:

Tramitação: CDH

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 11

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 11, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 12

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 12, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Novembro Roxo”, dedicada à prematuridade e à atenção neonatal, em alusão ao Dia Mundial do Bebê Prematuro(17 de novembro), bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 13

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando, como recorte temático, os impactos da exclusão educacional e social vivenciada na infância e adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 14****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o Balanço e a Prestação de Contas das atividades desenvolvidas pela Comissão no Biênio 2025–2026, bem como realizara apresentação institucional das principais entregas, ações, audiências públicas, diligências, encaminhamentos e iniciativas realizadas no período.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 15****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Setembro Amarelo”, voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas de promoção da saúde mental no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 16****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 17****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 17, DE 2026**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Agosto Dourado” – Mês do Aleitamento Materno, seus

impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, DE 2026

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Junho Violeta.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, DE 2026

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário, no âmbito da Comissão de Direitos Humano se Legislação Participativa – CDH, com o tema “Fortalecimento dos Conselhos Tutelares”, a ser realizado no dia 18 de novembro de 2026, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, em Brasília/DF.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2026

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Registro Civil de Nascimento e a Garantia de Direitos na Infância, enquanto pilar estruturante da cidadania, da proteção integral e da prevenção de graves violações de direitos humanos.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2026

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos da Menina, em alusão ao Dia Internacional da Menina (11 de outubro), instituído pela Organização das Nações Unidas, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à proteção integral de meninas no Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)

1

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão (SUG) nº 14, de 2020, do Programa e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, oriunda da *Proposta de Ideia Legislativa nº 132.867, sob o título “Piso nacional para Policiais Militares”*.

Relator: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Trata-se de examinar a Sugestão (SUG) nº 14, de 2020, enunciada na ementa em epígrafe.

A SUG em análise recebeu, mediante o Portal e-Cidadania, o apoio de 20.753 pessoas, das quais cerca de dois terços são dos Estados de São Paulo, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

A matéria tramita nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) desde julho de 2020 e foi distribuída, sucessivamente, a sete relatores que não chegaram a emitir relatório a respeito, tendo vindo, finalmente, para a nossa relatoria.

II – ANÁLISE

Dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, art. 102-E, inciso I, que compete à CDH opinar sobre *sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional*.

Não obstante tratar-se de sugestão oriunda de ideia legislativa oferecida por um cidadão, que não deveria ser acolhida em face do citado

dispositivo regimental – o qual legitima a apresentação de sugestão apenas às pessoas jurídicas ali indicadas – esta Comissão tem apreciado ideias legislativas de cidadãos com base no Ato da Mesa nº 3, de 2011, que *institui o Programa e o Portal e-Cidadania, com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos, por meio da tecnologia da informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa*, podendo ser citadas como exemplos as ideias que resultaram nas Sugestões nºs 7, 8, 12 e 15, todas de 2014, e nº 2, de 2015.

De acordo com o inciso V do art. 2º do mencionado Ato, o Programa e-Cidadania *contará com instrumentos e recursos tecnológicos de interação entre a sociedade e o Senado Federal, baseados no uso da internet e outros canais de comunicação interativos, com vistas a proporcionar mecanismos pelos quais os cidadãos brasileiros possam oferecer sugestões de textos legislativos, em conformidade com os preceitos constitucionais e regimentais estabelecidos*.

Preliminarmente, devemos ressaltar que a pretensão de instituir um piso remuneratório para os policiais militares (devendo incluir, ademais, os que compõem os corpos de bombeiros militares) vem sendo objeto de debate, já há bastante tempo, no Congresso Nacional.

O assunto que é objeto da Sugestão em exame, já foi tratado pelo Senado Federal (SF) ao aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 41, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *institui o piso salarial para os servidores policiais*.

A referida PEC foi aprovada, em segundo turno, nesta Casa em 2 de dezembro de 2009, e remetida, em 9 de dezembro do mesmo ano, à apreciação da Câmara dos Deputados (CD), onde tramita como PEC nº 446, de 2009.

A CD aprovou, em 6 de julho de 2010, em primeiro turno, a Emenda Aglutinativa nº 2 à PEC nº 446, de 2009. Em seguida, em 13 de julho, foi aprovada a redação final para o segundo turno. Iniciada a discussão para a votação em segundo turno, no dia 4 de agosto do citado ano, ainda não foi concluída a deliberação final sobre a matéria, não obstante a proposição ser objeto de inúmeros requerimentos para a sua inclusão na Ordem do Dia, tendo sido o último apresentado em 29 de maio do corrente ano.

Ademais, pisos salariais nacionais já foram instituídos para:

a) os profissionais da educação escolar pública, pela Emenda Constitucional (EC) nº 53, de 19 de dezembro de 2006;

b) os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, pela EC nº 63, de 4 de fevereiro de 2010; e

c) o enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira, pela EC nº 124, de 15 de julho de 2022.

Não há razão, por conseguinte, para que não se inclua nesse rol, a aprovação pelo Congresso Nacional do *Piso nacional para Policiais Militares*, conforme propõe a Sugestão em exame, inclusive para os que integram os corpos de bombeiros militares.

Quanto ao mérito, concordamos com a informação que consta da “ficha informativa” que se encontra anexada ao ofício do Diretor da Secretaria das Comissões ao Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), observando a respeito desta matéria:

Os Policiais Militares de todo país executam o policiamento preventivo e repressivo nas ruas, são os que mais morrem em decorrência da atividade profissional, o mesmo tipo que mata no norte, mata no sul, e a vida de um Policial não tem maior ou menor valor por decorrência do estado que trabalha. (sic)

Por isso precisamos que seja implantado um piso salarial nacional, é o mínimo de reconhecimento profissional necessário para um seguimento que coloca a vida em risco para defender a população independente da região do país em que trabalha, o risco é iminente e a categoria chama por reconhecimento profissional. (sic)

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos favoravelmente à Sugestão nº 14, de 2020, com a apresentação da seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2025

Institui o piso salarial nacional para os policiais militares e corpos de bombeiros militares.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º-A e 6º-B:

"Art. 144.

.....

§ 6º-A Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para os policiais militares e corpos de bombeiros militares.

§ 6º-B A União, no que concerne ao Distrito Federal, e os Estados adequarão, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 6º-A deste artigo, a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos em lei.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 20/2020/SCOM

Brasília, 29 de junho de 2020

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 132867.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Diretor da Secretaria de Comissões



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 132867

Título

Piso nacional para Policiais Militares.

Descrição

Os Policiais Militares de todo país executam o policiamento preventivo e repressivo nas ruas, são os que mais morrem em decorrência da atividade profissional, o mesmo tiro que mata no norte, mata no sul, e a vida de um Policial não tem maior ou menor valor por decorrência do estado que trabalha. (sic)

Mais detalhes

Por isso precisamos que seja implantado um piso salarial nacional, é o mínimo de reconhecimento profissional necessário para um seguimento que coloca a vida em risco para defender a população, independente da região do país em que trabalha, o risco é iminente e a categoria chama por reconhecimento profissional. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Claudemir J Cabrera

E-mail: claudemircabrera@bol.com.br

UF: PR

Data da publicação da ideia: 28/02/2020

Data de alcance dos apoios necessários: 27/06/2020

Total de apoios contabilizados até 29/06/2020: 20.753

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=132867>

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2020

Reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros e pardos 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de funções comissionadas e de cargos em comissão da unidade de lotação for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de funções comissionadas ou de cargos em comissão reservados a negros e pardos, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

Art. 2º Poderão ocupar as funções comissionadas e cargos em comissão reservados a negros e pardos aqueles que assim se autodeclararem em seus assentamentos funcionais, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Na hipótese de não haver número de servidores efetivos negros e pardos suficiente para ocupar as funções comissionadas reservadas, as funções comissionadas remanescentes poderão ser ocupadas pelos demais servidores efetivos.

§ 1º Considera-se não haver número suficiente de servidores efetivos negros ou pardos caso esses, quando não ocupantes de outras

funções comissionadas ou ocupantes de funções comissionadas de menor nível, manifestem por escrito não ter interesse em assumir a posição vaga.

§ 2º Considera-se não haver número suficiente de servidores efetivos negros ou pardos quando as atribuições da função comissionada exijam formação específica na área de atuação e não houver servidor efetivo negro ou pardo com a formação necessária, desde que essa situação seja atestada de forma fundamentada, circunstanciada e mediante expediente assinado pelo Diretor-Geral do Senado Federal, sob sua responsabilidade.

§ 3º No caso do §2º, o Senado Federal oportunizará formação específica na área de atuação da função comissionada aos servidores efetivos negros e pardos em igualdade de condições com os demais servidores efetivos a fim de que possam ter acesso às funções comissionadas que vierem a vagar.

§ 4º Em nenhuma hipótese o servidor efetivo negro ou pardo será compelido a aceitar ou a recusar a função comissionada reservada.

Art. 4º A reserva de funções comissionadas e de cargos em comissão se dará no percentual de 20% (vinte por cento) para cada nível, sendo vedada reserva global da totalidade de funções comissionadas ou de cargos em comissão.

Art. 5º O Senado Federal manterá em seu portal na internet, de forma ostensiva e atualizada, quadro de funções comissionadas e de cargos em comissão reservados a negros e pardos, com informações sobre ocupação, vacância, unidade de lotação, unidade de exercício e o nome dos servidores que os ocupam.

Art. 6º Em nenhuma hipótese, esta Resolução implicará em dispensa ou exoneração de servidores já ocupantes de funções comissionadas ou de cargos em comissão, devendo a reserva incidir sobre as funções comissionadas e cargos em comissão que vierem a vagar após a data de vigência desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que criou a reserva de vagas para negros em concursos públicos, representou um grande passo na implementação de ações afirmativas para a correção de desigualdades históricas em nosso país.

No entanto, o que se percebe é que as posições estratégicas dentro dos órgãos públicos ainda são ocupadas por brancos, havendo poucos negros e pardos exercendo funções de destaque dentro do funcionalismo público.

O Senado Federal tem o dever de ser vanguardista no emprego de ações que visem a combater distorções que fortalecem preconceitos de ordem racial. É necessário, assim, que o Parlamento dê o exemplo para toda a sociedade e disponibilize a negros e pardos o acesso às posições estratégicas dentro de seus quadros, dando voz ao comando normativo exposto no inciso IV, do art. 3º da Constituição Brasileira, onde fica claro que um dos objetivos fundamentais da República é o de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de distinção.

Por essa razão, nada mais justo e adequado que a reserva de vagas não apenas para cargos efetivos mediante concurso público, mas também para cargos em comissão e para funções comissionadas no órgão.

Historicamente, esta e diversas outras Casas Legislativas incendiaram os noticiários com escândalos dos mais diversos envolvendo



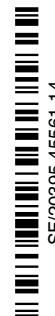
casos de corrupção e desvios em seus cargos comissionados, a exemplo da odiosa prática das “rachadinhas”.

Esta, então, é mais uma oportunidade que o Senado Federal tem de demonstrar responsabilidade, ética e justiça na destinação dos milhares de cargos comissionados que dispõe.

Compreende-se que os cargos comissionados são de livre nomeação e que, por isso, não têm a natureza permanente dos cargos efetivos. Entretanto, devido à relevância e ao grande número de cargos comissionados nesta Casa Legislativa, não faz sentido deixá-los fora do alcance de uma política de ação afirmativa para o provimento de cargos do Poder Legislativo.

Ademais, no tocante às funções comissionadas, até o presente momento, o Senado Federal nunca teve um servidor negro na posição de Diretor-Geral ou de Secretário-Geral da Mesa, por exemplo. Não se trata de uma mera coincidência, é a perfeita demonstração de que nenhum negro ainda integrou a alta administração da Casa, o que precisa mudar.

Por fim, o discurso de que os cargos em comissão e funções de confiança não devem respeitar a reserva de vagas por serem posições estratégicas de livre escolha da autoridade somente reforçam o racismo estrutural (e em alguns casos velado) de nosso país. Nesse aspecto, fica o questionamento: há, na visão de qualquer autoridade, alguma dificuldade em encontrar profissionais confiáveis e capacitados dentro de uma população



SF/20395.45561-14

negra e parda que representa respectivamente 9,4% e 46,8%¹ de todos os brasileiros? Obviamente que não.

Desse modo, não há qualquer óbice razoável ou justo para que o Senado Federal se furte do papel de promoção da igualdade racial na destinação de suas funções comissionadas e de seus cargos em comissão, razão pela qual peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da medida.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)



¹ <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> .
Acesso em 02/12/2020 às 14h45



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2020

Reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso IV do artigo 3º
- Lei nº 12.990, de 9 de Junho de 2014 - Lei de Cotas Raciais em Concursos Públicos; Lei de Cotas no Serviço Público; Lei de Cotas Raciais para Concursos Públicos - 12990/14
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;12990>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Weverton

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2020, do Senador Fabiano Contarato, que *reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos*.

Relator: Senador **WEVERTON**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 56, de 2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que *reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos*.

O PRS está estruturado em sete artigos. O art. 1º objetiva reservar 20% das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal a pessoas negras e pardas. Os §§ 1º e 2º do referido artigo dispõem que a reserva de vaga será aplicada sempre que o número de cargos e funções da unidade for igual ou superior a três e esclarecem que, em hipótese de quantitativo fracionado, o número de cargos e funções reservadas deverá ser

aumentado para o número inteiro subsequente, se igual ou maior que 0,5 décimos; ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, se a fração for menor que 0,5 décimos.

A seu turno, o art. 2º estabelece que poderão ocupar as funções e cargos reservados aqueles que se declararam negros em seus assentos funcionais.

Já o art. 3º dispõe que, caso não haja servidores efetivos suficientes para ocupar os cargos e funções reservadas, as funções remanescentes poderão ser destinadas aos demais servidores efetivos. O § 1º do citado artigo, a seu turno, trata da circunstância que configurará número insuficiente de servidores negros e pardos; o § 2º do mesmo artigo dispõe que não haverá servidores negros e pardos em quantidade suficiente quando as atribuições da função a ser preenchida exigirem formação específica na área de atuação e não houver servidores negros e pardos com a formação necessária; o § 3º dispõe que o Senado Federal oportunizará formação específica para os servidores efetivos negros e pardos na área de atuação da função comissionada em que não haja servidores pretos e pardos com a formação exigida; o § 4º, por fim, determina que nenhum servidor negro ou pardo será compelido a aceitar ou a recusar a função comissionada reservada.

O art. 4º do PRS estabelece que a reserva será para cada nível, sendo vedada reserva global da totalidade de funções comissionadas ou de cargos em comissão.

O art. 5º dispõe que o Senado Federal dará publicidade a informações sobre ocupação, vacância, unidade de lotação, unidade de exercício e o nome dos servidores que ocuparem as funções e cargos reservados.

O art. 6º, por sua vez, estabelece que a resolução de que resultar o PRS não implicará na dispensa ou exoneração de servidores já ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas, e que a reserva incidirá apenas sobre as funções e cargos que vagarem após a entrada em vigor da futura resolução.

O art. 7º, por fim, dispõe que a resolução em que o PRS vier a se transformar entrará em vigor após noventa dias de sua publicação.

Na justificação, o autor, Senador Fabiano Contarato, defende que, embora se compreenda que os cargos comissionados são de livre nomeação e que, por isso, não têm a natureza permanente dos cargos efetivos, não obstante, devido à relevância e ao grande número de cargos comissionados nesta Casa Legislativa, não faz sentido deixá-los fora do alcance de uma política de ação afirmativa para o provimento de cargos do Poder Legislativo. Já sobre as funções comissionadas, o autor argumenta que, até o presente momento, o Senado Federal nunca teve um servidor negro na posição de Diretor-Geral ou de Secretário-Geral da Mesa, por exemplo. Segundo o autor, esse fato não se trata de uma mera coincidência, é a perfeita demonstração de que nenhum negro ainda integrou a alta administração da Casa.

A matéria foi despachada a esta Comissão e, posteriormente, seguirá para a Comissão Diretora.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada à garantia e promoção dos direitos humanos, inclusive de minorias sociais ou étnicas, o que torna regimental a análise do PRS por este Colegiado.

Em relação ao mérito, temos que a proposição é digna de ser acolhida. Em 2014, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2014, que se transformou na Lei nº 12.990, de 9 de julho de 2014, norma que reservou 20% das vagas para pessoas negras nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Essa Lei vigeu por dez anos e, recentemente, esta Casa, novamente reconheceu a importância dessa política pública e aprovou o PL 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais.

Há mais de uma década, esta Casa reconhece a importância da política de cotas para a inserção de pessoas pretas e pardas no serviço público. Desse reconhecimento decorre, de forma quase natural, a necessidade de estender essa medida também aos cargos em comissão e às funções

comissionadas. Afinal, a inclusão, para que seja efetiva, deve alcançar todos os espaços — sobretudo aqueles em que se concentram a autoridade e o poder de decisão.

Graças à Lei de Cotas, conseguimos hoje observar maior diversidade nos quadros funcionais de todos os Poderes. Contudo, quando se trata de cargos em comissão e funções comissionadas, o número de pretos e pardos decresce na mesma medida em que aumentam a influência e a remuneração desses postos. Assim, à semelhança do que fez o Poder Executivo — que desde 2023 garante a pessoas negras um percentual mínimo desses cargos e funções —, o Senado Federal também precisa assegurar a presença de pretos e pardos em seus cargos em comissão e funções comissionadas.

Nesse sentido, o Projeto de Resolução em análise é essencial para que essa mudança aconteça. Além de reservar 20% dos cargos em comissão e funções comissionadas do Senado Federal a pessoas negras, a proposta foi cuidadosa ao tratar de como essa política será implementada. A reserva de cargos em comissão e funções comissionadas não poderá resultar na dispensa ou exoneração dos atuais ocupantes, aplicando-se apenas às funções e cargos que vagarem após a entrada em vigor da futura resolução; prevê, ainda, que a reserva será em cada nível, sendo vedada a reserva global da totalidade de funções e cargos. Isso possibilitará que as pessoas pretas e pardas sejam incluídas em todos os espaços e funções desta Casa.

Por fim, considerando que a proposição emprega a expressão “negros e pardos” e que a nomenclatura oficial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é “pretos e pardos” — que juntos formam a população negra —, propomos emenda de redação para adequar os termos a esse padrão adotado pelo IBGE.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2020, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2020, a expressão “negros e pardos” por “pretos e pardos”, fazendo-se as flexões de gênero e número necessárias.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 14, de 2022, do Programa e-Cidadania, que *"Fixa aos Fonoaudiólogos piso salarial de R\$ 5.000,00, por 30 horas semanais"*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 14, de 2022, que demanda pela fixação de piso salarial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por 30 (trinta) horas semanais de labor, em benefício dos fonoaudiólogos.

Em 02 de novembro de 2022, a referida sugestão contabilizou 20.492 apoios, suficientes para a sua regular tramitação.

A justificativa da proposição reside na premissa de que os fonoaudiólogos não possuem garantia de 30 horas semanais, nem piso salarial. Sendo assim, recebem ofertas de trabalho de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por jornadas de 40 (quarenta) horas. Esses valores seriam insuficientes para manutenção das despesas diárias do mencionado profissional.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, compete a esta

Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

A fixação de um piso salarial e de uma jornada padrão para os fonoaudiólogos não encontra obstáculo de natureza constitucional. Ao contrário, escora-se no art. 7º, V, da Carta Magna, que consagra como direito fundamental dos trabalhadores o piso salarial proporcional à complexidade e à extensão do labor.

Além disso, sempre que uma atividade estiver diretamente vinculada à saúde, à educação e à segurança, ao Estado interessa fiscalizar e disciplinar as condições em que será realizada, agindo em benefício dos seus usuários. No caso da Fonoaudiologia, são evidentes os vínculos entre a saúde, pública e individual, e a formação profissional daqueles que pretendem oferecer esse serviço.

As razões expostas no detalhamento da presente Sugestão são, outrossim, válidas e justificam que o Congresso Nacional venha a debater esse problema e avaliar a necessidade de se estabelecerem um piso salarial e uma jornada semanal máxima de labor compatíveis com as dificuldades enfrentadas por esses profissionais.

Nesse sentido, devemos apontar, encontra-se pendente de apreciação por este Senado Federal o PL nº 4.263, de 2025, de autoria do Senador Izalci Lucas, que limita a jornada semanal máxima de trabalho dos fonoaudiólogos em 30 horas, encampando parcialmente o disposto na SUG em exame.

Na Câmara dos Deputados, encontra-se em exame o PL nº 2.077, de 2023, da Deputada Andréia Siqueira, que tem o mesmo teor da SUG nº 14, de 2022, qual seja, fixar piso salarial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para uma jornada semanal de 30 horas de labor. A proposição em testilha foi distribuída à Comissão de Saúde daquela Casa, encontrando-se pendente de parecer.

Assim, o conteúdo da SUG em foco já foi transformado em projetos de lei, que serão apreciados por este Congresso Nacional.

Em face disso, com base no art. 334, I, do RISF, impõe-se a declaração de prejudicialidade da SUG nº 14, de 2022, ante a perda de oportunidade de sua apreciação, pois o seu conteúdo está contemplado em projetos de lei em tramitação avançada neste Congresso Nacional.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade da Sugestão (SUG) nº 14, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 22/2022/SCOM

Brasília, 3 de novembro de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 164850.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 164850

Título

Fonoaudiólogos com piso salarial de R\$ 5.000,00, por 30 horas semanais

Descrição

O profissional fonoaudiólogo receberá mais valorização. Atualmente, o fonoaudiólogo não possui garantia de 30h semanais, nem piso salarial. Oferecem R\$ 1.500 por 40h, sendo insuficiente para manutenção de suas despesas diárias, deslocamento, além dos cursos de atualização que são muito caros. (sic)

Mais detalhes

Fonoaudiólogos são profissionais que possuem graduação e necessitam constantemente de cursos de atualização para atenderem bem a população. No entanto, são desvalorizados com salários baixos e muitas horas de trabalho. Torna-se desgastante para este profissional que tanto contribui com a saúde. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Daniela Salvatori

E-mail: danisalvatori@gmail.com

UF: RS

Data da publicação da ideia: 15/08/2022

Data de alcance dos apoios necessários: 19/08/2022

Total de apoios contabilizados até 02/11/2022: 20.492

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=164850>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

UF	APOIOS
AC	115
AL	416
AM	637
AP	49
BA	1.377
CE	609
DF	786
ES	666
GO	535
MA	680
MG	1.990
MS	251
MT	181
PA	613
PB	485
PE	993
PI	272
PR	802
RJ	2.131
RN	811
RO	142
RR	28
RS	1.049
SC	552
SE	454
SP	3.808
TO	60
TOTAL	20.492



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão		
1	AC	ABENAIDE DE SOUSA AB****@HOTMAIL.COM
2	AC	ADSON FREITAS FR****@GMAIL.COM
3	AC	ALAN FERREIRA HI****@GMAIL.COM
4	AC	ALDA ROSA LINS LI****@HOTMAIL.COM
5	AC	ALEGRA HADID HA****@GMAIL.COM
6	AC	ALESSANDRA CARVALHO AL****@GMAIL.COM
7	AC	ALVARO ASSAF AS****@GMAIL.COM
8	AC	ANA CARLA AN****@GMAIL.COM
9	AC	ANA IRIS CAMPOS DE OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
10	AC	ANA LAUTON AN****@GMAIL.COM
11	AC	ANA LUISA MACIEL AN****@GMAIL.COM
12	AC	ANA THAIS DA COSTA MOURA AN****@GMAIL.COM
13	AC	ANDRELY HOLANDA VIEIRA FO****@GMAIL.COM
14	AC	ARTHUR BENJAMIM GUIMARAES AR****@GMAIL.COM
15	AC	BERNADETE POLETTI BE****@GMAIL.COM
16	AC	BRUNA LACERDA SILVA BR****@HOTMAIL.COM
17	AC	BRUNA TELES TE****@GMAIL.COM
18	AC	CHIARA DELLA VEDOVA CH****@GMAIL.COM
19	AC	CIDA MACEDO CI****@GMAIL.COM
20	AC	CRIS CORREIA CR****@GMAIL.COM
21	AC	CRISTHIANE DOS SANTOS CORTE MEDEIROS CR****@HOTMAIL.COM
22	AC	CRISTINA COSTA CR****@GMAIL.COM
23	AC	CRISTINA PINTO PI****@GMAIL.COM
24	AC	DAISE LOUHANA LO****@GMAIL.COM
25	AC	EDILAINE FONO-UFRJ EN****@GMAIL.COM
26	AC	EDUARDO SOUZA SI****@GMAIL.COM
27	AC	ELAINE FANTUCHI EL****@GMAIL.COM
28	AC	ELBA PRISCILA EL****@GMAIL.COM
29	AC	ELZA ARAUJO EL****@YMAIL.COM
30	AC	EMILE CHIARELI EM****@GMAIL.COM
31	AC	FABIANA FRANCA FA****@GMAIL.COM
32	AC	FABIO FALCON SOUZA FB****@GMAIL.COM
33	AC	FONOAUDIOLOGA EDILAINE ANDRADE ED****@GMAIL.COM
34	AC	GABRIEL XIMENES GA****@GMAIL.COM
35	AC	GEOVANA ALVES GE****@GMAIL.COM
36	AC	GERALDO JUNIOR CERQUEIRA JU****@YAHOO.COM.BR
37	AC	GESSICA VALE GE****@GMAIL.COM
38	AC	GILMARA REIS DE SOUZA GI****@HOTMAIL.COM
39	AC	GIMISON ARAUJO GI****@GMAIL.COM
40	AC	GIOVANI MOUTINHO COELHO GI****@GMAIL.COM
41	AC	GISELE BARROS GI****@GMAIL.COM
42	AC	GISELLE VIEIRA GI****@GMAIL.COM
43	AC	HELLEN COSTA HE****@GMAIL.COM
44	AC	HELLEN SUYANNE HE****@HOTMAIL.COM
45	AC	HOLANDA ANY HO****@GMAIL.COM
46	AC	IARA SANTANA DOS SANTOS CRUZ IA****@GMAIL.COM
47	AC	IARA SANTANA DOS SANTOS CRUZ IA****@GMAIL.COM
48	AC	INDIRA LEITAO VIANA GALO IN****@GMAIL.COM
49	AC	ISABEL BARRETO BE****@GMAIL.COM
50	AC	ISABELLA ALMEIDA IS****@GMAIL.COM
51	AC	IVANILDE DA CRUZ SOARES IV****@GMAIL.COM
52	AC	IZABELLY CAMARGO IZ****@HOTMAIL.COM
53	AC	IZAURA GRECO IM****@ICLOUD.COM
54	AC	JANE SOUSA JJ****@GMAIL.COM
55	AC	JENNIFER MARQUES DA SILVA JE****@GMAIL.COM
56	AC	JENNYFER FAGUNDES JE****@HOTMAIL.COM
57	AC	JESSICA THALMA PC****@GMAIL.COM
58	AC	JOYCE COSTA LIMA JO****@GMAIL.COM
59	AC	JUBS BARCELOS BA****@GMAIL.COM
60	AC	JULIANA BARBOSA PEZZINI JU****@GMAIL.COM
61	AC	JULIANA RIBEIRO JU****@GMAIL.COM
62	AC	KAIQUE ALVEZ RIBEIRO KA****@GMAIL.COM
63	AC	KASSIA KARINA FLORES DE SOUZA KA****@GMAIL.COM
64	AC	KELLY BEZERRA ROCHA KE****@GMAIL.COM
65	AC	KENNEDY ANDRADE KE****@HOTMAIL.COM
66	AC	LARISSA LORENA DO NASCIMENTO GOMES FG****@GMAIL.COM
67	AC	LARISSA PEREZ LA****@GMAIL.COM
68	AC	LIA MOTA HA****@GMAIL.COM
69	AC	LUANA OLIVEIRA FELIX LU****@HOTMAIL.COM
70	AC	LUCIANA FIORI LU****@GMAIL.COM
71	AC	MARCIA CRISTINA MACIEL MC****@GMAIL.COM
72	AC	MARCIA FERREIRA DE ARAUJO RODRIGUES MA****@GMAIL.COM
73	AC	MARIA MARIA OF****@GMAIL.COM
74	AC	MARIA MENEZES MA****@GMAIL.COM
75	AC	MARIA NEVES DOS SANTOS CRUZ MA****@GMAIL.COM
76	AC	MARIANNA SOARES MA****@GMAIL.COM
77	AC	MARIA SIMONE VARGAS OLIVEIRA LO****@GMAIL.COM
78	AC	MARIO LUAN SOARES RIBEIRO LU****@HOTMAIL.COM
79	AC	MARLENE MARTINS LE****@HOTMAIL.COM
80	AC	MARLOS NORONHA MA****@GMAIL.COM
81	AC	MARTA COSTA PINTO GONZALES MA****@GMAIL.COM
82	AC	MAYARA OLIVEIRA MO****@GMAIL.COM
83	AC	MAYELLE FERREIRA LIMA MA****@GMAIL.COM
84	AC	MIKELSON ARAUJO DE OLIVEIRA HH****@GMAIL.COM
85	AC	MILENA GONCALVES ARAUJO MY****@GMAIL.COM
86	AC	NAJLA GIACOMINI SANTOS NA****@GMAIL.COM
87	AC	PABLO FELIPE SANTANA DE PAULA PS****@GMAIL.COM
88	AC	PALOMA GOMES DE MELO GO****@GMAIL.COM
89	AC	PATRICIA HERBENIA PA****@GMAIL.COM
90	AC	PAULO NOVAIS DE SOUSA FILHO PA****@GMAIL.COM
91	AC	RAFAELA BACELAR DE CARVALHO RA****@HOTMAIL.COM
92	AC	RAFAELA MONTEIRO RA****@GMAIL.COM
93	AC	RAFAELLA RIBEIRO RA****@GMAIL.COM
94	AC	RAIANE SOARES DO****@GMAIL.COM
95	AC	RAILAN ALVES FEITOSA RA****@GMAIL.COM
96	AC	RALINE DE SOUZA GOMES RA****@GMAIL.COM
97	AC	RAYANA CAROLINA RA****@GMAIL.COM
AC	REBECA TOREZIM RE****@GMAIL.COM	
	ROSANGELA SOUSA RO****@GMAIL.COM	
	ROSELY LUCIO RO****@GMAIL.COM	
	RUAN LUCAS PAIVA DOS SANTOS RU****@GMAIL.COM	
	SANDRA SIMON CALADO SA****@GMAIL.COM	
AC	TALITA DA SILVA TRAVASSOS TRAVASSOS TA****@GMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão	
104	AC TAMIRES LEONCIO FG****@GMAIL.COM
105	AC TAMIRES SAMPAIO TA****@GMAIL.COM
106	AC TAMIRES SAMPAIO TA****@GMAIL.COM
107	AC TANIA BRAGA DOS SANTOS TA****@YAHOO.COM.BR
108	AC TEREZA OLIVEIRA TE****@GMAIL.COM
109	AC THAIS SILVA TH****@GMAIL.COM
110	AC THAYNARA GOIS TH****@GMAIL.COM
111	AC VALERIA GOMES BORGES VIEIRA VA****@GMAIL.COM
112	AC VASTI GOMES DE MELO BEZERRA VA****@GMAIL.COM
113	AC WASHINGTON LAMON WL****@GMAIL.COM
114	AC YARA MARTINS GURGEL YA****@GMAIL.COM
115	AC ZADIE MARQUES DA SILVA ZA****@HOTMAIL.COM
116	AL 212 B BE****@GMAIL.COM
117	AL ABINAEI SOUZA AB****@HOTMAIL.COM
118	AL ADALBERTO RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA BE****@HOTMAIL.COM
119	AL AD COQUEIRO SECO AL AD****@GMAIL.COM
120	AL ADRIANA PAULA BARROS E SILVA PEREIRA PA****@GMAIL.COM
121	AL ADRIENE QUIORATO AD****@HOTMAIL.COM
122	AL AISHA FERREIRA AI****@GMAIL.COM
123	AL ALAN RESENDE AL****@HOTMAIL.COM
124	AL ALDA CAVALCANTE AL****@GMAIL.COM
125	AL ALESSANDRA VIEIRA AL****@GMAIL.COM
126	AL ALICE CLARINDO AL****@GMAIL.COM
127	AL ALICE KAROLINE FE****@GMAIL.COM
128	AL ALICIA VIEIRA MA****@GMAIL.COM
129	AL ALINE MARIA GABRIEL CAVALCANTE SILVA AL****@GMAIL.COM
130	AL ALISSON HENRIQUE BATISTA SANTOS AL****@GMAIL.COM
131	AL ALLAN DAYNER SILVA LOPES AL****@AAPPE.ORG.BR
132	AL ALLAN DAYNER SILVA LOPES AL****@CURSOS.AAPPE.ORG.BR
133	AL ALLAN LOPES AL****@GMAIL.COM
134	AL ALLAYLTON AMARAL AL****@GMAIL.COM
135	AL ALLEXYA AMANDA AL****@GMAIL.COM
136	AL AMANDA AMORIM BEZERRA DE MORAES AM****@GMAIL.COM
137	AL AMANDA AURELIANO AU****@GMAIL.COM
138	AL AMANDA AURELIANO FO****@GMAIL.COM
139	AL AMANDA DA CUNHA LIMA AMANDA LIMA AM****@GMAIL.COM
140	AL AMANDA MENEZES AM****@GMAIL.COM
141	AL AMANDA OLIVEIRA AM****@GMAIL.COM
142	AL AMANDA VENANCIO AM****@ICF.UFAL.BR
143	AL ANA ACMS AN****@GMAIL.COM
144	AL ANA CLARA ALBUQUERQUE AN****@GMAIL.COM
145	AL ANA JULIA FERREIRA ALVES AN****@GMAIL.COM
146	AL ANANDA ROCHA AN****@GMAIL.COM
147	AL ANA PAULA CAVALCANTE MATOS AN****@GMAIL.COM
148	AL ANA PAULA VIEIRA DA SILVA VI****@GMAIL.COM
149	AL ANA VITORIA FORTUNATO DO NASCIMENTO AN****@GMAIL.COM
150	AL ANDERSON AMANCIO NE****@GMAIL.COM
151	AL ANDERSON NASCIMENTO AN****@GMAIL.COM
152	AL ANDERSON OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
153	AL ANDERSON SILVA AN****@GMAIL.COM
154	AL ANDREA DA SILVA LINS AN****@HOTMAIL.COM
155	AL ANDRE BECKER AN****@OUTLOOK.COM
156	AL ANDRESSA GOUVEIA AN****@GMAIL.COM
157	AL ANDREZA ALMEIDA MELO DE****@HOTMAIL.COM
158	AL ANIELLY CARDOSO AN****@GMAIL.COM
159	AL ANINHA SOUZA AN****@GMAIL.COM
160	AL ANNA JULIA AN****@GMAIL.COM
161	AL ANNA JULIA NOGUEIRA MAIA AN****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
162	AL ANNA MARIA ALVES AN****@GMAIL.COM
163	AL ANNE FREITAS AN****@GMAIL.COM
164	AL ANNE LOUISE DE SOUZA OLIVEIRA BARROS BA****@GMAIL.COM
165	AL ANNY BEATRIZ DE LIMA BARROS AN****@GMAIL.COM
166	AL ANNYELE RAMONI AN****@GMAIL.COM
167	AL ANNY GABRIELY FLORENTINO DA SILVA ARAUJO AN****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
168	AL ANTONIO FERNANDO SILVA XAVIER JUNIOR AN****@GMAIL.COM
169	AL ANTONIO LUCAS FERREIRA FEITOSA TO****@OUTLOOK.COM
170	AL ARTHUR REMIGIO AR****@HOTMAIL.COM
171	AL AS CAPITUS RH****@GMAIL.COM
172	AL BARBARA BARBOSA BA****@GMAIL.COM
173	AL BARBARA FRANCINE BA****@GMAIL.COM
174	AL BEATRIZ XAVIER BE****@GMAIL.COM
175	AL BEL JACIN BE****@GMAIL.COM
176	AL BRENDA FRAGOSO BR****@GMAIL.COM
177	AL BRENDA SARMENTO BR****@GMAIL.COM
178	AL BRUNA KALIELANIA BR****@GMAIL.COM
179	AL BRUNA STEFANY BR****@GMAIL.COM
180	AL CAIO RODRIGUES RO****@GMAIL.COM
181	AL CAMILA GOMES DE MORAES CG****@GMAIL.COM
182	AL CARLIANE MARIA DA SILVA CA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
183	AL CARLIANE SILVA CA****@GMAIL.COM
184	AL CARLIANE SILVA CA****@GMAIL.COM
185	AL CARLOS BERNARDO ALEXANDRE FERREIRA CA****@GMAIL.COM
186	AL CARLOS DOS SANTOS JC****@GMAIL.COM
187	AL CARLOS E KELLY MORAES E SOUZA KE****@HOTMAIL.COM
188	AL CARMEN SILVIA TAVARES DE SANTANA CS****@HOTMAIL.COM
189	AL CAROL MONTEIRO CA****@GMAIL.COM
190	AL CASSANDRA PONTES CA****@GMAIL.COM
191	AL CELIA PINHEIRO CE****@GMAIL.COM
192	AL CELINA ARAUJO GOMES DE OLIVEIRA CE****@GMAIL.COM
193	AL CIDENIA MONICA CI****@GMAIL.COM
194	AL CINTHYA KAROLYNE CI****@GMAIL.COM
195	AL CINTIA TAVARES DE MELO CT****@ALUNO.IFAL.EDU.BR
196	AL CLARA MELO ME****@GMAIL.COM
197	AL CLARA SANDES DAMASCENO CL****@GMAIL.COM
198	AL CLARICE GOMES CL****@GMAIL.COM
199	AL CLAUDIEGINA FERREIRA MACHADO CL****@GMAIL.COM
200	AL CRISTIANA MEDEIROS LI****@GMAIL.COM
	AL CRISTIANE OLIVEIRA CR****@GMAIL.COM
	AL DAIANE DUARTE RIBEIRO DA****@GMAIL.COM
	AL DANIELLE CAVALCANTE DA****@GMAIL.COM
	AL DANIELLE DE BRITO TORRES DA****@GMAIL.COM
	AL DANIEL VASCONCELOS FONOAUDIOLOGO DA****@GMAIL.COM
	AL DANMIRES VIEIRA DA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão		
207	AL	DARYANE MUTINY EN****@HOTMAIL.COM
208	AL	DAVID DA SILVA SANTOS DA****@GMAIL.COM
209	AL	DEBORAH ELLEN DA SILVA PEIXOTO DE****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
210	AL	DEBORAH ELLEN HE****@GMAIL.COM
211	AL	DEBORAH VANDERLEI DE****@GMAIL.COM
212	AL	DEBORA OLIVEIRA DE****@HOTMAIL.COM
213	AL	DEISEANE PEREIRA S. CD****@GMAIL.COM
214	AL	DEISE RENATA OLIVEIRA DA SILVA FG****@GMAIL.COM
215	AL	DEIVISON ANDRADE DE****@GMAIL.COM
216	AL	DIVA MARIA LAGES ALVES DI****@GMAIL.COM
217	AL	DJAKELANIA ALVES NUNES FG****@HOTMAIL.COM
218	AL	D MAIS SABOR CI****@GMAIL.COM
219	AL	DUDA MENDONCA ED****@GMAIL.COM
220	AL	EDIENE MAXIMO ED****@GMAIL.COM
221	AL	EDMANIO SOARES DOS SANTOS ED****@HOTMAIL.COM
222	AL	EDNILSON TELES TE****@GMAIL.COM
223	AL	EDVONALDO HORACIO DOS SANTOS ED****@GMAIL.COM
224	AL	ELAINE SANTOS GALVAO GA****@YAHOO.COM.BR
225	AL	ELDER SALUSTIANO EL****@GMAIL.COM
226	AL	ELDER TULIO EL****@GMAIL.COM
227	AL	ELIAN LIMA EL****@GMAIL.COM
228	AL	ELIAS TELES TE****@GMAIL.COM
229	AL	ELISA ANGELO DA SILVA SOUZA EL****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
230	AL	ELISANGELA DOS SANTOS SILVA EL****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
231	AL	ELUANNA GALVAO EL****@GMAIL.COM
232	AL	EMANUEL CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
233	AL	EMANUELE GOMES EM****@GMAIL.COM
234	AL	EMILAYNE RODRIGUES EM****@GMAIL.COM
235	AL	EMILY BRITO BR****@GMAIL.COM
236	AL	EMYLLE FARIAS EM****@GMAIL.COM
237	AL	ERIKA ARAUJO SH****@GMAIL.COM
238	AL	ERIKA SCHAFFER CARVALHO ER****@GMAIL.COM
239	AL	ESPEDITO IZIDIO DA SILVA NETO NE****@HOTMAIL.COM
240	AL	ESTER SALES ES****@GMAIL.COM
241	AL	EURIDES MARIA EU****@GMAIL.COM
242	AL	EWELY MYLENA DOS SANTOS DIAS EW****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
243	AL	EWERTON ALVES DOS SANTOS EW****@HOTMAIL.COM
244	AL	EWERTON CARLOS DOS SANTOS BARROS EW****@GMAIL.COM
245	AL	EWYLLE FARIAS EW****@GMAIL.COM
246	AL	FABIA LARISSA OLIVEIRA DA SILVA SANTOS FA****@GMAIL.COM
247	AL	FABRICIO PALMEIRA FP****@GMAIL.COM
248	AL	FATIMA GIOVANNA SOARES DOS SANTOS GI****@ACADEMICO.UFS.BR
249	AL	FELIPE NOBREGA NO****@GMAIL.COM
250	AL	FELIPE TELES FE****@HOTMAIL.COM
251	AL	FELIX CASSIANO FE****@GMAIL.COM
252	AL	FERNANDA ALVES FE****@GMAIL.COM
253	AL	FERNANDA SCANONI DUTRA NA****@GMAIL.COM
254	AL	FERNANDA SILVA BEZERRA DE ALBUQUERQUE FE****@HOTMAIL.COM
255	AL	FERNANDO SIMOES FE****@GMAIL.COM
256	AL	FGO. WADSON OLIVEIRA SA****@GMAIL.COM
257	AL	FLAVIA KAROLINA LIMA FL****@HOTMAIL.COM
258	AL	FLAVIANA BARBOSA FL****@GMAIL.COM
259	AL	FLAVIA SOUZA FL****@GMAIL.COM
260	AL	FRANCELINA MARIA FR****@GMAIL.COM
261	AL	GABRIEL DA SILVA BI****@GMAIL.COM
262	AL	GABRIEL FIGUEIRA GA****@GMAIL.COM
263	AL	GABRIELLA PEIXOTO GA****@GMAIL.COM
264	AL	GENNEFER CAMILLY JERONIMO CG****@GMAIL.COM
265	AL	GEZIEL DA SILVA MORAIS GE****@HOTMAIL.COM
266	AL	GILDICELIA ALVES SANTOS CE****@HOTMAIL.COM
267	AL	GISELE DELAMARKS DA SILVA VIEIRA GI****@HOTMAIL.COM
268	AL	GISLAYNE RODRIGUES FO****@GMAIL.COM
269	AL	GISLEIDE SANTOS GI****@GMAIL.COM
270	AL	GLAYCE KAROLINE GL****@GMAIL.COM
271	AL	GLICIANE PEREIRA DE LIMA GL****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
272	AL	GRAZIELLE DE FARIAS ALMEIDA GR****@HOTMAIL.COM
273	AL	HEGEL FILHO HE****@IM.UFAL.BR
274	AL	HEGEL VIANA HE****@GMAIL.COM
275	AL	HELENN BEATRIZ HE****@GMAIL.COM
276	AL	HERCULES ESTEVAM DO REGO HE****@GMAIL.COM
277	AL	HILDA HELENA GALDINO FRAGOSO FARIAS HI****@GMAIL.COM
278	AL	HUGO RAFAEL RA****@GMAIL.COM
279	AL	HYASMIN CARVALHO HY****@GMAIL.COM
280	AL	IAGO GATO IA****@GMAIL.COM
281	AL	INGLES SEM PANTIM BI****@GMAIL.COM
282	AL	INGRID HANNAUAN GARCIA DE MEDEIROS IH****@GMAIL.COM
283	AL	INGRID KAYLANE IG****@GMAIL.COM
284	AL	IRIS FORTES IR****@GMAIL.COM
285	AL	ISABELA NOGUEIRA ED****@GMAIL.COM
286	AL	ISABELE SILVA IS****@GMAIL.COM
287	AL	JACKSON JACOB SILVA SI****@GMAIL.COM
288	AL	JAIR PINHEIRO JA****@GMAIL.COM
289	AL	JAMILLY AMORIM JA****@GMAIL.COM
290	AL	JAMILLY EDUARDA DA SILVA LIMA JA****@GMAIL.COM
291	AL	JANNYSE ANDRADE SEIXAS SE****@GMAIL.COM
292	AL	JAQUELINE TORRES JA****@GMAIL.COM
293	AL	JAYANE MILENA JA****@GMAIL.COM
294	AL	JEDILSON ROCHA JE****@GMAIL.COM
295	AL	JEFFERSON PINHEIRO JE****@GMAIL.COM
296	AL	JENYFFER BOMFIM CO****@GMAIL.COM
297	AL	JEOVANA VENANCIO JE****@GMAIL.COM
298	AL	JESSIANE MIRIAN DOS SANTOS JM****@GMAIL.COM
299	AL	JESSICA CARDOSO LIMA JE****@GMAIL.COM
300	AL	JESSICA FONAUDIOLOGIA FO****@GMAIL.COM
301	AL	JESSICA MAIARA DA SILVA ROCHA JE****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
302	AL	JESSICA RIBEIRO FO****@GMAIL.COM
303	AL	JESSICA VASCONCELOS JE****@OUTLOOK.COM
	AL	JESSIKA B C FARIAS JE****@GMAIL.COM
	AL	JESSYCA BRENNAND JE****@GMAIL.COM
	AL	JOAO ALEXANDRE JO****@GMAIL.COM
	AL	JOAO VICTOR JO****@GMAIL.COM
	AL	JOAO VICTOR SIQUEIRA SI****@GMAIL.COM
	AL	JOAO VITOR BRAGA FEITOSA DOS SANTOS VI****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão	
310 AL	JOELAINÉ BATISTA DE ARAUJO JO****@GMAIL.COM
311 AL	JOSE ALVES NETO NE****@GMAIL.COM
312 AL	JOSE ANTONIO SANTOS DOMINGOS TO****@GMAIL.COM
313 AL	JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR JO****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
314 AL	JOSE FABRICIO LUIS DA SILVA JO****@GMAIL.COM
315 AL	JOSE FERNANDES BA****@GMAIL.COM
316 AL	JOSE LAUDIENE DA SILVA DA****@GMAIL.COM
317 AL	JOSE SIDNEY SI****@GMAIL.COM
318 AL	JOSH FELIPE JO****@GMAIL.COM
319 AL	JOSIANE SANTOS JO****@GMAIL.COM
320 AL	JOSIELE MARIA DA SILVA JO****@OUTLOOK.COM
321 AL	JULIA HELENA HE****@GMAIL.COM
322 AL	JULIANA CARDOSO JU****@HOTMAIL.COM
323 AL	JULIA SANTOS SANTANA JU****@GMAIL.COM
324 AL	JULLIANE FERREIRA JU****@GMAIL.COM
325 AL	JUNIOR CANDIDO JU****@GMAIL.COM
326 AL	JUSSARA SANTANA JS****@GMAIL.COM
327 AL	KAMILA ALMEIDA CL****@GMAIL.COM
328 AL	KAREN TEIXEIRA DE MORAIS KA****@GMAIL.COM
329 AL	KARIANE LUNA DA SILVA KA****@GMAIL.COM
330 AL	KARINA CHIISTINA KA****@GMAIL.COM
331 AL	KARINE CHRISTINE GUSMAO DE FREITAS KA****@HOTMAIL.COM
332 AL	KARINE LEYLA DE CASTRO OLIVEIRA KA****@GMAIL.COM
333 AL	KARLA FERNANDA DOS SANTOS FERREIRA KA****@GMAIL.COM
334 AL	KARLA FERNANDA DOS SANTOS FERREIRA KA****@YAHOO.COM.BR
335 AL	KARLA SUNAMITA DE OLIVEIRA SANTOS KA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
336 AL	KAROL DUARTE KA****@GMAIL.COM
337 AL	KAROLLAYNE LAMENHA KA****@GMAIL.COM
338 AL	KAWA VINICIUS FIRMO BR****@GMAIL.COM
339 AL	KELVÂNIO FARIAS KE****@GMAIL.COM
340 AL	KEROLAINÉ COSTA KE****@GMAIL.COM
341 AL	KESILY IZABELA DA SILVA LIMA KE****@HOTMAIL.COM
342 AL	KRYSSIA LAYANE KR****@GMAIL.COM
343 AL	LAISA SANTOS AS****@GMAIL.COM
344 AL	LAIS DONATO DO****@GMAIL.COM
345 AL	LAIS MEDEIROS LA****@GMAIL.COM
346 AL	LARA GOMES LA****@GMAIL.COM
347 AL	LARA RAMOS LA****@GMAIL.COM
348 AL	LARISSA BERTO LA****@OUTLOOK.COM
349 AL	LARISSA MARIA PADILHA SILVA DE ARAUJO LA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
350 AL	LARISSA NUNES OLIVEIRA LA****@HOTMAIL.COM
351 AL	LARISSA RODRIGUES LA****@GMAIL.COM
352 AL	LAURA TORRES DE LIMA LA****@GMAIL.COM
353 AL	LAURIANE FERREIRA LA****@GMAIL.COM
354 AL	LEO MORAIS NETTO LE****@HOTMAIL.COM
355 AL	LEONARDO SANTANA RIBEIRO LE****@GMAIL.COM
356 AL	LETICIA SOUZA LE****@GMAIL.COM
357 AL	LIVIA GABRIELLY LI****@GMAIL.COM
358 AL	LIVIA MARIELLY LI****@GMAIL.COM
359 AL	LOUYSE KATHARINE LO****@GMAIL.COM
360 AL	LUANA DE LIMA ALPINO LA****@BOL.COM.BR
361 AL	LUANA DE LIMA ALPINO LU****@HOTMAIL.COM
362 AL	LUANA NOGUEIRA LU****@GMAIL.COM
363 AL	LUANA NOGUEIRA VIEIRA DA SILVA LU****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
364 AL	LUANA VIEIRA LL****@GMAIL.COM
365 AL	LUCAS DANIEL DA****@GMAIL.COM
366 AL	LUCAS DE LIMA ALPINO LU****@HOTMAIL.COM
367 AL	LUCAS RAFAEL RA****@GMAIL.COM
368 AL	LUCIANA MELO DE LIMA LU****@HOTMAIL.COM
369 AL	LUIZ FELLIPHY DA ROCHA LOPES LU****@HOTMAIL.COM
370 AL	LUIZ GABRIEL MARTINS LU****@GMAIL.COM
371 AL	LYARA LAYNE GUALTER DOS SANTOS LY****@GMAIL.COM
372 AL	MACDENISSON SOUZA MA****@GMAIL.COM
373 AL	MANOEL ADELVÂNIO AD****@GMAIL.COM
374 AL	MARCELA SANTANA MA****@GMAIL.COM
375 AL	MARCEL MULLER MA****@GMAIL.COM
376 AL	MARCIA ELISA FRAGA BUARQUE ME****@HOTMAIL.COM
377 AL	MARCIANA DA COSTA C. MA****@GMAIL.COM
378 AL	MARCIO FERNANDO DE SIQUEIRA PEREIRA MA****@GMAIL.COM
379 AL	MARCOS VINICIUS LIMA MA****@GMAIL.COM
380 AL	MARCO VIEIRA MA****@GMAIL.COM
381 AL	MARCUS VINE MV****@GMAIL.COM
382 AL	MARGARETH BARBOSA DE SOUZA DANTAS MA****@GMAIL.COM
383 AL	MARIA CELINA MELO BARBOSA COSTA CE****@HOTMAIL.COM
384 AL	MARIA DAS GRACAS MA****@GMAIL.COM
385 AL	MARIA EDUARDA CAVALCANTE DD****@GMAIL.COM
386 AL	MARIA ELIZABETE DE ARAUJO SILVA MA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
387 AL	MARIA ELIZABETE EL****@GMAIL.COM
388 AL	MARIA EMILIA CARDOSO DANTAS EM****@YAHOO.COM.BR
389 AL	MARIA FERNANDA RO****@GMAIL.COM
390 AL	MARIA GABRIELA GOMES SOARES MA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
391 AL	MARIA GEOVANIA BERTOLDO COSTA DE MORAES MA****@HOTMAIL.COM
392 AL	MARIA GRAZIELLY COSTA SANTOS DA SILVA GR****@HOTMAIL.COM
393 AL	MARIA JULIA CABRAL FORTALEZA JU****@GMAIL.COM
394 AL	MARIA MARCELA SANTANA DE OLIVEIRA MA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
395 AL	MARIANA HERCILIA OLIVEIRA DE SOUSA MA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
396 AL	MARIANA RIBEIRO MA****@GMAIL.COM
397 AL	MARIA OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
398 AL	MARIA THERESA MELO OLIVEIRA MA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
399 AL	MARIA THERESA OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
400 AL	MARILEIDE SANTANA MA****@GMAIL.COM
401 AL	MARILIA GABRIELA DA SILVA SANTOS FO****@GMAIL.COM
402 AL	MARILIA VITORIA GOMES DE ALMEIDA 99****@GMAIL.COM
403 AL	MARINA ALVES DE SOUZA DR****@GMAIL.COM
404 AL	MARLEIDE SANDES DOS SANTOS MA****@HOTMAIL.COM
405 AL	MARQUIANY KAROLINY MA****@GMAIL.COM
406 AL	MARYANNE SOARES MA****@GMAIL.COM
	MARYELLE FERREIRA MA****@GMAIL.COM
	MATEUS AMORIM MA****@GMAIL.COM
	MATHEUS ALENCAR MA****@GMAIL.COM
	MATHEUS COSTA MA****@GMAIL.COM
	MATHEUS PEREIRA MA****@GMAIL.COM
	MAURO JR SILVA SI****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão		
413	AL	MAXWELL LIMA MA****@HOTMAIL.COM
414	AL	MAYANE LARISSE MA****@GMAIL.COM
415	AL	MAYARA MESQUITA MA****@GMAIL.COM
416	AL	MAYSA ALVES AL****@GMAIL.COM
417	AL	ME ANIME JU****@GMAIL.COM
418	AL	MEDSON KALEL DO NASCIMENTO LIMA ME****@GMAIL.COM
419	AL	MICHAEL CAVALCANTE MI****@GMAIL.COM
420	AL	MICHELLE LOPES MI****@GMAIL.COM
421	AL	MIKAELLY DA CONCEICAO VIEIRA MI****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
422	AL	MIQUELLYSSON MEIRA MI****@GMAIL.COM
423	AL	MONIQUE BEATRIZ MB****@GMAIL.COM
424	AL	MORGANA DE SOUZA MORAES MO****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
425	AL	MORGANA MORAES MO****@GMAIL.COM
426	AL	MORGANA SOUZA MO****@GMAIL.COM
427	AL	MOSES CAETANO DA SILVA MO****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
428	AL	MUGIWARA NO LUFFY NE****@GMAIL.COM
429	AL	MYLENA SANTOS MY****@P.UFAL.BR
430	AL	MYRELLE FERREIRA SOARES MY****@GMAIL.COM
431	AL	NANDHA AURELIANO NA****@GMAIL.COM
432	AL	NARA GABRIELLA NA****@GMAIL.COM
433	AL	NATALIA BARBOSA LS****@GMAIL.COM
434	AL	NATALIA PINHEIRO NA****@GMAIL.COM
435	AL	NATALIA PINHEIRO NA****@GMAIL.COM
436	AL	NATALY TORRES DE LIMA TO****@GMAIL.COM
437	AL	NATHALIA TORQUATRO NA****@GMAIL.COM
438	AL	NATHANY OHANA SILVA OH****@GMAIL.COM
439	AL	NICOLAS CALHEIROS SANTOS NC****@GMAIL.COM
440	AL	NICOLLY MENEZES ME****@GMAIL.COM
441	AL	NICOLY GONCALVES NI****@GMAIL.COM
442	AL	NIREIDE MOEMA NI****@GMAIL.COM
443	AL	OLIVEIRA EDSON OL****@GMAIL.COM
444	AL	PABLO DANTAS DE ARAUJO COSTA DA****@GMAIL.COM
445	AL	PAMELLA SAMPAIO FG****@GMAIL.COM
446	AL	PAULA CAMILA ALVES ARAUJO PA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
447	AL	PAULA PRADO PA****@MSN.COM
448	AL	PAULA SIMAO PINHEIRO PA****@GMAIL.COM
449	AL	PAULO AUGUSTO VITORINO PA****@GMAIL.COM
450	AL	PEDRO GUSTAVO PE****@GMAIL.COM
451	AL	PEDRO HENRIQUE PE****@GMAIL.COM
452	AL	PEDRO MORAES PE****@GMAIL.COM
453	AL	POLIANA OLIVEIRA SANTOS FG****@GMAIL.COM
454	AL	QUERINHA FERREIRA QU****@GMAIL.COM
455	AL	QUEZIA DE ALMEIDA NICACIO MARINHO QU****@GMAIL.COM
456	AL	RAFAEL GOMES OLIVEIRA DOS SANTOS RA****@HOTMAIL.COM
457	AL	RAI FERNANDES SANTOS FO****@GMAIL.COM
458	AL	RAISSA GABRIELA RA****@GMAIL.COM
459	AL	RAMON ARAUJO RA****@GMAIL.COM
460	AL	RAMON TAVARES RA****@GMAIL.COM
461	AL	RANIERE DENER CARDOSO MELO DE****@GMAIL.COM
462	AL	RAYANNE SANTOS JE****@GMAIL.COM
463	AL	RAYSSA GUILHERME SANTOS DE LIMA RA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
464	AL	REGINA BARROS RE****@GMAIL.COM
465	AL	REMI DE MAGALHAES MAURICIO TORRES RE****@GMAIL.COM
466	AL	RENAN VINICIUS RE****@GMAIL.COM
467	AL	RENATA RODRIGUES RE****@LIVE.COM
468	AL	RHAYSSA MARIA WANDERLEY ALVES RH****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
469	AL	RICARDO JOSE BARBOSA CALADO JR RJ****@GMAIL.COM
470	AL	RILMAR RUFINO RI****@GMAIL.COM
471	AL	RITA SARMENTO RI****@GMAIL.COM
472	AL	ROBSON CAIQUE RO****@GMAIL.COM
473	AL	RONEIDE SANTOS RO****@GMAIL.COM
474	AL	SABRINA MENDES SA****@GMAIL.COM
475	AL	SAMARA FONOAUDIOLOGIA SA****@GMAIL.COM
476	AL	SAMEA MARTINS SA****@GMAIL.COM
477	AL	SAMMYA VANESSA SA****@GMAIL.COM
478	AL	SAMUEL LUIS BARBOSA RODRIGUES SL****@GMAIL.COM
479	AL	SAMYLLA SANTA MARIA SA****@GMAIL.COM
480	AL	SANDRO MARQUES SA****@HOTMAIL.COM
481	AL	SARAH EMILLY CASSIMIRO DO NASCIMENTO SA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
482	AL	SARAH VIANA SA****@GMAIL.COM
483	AL	SARA NOEMY SA****@GMAIL.COM
484	AL	SARA R.J SA****@GMAIL.COM
485	AL	SARA SANTOS SA****@GMAIL.COM
486	AL	SERGIO PEREIRA SANTIAGO SANTOS SE****@GMAIL.COM
487	AL	SHEISLANE SOUZA SH****@GMAIL.COM
488	AL	SILVIA ALCINA SI****@GMAIL.COM
489	AL	SILVIA MILLENA ROCHA TORRES SI****@HOTMAIL.COM
490	AL	SIMONE ALVES DA SILVA SI****@HOTMAIL.COM
491	AL	SINDIA MICILLENE ROCHA TORRES SI****@HOTMAIL.COM
492	AL	SKATE OF CANGACO JV****@GMAIL.COM
493	AL	SOSTHINES MATEUS MS****@GMAIL.COM
494	AL	SUH LIMA SU****@HOTMAIL.COM
495	AL	SUSANNA VIEIRA SU****@GMAIL.COM
496	AL	SUSIANE FEITOSA SU****@ARAPIRACA.UFAL.BR
497	AL	TALITA SOUZA TA****@GMAIL.COM
498	AL	TANIANGELO CAVALCANTE TA****@GMAIL.COM
499	AL	TATIANE HONORATO TA****@GMAIL.COM
500	AL	TATIELY BARROS TA****@GMAIL.COM
501	AL	TEOGENES MACHADO TE****@GMAIL.COM
502	AL	TEU FERREIRA TE****@GMAIL.COM
503	AL	THAIANE BRITO TH****@HOTMAIL.COM
504	AL	THAISSY FONTAN TH****@GMAIL.COM
505	AL	THALIA DAMASO TA****@GMAIL.COM
506	AL	THALYTA PRATA LEITE DE SA TH****@GMAIL.COM
507	AL	THAMARA VIEIRA TH****@GMAIL.COM
508	AL	THAYS AMANDA GAMA SANTIAGO CABRAL TH****@GMAIL.COM
509	AL	TOLEDO SOUTO TO****@GMAIL.COM
	AL	TULIO LOUREIRO TU****@GMAIL.COM
	AL	UNCISAL MACEIO UN****@GMAIL.COM
	AL	VALDEGLEIDISON ARESTIDES MENDES GL****@HOTMAIL.COM
	AL	VALTER CALHEIROS VP****@GMAIL.COM
	AL	VANESSA FERNANDES DE ALMEIDA PORTO VA****@UNCISAL.EDU.BR
	AL	VANESSAV FARIAS VA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão	
516	AL VANNESSA ALMEIDA VA****@GMAIL.COM
517	AL VICTOR CAMARA VI****@GMAIL.COM
518	AL VICTORIA CAVALCANTE VI****@GMAIL.COM
519	AL VIROU VIEWS AL****@GMAIL.COM
520	AL VITORIA GABRIELLY DA SILVA TAVARES VI****@GMAIL.COM
521	AL VITOR RAMON VI****@GMAIL.COM
522	AL VIVIAN GEIER VI****@GMAIL.COM
523	AL WADSON DOS SANTOS OLIVEIRA WA****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
524	AL WALERIA FERREIRA DA SILVA FE****@GMAIL.COM
525	AL WALKIRIA COSMO WA****@GMAIL.COM
526	AL WASLEY ARAUJO WA****@GMAIL.COM
527	AL WICTORIA MAYARA DE LIMA VANDERLEI WI****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
528	AL WILLIAN CASSIANO BI****@GMAIL.COM
529	AL WILLIAN CASSIANO DA SILVA WI****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
530	AL YASMIM ALBUQUERQUE YA****@GMAIL.COM
531	AL YASMIN SILVA ARAUJO YA****@GMAIL.COM
532	AM ADISON FERREIRA FG****@GMAIL.COM
533	AM ADRIANA AUZIER GU****@GMAIL.COM
534	AM ADRIANA CASTRO DE FREITAS CA****@GMAIL.COM
535	AM ADRIANA DE FREITAS MASCARENHAS ROCHA AD****@YAHOO.COM
536	AM ADRIANA DO NASCIMENTO DE SOUZA FG****@GMAIL.COM
537	AM ADRIANA SA MONTEIRO AD****@GMAIL.COM
538	AM ADRIANA SOUZA FG****@HOTMAIL.COM
539	AM ADRIANE MARQUES MA****@GMAIL.COM
540	AM ADRIANO SOUZA DA SILVA AD****@GMAIL.COM
541	AM ADSON MOREIRA AD****@GMAIL.COM
542	AM AILA KURY FERREIRA FROES AI****@GMAIL.COM
543	AM AIRIANE BARBOSA AI****@GMAIL.COM
544	AM ALANA BEATRIZ BRASIL GARCIA AL****@HOTMAIL.COM
545	AM ALDANA GUERREIRA AL****@GMAIL.COM
546	AM ALEANA AQUINO AL****@GMAIL.COM
547	AM ALECSANDRA DA ROCHA MARINHO SA****@HOTMAIL.COM
548	AM ALESSANDRA BARROS PEREIRA AL****@LIVE.COM
549	AM ALESSANDRA BOSQUE AL****@GMAIL.COM
550	AM ALESSANDRA CASTRO AL****@GMAIL.COM
551	AM ALESSANDRA MARTINS MORIYA FG****@GMAIL.COM
552	AM ALEX GUEDES AL****@GMAIL.COM
553	AM ALEXI SIFONTE PARRA AL****@GMAIL.COM
554	AM ALEX PEDROSA AP****@GMAIL.COM
555	AM ALICIA SIMAO AL****@GMAIL.COM
556	AM ALINE BARROS AL****@GMAIL.COM
557	AM ALINE CORREA DOLZANE DO****@GMAIL.COM
558	AM ALINE DE CASTRO FREITAS FR****@LIVE.COM
559	AM ALINE MORAES AL****@GMAIL.COM
560	AM ALINE NASCIMENTO AL****@GMAIL.COM
561	AM ALINE SIMAS AL****@GMAIL.COM
562	AM ALINY MAYARA AL****@GMAIL.COM
563	AM ALVES FONSECA CA****@GMAIL.COM
564	AM AMANDA ARAUJO MA****@GMAIL.COM
565	AM AMANDA COELHO AM****@GMAIL.COM
566	AM AMANDA OLIVEIRA AM****@GMAIL.COM
567	AM AMANDA PRAIA PR****@GMAIL.COM
568	AM ANA ALINE SOUSA SANTIAGO AN****@GMAIL.COM
569	AM ANA BEATRIZ CARVALHO GURGEL AN****@GMAIL.COM
570	AM ANA BEATRIZ GOMES ALVES AN****@GMAIL.COM
571	AM ANA BEATRIZ PINHEIRO PINTO AN****@GMAIL.COM
572	AM ANA CAROLINE AMORIM ARAUJO AN****@GMAIL.COM
573	AM ANA CASSIA VARGAS OLIVEIRA MOREIRA AN****@HOTMAIL.COM
574	AM ANA CLARA DO CASAL AN****@GMAIL.COM
575	AM ANA CRISTINA FURTADO DE CARVALHO REGIS FO****@YAHOO.COM.BR
576	AM ANA CRISTINA SANTA LUZIA GALVES A.****@GMAIL.COM
577	AM ANA CRISTINA SANTA LUZIA GALVES CR****@GMAIL.COM
578	AM ANA ESTER AN****@GMAIL.COM
579	AM ANA FLAVIA AM****@GMAIL.COM
580	AM ANA JULIA COSTA MATOS AN****@GMAIL.COM
581	AM ANALICY VITORIA GOMES DA SILVA AN****@GMAIL.COM
582	AM ANA MARIA ALMEIDA AN****@GMAIL.COM
583	AM ANA SARA NUNES DA SILVA AN****@GMAIL.COM
584	AM ANA VITORIA ALMEIDA DOS SANTOS VI****@GMAIL.COM
585	AM ANDERSON BARROSO BA****@GMAIL.COM
586	AM ANDERSON VALENTE VI****@GMAIL.COM
587	AM ANDREA PONTES AN****@GMAIL.COM
588	AM ANDRE LIMA AN****@GMAIL.COM
589	AM ANDRESA BASSANI AN****@GMAIL.COM
590	AM ANDREZA DOS SANTOS DO CASAL AN****@GMAIL.COM
591	AM ANDREZA SILVA AN****@GMAIL.COM
592	AM ANDRICIA SILVA SI****@GMAIL.COM
593	AM ANE CAROLINE SILVA DA COSTA FG****@GMAIL.COM
594	AM ANE KAROLYNE DE ALENCAR BEZERRA KA****@HOTMAIL.COM
595	AM ANGELICA REBOUCAS VEIGA AN****@HOTMAIL.COM
596	AM ANTHONY FREITAS AN****@EUNERD.COM.BR
597	AM ANTONIA LEUDES LISBOA BEZERRA LE****@HOTMAIL.COM
598	AM ANTONIO DA SILVA MADUREIRA AN****@GMAIL.COM
599	AM ANTONIO LANDIO BARROS OLIVEIRA TO****@GMAIL.COM
600	AM ANTONIO SOUZA FREITAS NT****@GMAIL.COM
601	AM ARACELY DA SILVA PENELA MADUREIRA AR****@GMAIL.COM
602	AM ARETHA GONCALVES DE SOUZA PENA SO****@GMAIL.COM
603	AM ARIANA GOMES DA COSTA DR****@GMAIL.COM
604	AM ARIANE RENGIFO CAVALCANTE RE****@GMAIL.COM
605	AM ARIEL BRASIL DE OLIVEIRA AR****@HOTMAIL.COM
606	AM ARINOS MARCIAO ESQUERDO AR****@GMAIL.COM
607	AM ARLECY FERREIRA AR****@GMAIL.COM
608	AM ARLENE ALMEIDA AR****@GMAIL.COM
609	AM ASTRYD PORTILHO DA SILVA AS****@GMAIL.COM
610	AM AUCILEIA SALAZAR AU****@GMAIL.COM
611	AM AUGUSTO NEVES AU****@GMAIL.COM
612	AM AURARY TABAJARA DE AZEREDO JUNIOR AU****@UOL.COM.BR
	AM AURICELIA MARIA AU****@GMAIL.COM
	AM BARBARA ROCCO BA****@HOTMAIL.COM
	AM BARBARA RODRIGUES PAIVA FG****@GMAIL.COM
	AM BARBARA SANTOS SILVEIRA BA****@GMAIL.COM
	AM BEATRIZ EVANGELISTA BC****@GMAIL.COM
	AM BETANIA MAGALHAES OLIVEIRA BE****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164850

Nº UF Cidadão		
619	AM	BIANCA CANAVARRO MARQUES BI****@GMAIL.COM
620	AM	BIANCA MONTEIRO DA SILVA BI****@GMAIL.COM
621	AM	BIANCA PEREIRA SILVA BI****@GMAIL.COM
622	AM	BIANCA QUEIROZ BI****@GMAIL.COM
623	AM	BLENA GABRIELLY GABY BB****@GMAIL.COM
624	AM	BRENA BITENCOURT BR****@GMAIL.COM
625	AM	BRENDA BARBOSA BR****@GMAIL.COM
626	AM	BRENDA OLIVEIRA KA****@GMAIL.COM
627	AM	BRENDA VIANA FONSECA BE****@GMAIL.COM
628	AM	BRUNA KELLY SILVA DA SILVA BR****@GMAIL.COM
629	AM	BRUNA REIS DE QUEIROZ BR****@GMAIL.COM
630	AM	BRUNA SILVA BL****@GMAIL.COM
631	AM	BRUNA TRAVASSOS DE VASCONCELOS REGUEIRA BR****@HOTMAIL.COM
632	AM	BRUNO MELO DA ROCHA BR****@GMAIL.COM
633	AM	BRUNO ROSSI DA SILVA SOUZA BR****@GMAIL.COM
634	AM	CAMILA ABREU ESTUDANTE DE FONOAUDIOLOGIA MI****@GMAIL.COM
635	AM	CAMILA CASTRO CA****@GMAIL.COM
636	AM	CAMILA FONSECA CA****@GMAIL.COM
637	AM	CAMILA GENTIL CA****@GMAIL.COM
638	AM	CAMILA OLIVEIRA DA SILVA CA****@GMAIL.COM
639	AM	CARINA SILVA CA****@GMAIL.COM
640	AM	CARLA CAROLINE BARBOSA MOTA CA****@GMAIL.COM
641	AM	CARLA FERNANDA BRAGA FERNANDES CA****@HOTMAIL.COM
642	AM	CAROLINE BRAGA CA****@GMAIL.COM
643	AM	CAROLINE CANTO CA****@GMAIL.COM
644	AM	CAROLINE GOES DA SILVA CA****@GMAIL.COM
645	AM	CAROLINE ROCHA GOMES CA****@GMAIL.COM
646	AM	CAROLINE SANTOS LIMA CA****@GMAIL.COM
647	AM	CASSIO MATOS CA****@GMAIL.COM
648	AM	CELIA SILVA CE****@GMAIL.COM
649	AM	CESAR AUGUSTO LU****@GMAIL.COM
650	AM	CHARLES SANTOS PEREIRA CH****@HOTMAIL.COM
651	AM	CHRISTIE ESTHER MAIA ES****@GMAIL.COM
652	AM	CHRISTINE MONTEIRO CH****@GMAIL.COM
653	AM	CHRISTOFFER SIQUEIRA DE SOUZA CH****@GMAIL.COM
654	AM	CINTIANE SOUZA SC****@GMAIL.COM
655	AM	CLAUDIA DE LUCCA PA****@GMAIL.COM
656	AM	CLAUDIA REGINA MACENA CAVALCANTE CL****@GMAIL.COM
657	AM	CLAUDIA SERIQUE CS****@GMAIL.COM
658	AM	CLAUDIO RONALDO CL****@GMAIL.COM
659	AM	CLEBERSON SOUZA DE ASSUNCAO CL****@GMAIL.COM
660	AM	CLEIDE AQUINO MARTINS ED****@GMAIL.COM
661	AM	CLEIDE SILVA LOPES CL****@GMAIL.COM
662	AM	CLISSIA LOUENDRE CL****@GMAIL.COM
663	AM	C. L. S. CL****@GMAIL.COM
664	AM	CRIS SOUZA CR****@GMAIL.COM
665	AM	CRISTIANA NASCIMENTO DOS SANTOS FG****@GMAIL.COM
666	AM	CRISTIANE CARRIL CR****@GMAIL.COM
667	AM	CRISTIANE LINDOSO KR****@GMAIL.COM
668	AM	CRISTIANE PEREIRA VALENTE CR****@GMAIL.COM
669	AM	CRISTIANO RIBEIRO VIANA NA****@GMAIL.COM
670	AM	CRISTINA BENEVIDES DE SOUZA CR****@GMAIL.COM
671	AM	CRISTINA RODRIGUES FG****@GMAIL.COM
672	AM	CRISTINA VENTILARI CR****@GMAIL.COM
673	AM	CRYSTIANE AREVALO PERES AB****@GMAIL.COM
674	AM	CYNTHIA ISABELLE ASSUNCAO DE OLIVEIRA IS****@GMAIL.COM
675	AM	DAIANA DE LIMA DA ROCHA DA****@HOTMAIL.COM
676	AM	DAIANE DE SOUZA DUQUE DA****@GMAIL.COM
677	AM	DANIEL ALAN DM****@GMAIL.COM
678	AM	DANIELE CORONEL MENA BARRETO DA****@HOTMAIL.COM
679	AM	DANIELE LASMAR FERREIRA DA****@HOTMAIL.COM
680	AM	DANIELLY RELVAS DA****@GMAIL.COM
681	AM	DANIEL SANTAREM GOMES DA****@GMAIL.COM
682	AM	DARFINY RAQUEL DA****@GMAIL.COM
683	AM	DARLIENE PINTO DE OLIVEIRA SG****@GMAIL.COM
684	AM	DAVID ANDREWS DA****@GMAIL.COM
685	AM	DAVID BOTELHO DA****@GMAIL.COM
686	AM	DAVID MARCELINO DA****@GMAIL.COM
687	AM	DAVID ROCHA CO****@GMAIL.COM
688	AM	DAVILA FREITAS DA****@GMAIL.COM
689	AM	DAYANNE RUIZ DA****@GMAIL.COM
690	AM	DAYANNE SILVA DA****@GMAIL.COM
691	AM	DEBORA BRASIL D.****@GMAIL.COM
692	AM	DEBORAH LOUISE DE****@GMAIL.COM
693	AM	DEBORA PEREIRA DOS SANTOS DE****@SEDUCAM.G12.BR
694	AM	DEISE SOUZA NUNES ASSUNCAO FG****@GMAIL.COM
695	AM	DELANA LARISSA DE****@GMAIL.COM
696	AM	DHARA KATLEN KA****@GMAIL.COM
697	AM	DHARMAN OXINTO EU****@GMAIL.COM
698	AM	DIONIZIA COSTA DI****@GMAIL.COM
699	AM	DIULIANNA ALVES DI****@GMAIL.COM
700	AM	DOGE MASTER GU****@GMAIL.COM
701	AM	DORA BATALHA DO****@GMAIL.COM
702	AM	DRIELLE MORAES DM****@GMAIL.COM
703	AM	EDERALDO ALMEIDA ED****@GMAIL.COM
704	AM	EDIANE LAGO SOARES ED****@GMAIL.COM
705	AM	EDIVANE DE NAZARE DE SOUSA DO ROSARIO AN****@GMAIL.COM
706	AM	EDMARA NOGUEIRA ED****@GMAIL.COM
707	AM	EDUARDA GABRIELLY FARIAS AGUIAR ED****@GMAIL.COM
708	AM	EDUARDO ANTONIO DOS SANTOS SERRADOR ED****@HOTMAIL.COM
709	AM	EDY ALMEIDA DU****@GMAIL.COM
710	AM	ELANNE FERNANDEZ EL****@GMAIL.COM
711	AM	ELANNE VIANA EL****@GMAIL.COM
712	AM	ELCIANE PICANCO PEREIRA NOBREGA EL****@OUTLOOK.COM
713	AM	ELENNICY VULCAO GOTTTGTROY EL****@YAHOO.COM.BR
714	AM	ELESSANDRA FERREIRA EL****@GMAIL.COM
715	AM	ELIANE ROSA RO****@GMAIL.COM
	AM	ELIELTON FRANCO FELIX EL****@GMAIL.COM
	AM	ELIZANE LEAL DOS REIS EL****@GMAIL.COM
	AM	ELLEN SUZY MENDONCA HG****@GMAIL.COM
	AM	EMERSON MOTA EM****@GMAIL.COM
	AM	EMILLY ARAUJO EM****@GMAIL.COM
	AM	EMILY COELHO VIANA EM****@GMAIL.COM



4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

AUTORIA: Senador Beto Martins (PL/SC)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Beto Martins

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos e veda sua autoclassificação.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 74-A:

“**Art. 74-A.** O órgão competente para a regulação a que se refere o *caput* do art. 74 classificará, obrigatoriamente, os conteúdos musicais a serem tornados públicos por quaisquer meios, sendo vedada a autoclassificação. Os conteúdos serão classificados conforme:

I – seu potencial para desencadear quadros de depressão e ansiedade;

II – seu conteúdo de violência ou de sexualidade explícita;

III – sua capacidade para desencadear, ou contribuir para o desencadeamento, de comportamentos antissociais.

Parágrafo único. A classificação do conteúdo musical deverá ser sempre anunciada antes da reprodução pública da música, não importando o canal por meio da qual ela será transmitida.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta e cinco dias da data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Os difíceis anos da pandemia começam, agora, a poder ser compulsados em busca do que nos puderam ensinar.

A música, sabemos hoje por meio de diversos estudos, não só reflete emoções, mas também tem o poder de mudar estados emocionais, que podem ser tanto positivos quanto negativos, dependendo do conteúdo das letras.

Nesse sentido, durante a pandemia, observou-se um aumento significativo nos casos de ansiedade e depressão. Estudos de neurociência nos mostram, hoje, como diferentes tipos de música podem afetar o humor e o comportamento das pessoas, indicando que letras negativas podem reforçar traços de depressão e ansiedade, bem como estimulam o cérebro de modo tal que pode levar a pessoa a comportamentos violentos ou descabidamente sexuais, ou mesmo a ambos. No mesmo sentido, observou-se também uma correlação significativa entre o consumo de músicas com temáticas de violência e o desenvolvimento de atitudes agressivas em jovens e em adolescentes. Tudo leva a crer, enfim, que as crianças, os adolescentes e os jovens são mais diretamente influenciados pela música do que outros contingentes populacionais.

Destarte, assim como filmes e outros tipos de mídia são classificados com base em seu conteúdo e impacto potencial, tornou-se necessária a implementação de um sistema de classificação etária para músicas. A classificação não só protegeria os jovens de conteúdos nocivos, mas também educaria os pais e responsáveis sobre a natureza do conteúdo musical que seus filhos consomem.

Como meio, elegemos o estabelecimento de um sistema de classificação etária para músicas, videoclipes e similares distribuídos comercialmente ou que, a qualquer outro título, venham a público, no Brasil, categorizando-os de acordo com a presença de temas de violência, inclusive na linguagem, uso de drogas e conteúdo sexual. Essa classificação ajudaria a limitar o acesso a conteúdos potencialmente danosos para crianças e adolescentes, promovendo um ambiente de mídia mais sadio, seguro e consciente.



Nosso objetivo é o de conduzir a uma sociedade mais informada e consciente sobre o impacto das músicas no desenvolvimento emocional e comportamental. Tal “conscientização” não se aplica apenas aos mais jovens, mas também aos adultos seus formadores, bem como aos próprios artistas.

A música é algo sério e importante demais para ser deixada à deriva em nossa sociedade. Nossa proposição tem como meta não a censura, mas, ao contrário, a capacidade de reflexão sobre os processos formativos pelos quais crianças, adolescentes e jovens estão passando. Ademais, e na mesma direção, nossa proposição tem o condão, conforme acreditamos, de garantir que a música, como forma de arte e expressão, ajude a promover o crescimento e o desenvolvimento saudável. Nossa proposição preserva, assim, as virtudes da própria música.

Observemos, por fim, que, dada a complexidade da matéria, propomos sua entrada em vigor tão-somente após o decurso de um ano, de modo a que possa ser desenvolvido o sistema de classificação, bem como a adaptação do meio musical às novas condições.

São essas as razões pelas quais pedimos aos nobres e às nobres Pares seu apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador BETO MARTINS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)
- 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.671, de 2024, do Senador Beto Martins, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.*

Relator: Senador **MAGNO MALTA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 3.671, de 2024, de autoria do Senador Beto Martins, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.*

Para tanto, a proposição estabelece a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos. Altera, ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), estabelecendo que um órgão competente ficará responsável por classificar os conteúdos musicais, proibindo que essa classificação seja feita pelos próprios produtores ou distribuidores. O projeto também determina que essa classificação seja divulgada antes da reprodução de qualquer música em público. Encerra, por fim, a cláusula de vigência, prevista após o decurso de um ano da data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificção, o autor enfatiza que objetiva, com a proposição, *conduzir a uma sociedade mais informada e consciente sobre o impacto das músicas no desenvolvimento emocional e comportamental.*

O projeto, que não recebeu emendas, foi distribuído para análise da CDH e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação e Cultura, cabendo a esta última manifestar-se em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

De acordo com o disposto pelo inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca da proteção à infância e à juventude, a exemplo da proposição em debate.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, não tendo sido vulnerada cláusula pétrea ou dispositivo constitucional. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da Constituição), sendo, pois, livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

Quanto à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que se refere ao mérito, reconhecemos a importância ímpar da proposição em tela.

A música exerce uma influência profunda sobre o estado emocional e comportamental de crianças e adolescentes, atuando como uma ferramenta poderosa no desenvolvimento e na expressão individual.

No entanto, é importante ressaltar que a influência comportamental pode ser tanto positiva quanto negativa. Letras com mensagens violentas, preconceituosas ou que enaltecem comportamentos de risco podem ter um impacto prejudicial, especialmente em adolescentes mais vulneráveis ou em busca de aprovação.

A matéria em análise propõe que as músicas divulgadas publicamente tenham uma classificação indicativa, semelhante à de filmes e programas de TV. A avaliação será feita com base em três critérios principais: o potencial para causar quadros de depressão e ansiedade, a menção a violência

ou sexualidade explícita, e a capacidade de incentivar comportamentos antissociais.

Importante reforçar que o objetivo da proposição não é censurar a produção musical, mas sim conscientizar a sociedade sobre o impacto que a música pode ter na formação emocional e comportamental de crianças e adolescentes, razão pela qual louvamos a iniciativa e a consideramos meritória.

III – VOTO

Em consonância ao exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.671, de 2024.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.



SF/22304.52285-98

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 58.**

.....”

§ 4º Os serviços de apoio especializado de que trata o § 1º deste artigo incluem atendimento individualizado periódico, inclusive na educação de jovens e adultos, e nas situações de ensino remoto”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – lei conhecida como LDB –, a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ainda conforme a LDB, deve haver, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Além disso, o atendimento educacional nessa modalidade pode ser feito em classes, escolas ou serviços especializados,

sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Cumprasse assinalar ainda que a LDB também determina que a oferta de educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida.

Ocorre que, na educação de jovens e adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso escolar ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria, a oferta de atendimento especializado nem sempre tem sido feita de modo adequado, o que tem gerado dificuldades na aprendizagem de muitos estudantes.

Cumprasse ressaltar que a LDB estipula que os sistemas de ensino devem assegurar a esses jovens e adultos “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (art. 37, § 1º).

Desse modo, sugerimos, neste projeto, a inclusão de dispositivo na LDB para explicitar o atendimento individualizado periódico entre os serviços de apoio especializado no âmbito da educação especial. Ademais, deixamos expresso que esse atendimento se estende à educação de jovens e adultos e às situações de ensino remoto.

A referência ao ensino remoto decorre da constatação de que, durante a suspensão de aulas presenciais devido à pandemia de covid-19, muitos alunos que precisam da referida forma de atendimento especializado não tiveram suas necessidades educacionais plenamente observadas.

Temos a convicção de que esta proposição suprirá a lacuna legislativa que tem trazido oferta irregular do ensino obrigatório para estudantes que precisam de atendimento especializado individual periódico.

Em vista do exposto, pedimos apoio para que a norma sugerida por este projeto possa prosperar e ser inserida em nosso ordenamento legal.

Sala das Sessões,

SENADOR ROMARIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996:9394>

- art58



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 781, de 2022, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre atendimento individualizado periódico na educação especial.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 781, de 2022, de autoria do Senador Romário. A proposição visa alterar o art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para positivar o atendimento individualizado periódico como um dos componentes dos serviços de apoio especializado oferecidos no âmbito da educação especial.

O projeto propõe a inclusão de um § 4º no referido artigo, estendendo explicitamente essa garantia à educação de jovens e adultos (EJA) e às situações de ensino remoto. Em sua justificação, o autor destaca que a medida busca suprir uma lacuna legislativa que tem resultado na oferta inadequada de apoio a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, cujas necessidades foram particularmente negligenciadas durante a pandemia de covid-19.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Educação e Cultura, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre matérias relativas à garantia e promoção dos direitos humanos, à proteção de grupos vulneráveis e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O PL nº 781, de 2022, insere-se diretamente no núcleo de competências deste colegiado, ao buscar fortalecer um dos pilares da dignidade humana: o direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

A proposição é meritória e oportuna. Ao tornar explícito na LDB o dever de ofertar "atendimento individualizado periódico", o projeto reforça a obrigação do Estado de prover os suportes necessários para que cada estudante possa desenvolver seu pleno potencial, em conformidade com o princípio da igualdade substancial. Trata-se de reconhecer que a verdadeira inclusão exige mais do que a simples matrícula em classe comum; demanda a remoção de barreiras e a oferta de ferramentas personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada um.

O alinhamento do PL com os tratados internacionais de direitos humanos é inequívoco. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, estabelece em seu artigo 24 o dever dos Estados Partes de assegurar "adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais" e de garantir "medidas de apoio individualizadas e efetivas". O projeto materializa esse comando na principal lei da educação do País.

No plano nacional, a proposta aprofunda e detalha as diretrizes já traçadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. O art. 28 da LBI prevê a "adoção de medidas individualizadas e coletivas" e o "planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado". A proposição, portanto, confere maior densidade normativa a esses preceitos, fortalecendo a segurança jurídica para estudantes, famílias e educadores.

Contudo, para que o avanço seja completo, é fundamental não apenas o que se oferece (o atendimento individualizado), mas como esse

atendimento é estruturado. A literatura acadêmica e a experiência internacional demonstram que a eficácia dos apoios depende de um planejamento sistemático, documentado e centrado no aluno. Países como Estados Unidos, França e Itália consolidaram modelos de planos educacionais individualizados que vinculam avaliação, metas e intervenções, aumentando a eficiência do processo educativo.

No Brasil, essa ferramenta é conhecida como Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Recentemente, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, definiu o PAEE como um "documento obrigatório e individualizado de natureza pedagógica, com atualização contínua".

Para garantir a perenidade e a força normativa dessa ferramenta essencial, propomos uma emenda ao projeto, de modo a inserir o § 5º no art. 58 da LDB, com o objetivo de vincular expressamente o atendimento individualizado periódico, previsto no § 4º, à obrigatoriedade de sua organização por meio do PAEE. Tal medida eleva uma previsão regulamentar ao patamar de lei, harmonizando a LDB com a LBI e com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de modo a corrigir uma falha histórica da nossa legislação educacional. Com efeito, segundo as especialistas Gabriela Tannús-Valadão e Enicéia Gonçalves Mendes, a ausência de dispositivos na legislação para garantir planos individualizados resultava "num planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos".

Com essa alteração, o § 4º descreverá o que os serviços de apoio incluem e o § 5º definirá como esse serviço deve ser planejado e executado, garantindo um ciclo virtuoso de avaliação, planejamento, ação e acompanhamento. A medida não cria despesas, mas qualifica o uso dos recursos já alocados ao atendimento educacional especializado, especialmente por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que prevê fatores de ponderação majorados para essas matrículas.

Desse modo, o PL nº 781, de 2022, acrescido da emenda que propomos, representa um avanço civilizatório indispensável e reforça o compromisso do Estado brasileiro com a dignidade, a autonomia e o pleno desenvolvimento de mais de 1,7 milhão de estudantes da educação especial.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 781, de 2022, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Acrescente-se ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 781, de 2022, o seguinte § 5º:

"Art. 58.

.....

§ 5º O atendimento individualizado periódico referido no § 4º será obrigatoriamente orientado, registrado e acompanhado por meio do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE, elaborado a partir de avaliação individual e atualizado conforme as necessidades específicas do educando." (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4366, DE 2024

Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas como identificador da pessoa portadora da Doença de Parkinson.

Art. 2º A Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

§ 1º O uso cordão de fita com desenhos de tulipas vermelhas identifica nacionalmente a pessoa como portadora da Doença de Parkinson.

§ 2º O uso do cordão de que trata o § 1º deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.

§ 3º A utilização do cordão de que trata do §1º deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da doença, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A singela instituição de símbolos capazes de identificar pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes, caso do cordão de girassóis, e pessoas com transtorno do espectro autista, caso do cordão de quebra-cabeça, contribuíram não apenas para a identificação individual de cada uma delas, mas também para instruir a sociedade sobre a diversidade humana.

Seguindo o mesmo caminho, consideramos importante a conscientização social sobre a Doença de Parkinson. Nesse sentido, a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, significou um avanço ao definir o mês de abril com o mês dedicado à conscientização sobre o tema. Conforme a Lei, tal conscientização se efetiva por meio da divulgação do assunto na comunidade, do suporte a familiares e estímulo a sua participação nas ações de saúde, da sensibilização e estímulo de profissionais e pesquisadores da área, da garantia ao direito a medicamentos, bem como da divulgação de ações para o diagnóstico precoce da Doença.

Entretanto, pela importância da Doença, que é a segunda doença degenerativa mais comum do sistema nervoso central após o Alzheimer, e por seu caráter gradual, é importante promover a conscientização sobre ela no cotidiano das pessoas, em benefício das que já enfrentam a Doença e da divulgação geral sobre o assunto.

O reconhecimento do cordão com desenhos de tulipas vermelhas, que tem sua origem numa homenagem feita por um floricultor holandês ao médico que descreveu a Doença, James Parkinson, acentua, portanto, a conscientização sobre o tema e colabora para a rápida identificação da pessoa portadora da Doença.

Pela importância do assunto, conto com o apoio de meus Pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.606, de 20 de Junho de 2023 - LEI-14606-2023-06-20 - 14606/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14606>



SENADO FEDERAL

Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.366, de 2024, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que dispõe sobre a conscientização sobre a Doença de Parkinson, para instituir o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas portadoras da Doença de Parkinson.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.366, de 2024, que institui o uso do cordão com desenhos de tulipas vermelhas para identificação de pessoas com Doença de Parkinson.

Para isso, a proposição dirige-se à Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, acrescentando três parágrafos a seu art. 3º. O primeiro deles institui, propriamente, a condição de identificador nacional da pessoa com doença de Parkinson ao cordão de fita com desenhos de tulipas vermelhas; o segundo deixa nítido que o exercício de direitos e garantias previstas em lei para as pessoas com doença de Parkinson não é condicionado ao uso do cordão, que é opcional; e, por fim, o terceiro parágrafo acrescentado não dispensa a apresentação de documento comprobatório da doença, sempre que solicitado por quem de direito. O art. 3º da proposição põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor chama a atenção para a já bem sucedida experiência do uso de símbolos para instruir a sociedade acerca da diversidade humana e dos direitos que a ela correspondem no cotidiano das pessoas.

Após o exame desta Comissão, a proposição seguirá para exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão examinar matéria respeitante à “proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos”, o que mostra ser regimental este exame.

Tampouco se deixam observar problemas de juridicidade ou de constitucionalidade. A competência para legislar sobre a matéria é do Parlamento e a espécie normativa utilizada, a lei, é a forma correta. Tampouco colide com a norma jurídica em vigor. Há, conforme veremos, uma ou outra correção terminológica a se fazer para ajustar a redação aos termos da legislação vigente.

Quanto ao mérito, temos que a matéria acrescenta ideias positivas à normatividade pátria. Já estando dispostos os direitos das pessoas com deficiências ou doenças crônicas que, em alguma medida, acarretam impedimentos, trata-se agora de comunicar à sociedade, como bem afirma o nobre senador Romário, autor do projeto, não apenas para a identificação individual de cada uma delas, mas também para instruir a sociedade sobre a diversidade humana.

Veja-se que o exercício de direitos e a promoção da inclusão são atividades cooperativas, isto é, dependem da atitude do concidadão. E a atitude de reconhecimento dos direitos das pessoas que enfrentam barreiras ou impedimentos é algo em que temos nos empenhado bastante desde a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) veio se somar na garantia e promoção dos direitos dos cidadãos com deficiência, no combate à qualquer forma de discriminação, exigindo mudanças de paradigmas, combate a mitos e investimentos em capacitação e

acessibilidade, dirigindo-se aos currículos escolares, às pesquisas e à formação de pessoal. Tudo isso segue dando frutos, que agora podemos colher.

É nesse sentido que a proposição, a nosso ver, tem a capacidade de ampliar a disposição de bem conviver que já está presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, seu mérito é acentuado ao promover conscientização sobre pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes. É o melhor modo de se legislar.

III – VOTO

Conforme as ideias trazidas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.366, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CDH

Substitua-se, na ementa e nos artigos 1º e 2º da proposição, a expressão “pessoa portadora da doença de Parkinson” pela expressão “pessoa com doença de Parkinson”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

7



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4426, DE 2025

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

AUTORIA: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete da senadora Dra. Eudócia

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Senadora DRA EUDÓCIA)

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.

Art. 2º A imunização deverá ser realizada com a utilização de vacina com registro aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) indicado para a prevenção da referida doença.

Art. 3º O Ministério da Saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) garantirá os meios necessários à execução do disposto nessa lei para o acesso gratuito do imunizante em toda rede pública de saúde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O objetivo desse Projeto de lei é disponibilizar a vacina contra o herpes-zóster na rede pública de saúde para os idosos com mais de 60 anos de idade.

Popularmente conhecida como cobreiro, a **herpes-zóster é uma doença causada pelo Vírus Varicela-Zóster (VVZ), o mesmo microrganismo responsável pela catapora.** Após a infecção inicial, geralmente na infância, ele não é eliminado do organismo, mas permanece inativo, principalmente em tecidos nervosos. Anos depois, esse vírus pode ser reativado.¹

Nota-se que existem oito vírus diferentes da família Herpes que podem causar doença em humanos. Os herpes tipo 1 (herpes oral), 2 (herpes genital) e 3 (herpes-zóster) provocam quadros semelhantes de lesões de pele que podem reaparecer após um período variável de ausência de sintomas. **A vacina é somente para o tipo 3.**²

O processo ocorre principalmente em situações de baixa imunidade, mais comuns na idade adulta, especialmente acima de 60 anos. Por isso, **a vacina contra herpes-zóster é amplamente recomendada para idosos, especialmente, aqueles com mais de 60 anos devido ao risco aumentado de desenvolver a doença e suas complicações,** e pode ser considerada a partir dos 50 anos.

O maior desafio no combate ao herpes-zóster é a falta de acesso à vacina, que ainda não está disponível gratuitamente no SUS, somente em clínicas de vacinação e laboratórios privados, com valores elevados que podem chegar a R\$ 2 mil pelas duas doses necessárias.³

É preciso atentar para o fato de que a maioria dos idosos brasileiros vive da aposentadoria ou benefícios previdenciários e assistenciais que, muitas vezes, é a principal fonte de renda.

No Brasil, aproximadamente 83,4% da população idosa recebe algum tipo de proteção social, seja através da previdência ou do Benefício

¹ MS/Biblioteca virtual em saúde <https://bvsmis.saude.gov.br/>

² Fiocruz <https://fiocruz.br/video/ligado-em-saude-herpes-e-herpes-zoster>

³ Brasil de fato – Repórter SUS



de Prestação Continuada (BPC/LOAS), o que, por si só, já evidencia a falta de recursos para custear a vacina contra o herpes-zóster.⁴

Nesse contexto, a situação pode ficar ainda pior para o idoso devido aos altos custos dos remédios utilizados no tratamento da doença. O objetivo primordial do tratamento para o herpes-zóster é reduzir a duração da doença e prevenir possíveis complicações. Sendo assim, o médico pode indicar: antivirais específicos para o vírus varicela zóster com o intuito de reduzir a sua multiplicação no organismo; analgésicos e antitérmicos que podem ser utilizados para reduzir o desconforto provocado pela dor e higienização das lesões. Nos casos mais graves podem necessitar de internação e medicação endovenosa.

Somente a vacina é capaz de proteger o idoso e evitar gastos extras com saúde.

Para a infectologista Gabriela Camargo, a vacina tem potencial de reduzir em mais de 90% as manifestações mais graves da doença.

“É uma ferramenta que eu considero fundamental na prevenção, principalmente da morbidade e do sofrimento relacionado à doença por conta das complicações. Se conseguirmos a vacina pelo SUS, vai ser um caminho enorme na proteção de forma gratuita. Seria incrível e há uma luta muito forte para isso.”⁵

É importante destacar, que a vacina pode ser administrada mesmo que o paciente já tenha tido um episódio de herpes na vida. Segundo Eliane Tiemi Iokote, infectologista do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, é importante o paciente considerar ser vacinado, principalmente se ele possui mais de 50 anos, quando o risco de infecção é elevado.

“Mesmo que a doença já tenha aparecido, vale a pena tomar a vacina, pois ajuda a reduzir a dor aguda ou crônica que costuma vir associada ao herpes. Apesar dos benefícios, o grande entrave da vacina é o preço.”⁶

⁴ Ministério da Previdência Social (MPS) <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias-e-conteudos/2024/agosto/protecao-social-da-populacao-idosa-alcanca-83-4-no-brasil>

⁵ <https://fiocruz.br/noticia/2025/05/reporter-sus-quando-vacina-contraherpes-zoster-vai-chegar-ao-sus>

⁶ <https://drauziovarella.uol.com.br/infectologia/vacina-contraherpes-zoster-e-eficaz-mas-tem-alto-custo/>

Geralmente, os sintomas iniciais da herpes-zóster são dores, sensação de formigamento ou agulhadas, ardor e coceira na área afetada, além de febre, dor de cabeça e mal-estar geral. Em seguida, surgem lesões na pele, caracterizadas por bolhas sobre uma área avermelhada. As erupções normalmente seguem o trajeto de um nervo e aparecem com mais frequência no tronco, a menos que haja infecções bacterianas secundárias nas lesões. No entanto, a doença pode trazer complicações sérias.

As principais complicações do herpes-zóster em idosos incluem:

- Dor intensa e crônica na região das lesões cutâneas (neuralgia pós-herpética);
- Dor nos olhos, lacrimejamento, visão embaçada e, em casos graves, cegueira (problemas oftalmológicos);
- Complicações neurológicas e vasculares, como AVCs.
- Dificuldade ou incapacidade de manter a coordenação motora (ataxia cerebelar aguda);
- Problemas auditivos que podem causar dor intensa no ouvido e surdez temporária ou permanente;
- Embora muito raros, o vírus pode causar, em pessoas com imunidade muito baixa, complicações como inflamação do cérebro e meninge (meningoencefalite) e pneumonia, que podem ser fatais;
- Distúrbios na coagulação do sangue, como a trombocitopenia.
- Paralisias de nervos cranianos, como a paralisia facial (Síndrome de Ramsay Hunt).⁷ – “Reinsei Runt”

Chama à atenção os dados oficiais recentes sobre a incidência do herpes-zóster no país que evidenciam a necessidade de incluir a vacina contra o herpes-zóster no Programa Nacional de Imunização. **Em 2023, os casos de Herpes-Zoster no Brasil apresentaram um aumento alarmante**

⁷ <https://hospitalsiriolibanes.org.br/blog/infectologia/vacina-contraherpes-zoster-e-recomendada-acima-dos-60-anos>



de 568%, conforme dados do DATASUS, totalizando cerca de 127 mil casos registrados.⁸

Nos primeiros dois meses de 2024, a situação se agravou ainda mais, com um registro de 27 mil casos, o que representa um aumento três vezes maior do que os 9 mil casos registrados no mesmo período de 2023. (idem)

Além disso, as internações devido ao vírus também aumentaram significativamente em 13,6% em relação ao ano anterior, chegando a 2,6 mil hospitalizações. (ibidem)

Nota-se que não existem dados exatos sobre o número total de mortes por herpes-zoster no Brasil, pois a doença não é de notificação compulsória, mas dados do Ministério da Saúde mostram que **entre 2014 e 2024, houve 3.035 internações que resultaram em óbito** por varicela/herpes-zóster no país, com a faixa etária de maiores de 79 anos sendo a mais afetada.⁹

Esse cenário preocupante pode ser atribuído a vários fatores, como apontam os especialistas. Entre eles, destaca-se o fato de que a vacina contra o vírus começou a ser produzida apenas a partir de 1990.¹⁰

Assim, quem não recebia a vacina acabava contraindo o vírus e, após a recuperação, ele permanecia latente em seu sistema imunológico. Como resultado, o vírus permaneceu adormecido em cerca de 95% dos brasileiros, com um terço deles correndo o risco de desenvolver uma reativação da doença, especialmente após os 50 anos de idade.

Outra realidade que não pode ser ignorada na elaboração de políticas públicas voltadas ao combate do herpes-zóster e suas complicações, é o envelhecimento da população brasileira, com um aumento significativo no

⁸ GAZETA BRASIL. Surto De Herpes-Zoster No Brasil: Vacina De Alto Custo Não Disponível Pelo SUS. 06 maio 2024. Disponível em: <https://gazetabrasil.com.br/ultimas-noticias/2024/05/06/surto-de-herpes-zoster-no-brasil-vacina-de-alto-custo-nao-disponivel-pelo-sus/>

⁹ Sociedade Brasileira de Infectologia <https://infectologia.org.br/noticias/saiu-na-imprensa/internacoes-por-herpes-zoster-no-brasil/#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do,perfil%20de%20p%C3%BAblico%20mais%20atingido.>

¹⁰ TERRA. Vírus da catapora aumenta contaminações no Brasil: entenda o herpes-zóster. 02 maio 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/virus-da-catapora-aumenta-contaminacoes-no-brasil-entenda-o-herpes-zoster,b43c87245d243be68b9dd4c7ddde2c48hz2aphzh.html>.



número de idosos e uma redução na taxa de natalidade. Isso tem implicações importantes para a sociedade, a economia e a saúde pública.

O índice de envelhecimento considerando-se a população com 60 anos ou mais chegou a 80,0 em 2022, com 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de 0 a 14 anos.

No Brasil, esse índice chegou a 55,2 em 2022, indicando que há 5,2 idosos para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Em 2010, o índice de envelhecimento era menor, correspondendo a 30,7.¹¹

Considerando as projeções acima mencionadas, entendo que a inclusão da vacina contra o herpes-zóster para idosos acima de 60 anos de idade, no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), é uma ação mais do que necessária, deve ser iminente para evitar que a herpes-zóster se torne um problema de saúde pública com impactos orçamentários significativos para o poder público.

Por fim, vale mencionar que um estudo apresentado este ano no Congresso da Sociedade Europeia de Cardiologia, em Madri (Espanha), sugere que a vacina contra herpes-zóster pode reduzir a possibilidade e doenças cardiovasculares graves, como acidente vascular cerebral (AVC), em adultos imunizados. Pesquisa mostra que pessoas de 18 a 50 anos vacinadas tiveram queda de 18% no risco dessas doenças, enquanto as com mais de 50 anos, em 16%. O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Renato Kfoury, em entrevista à Agência Brasil, concorda.

Com essa nova constatação, a vacinação contra o herpes zóster para maiores de 60 anos torna-se ainda mais importante se considerarmos que pessoas nessa faixa etária costumam apresentar problemas cardíacos e estão mais suscetíveis de ter AVC.

Diante do exposto, por ser de relevância social, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

¹¹ Censo IBGE/2022



Sala das sessões, 03 de setembro de 2025.

Senadora Dra EUDÓCIA
(PL/AL)



Assinado eletronicamente por Sen. Dra. Eudócia

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3525279389>



SENADO FEDERAL

Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.426, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que *dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.426, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que *dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS), para os idosos com mais de 60 anos de idade.*

A proposição consiste em quatro artigos.

O art. 1º estabelece o escopo da norma, determinando a oferta do referido imunizante no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI) para idosos com mais de 60 anos de idade.

Nos termos do art. 2º, a imunização deverá ser realizada com vacina registrada e aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), indicada para a prevenção da doença.

O art. 3º, por sua vez, atribui ao Ministério da Saúde, por intermédio do SUS, a responsabilidade por assegurar os meios necessários para a execução da medida e para garantir o acesso gratuito ao imunizante em toda a rede pública de saúde.

Por fim, o art. 4º determina que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora sustenta que a oferta da vacina contra o herpes-zóster no SUS é necessária diante do aumento expressivo da incidência da doença no País, especialmente entre pessoas idosas, grupo mais vulnerável às complicações da doença. Destaca que o imunizante atualmente só está disponível na rede privada, com custo elevado, o que limita o acesso da população que mais necessita de proteção. Reúne ainda dados epidemiológicos recentes, referências de especialistas e informações sobre o impacto clínico e socioeconômico do herpes-zóster, enfatizando que a inclusão da vacina no calendário nacional de imunização contribuirá para reduzir internações, complicações graves e gastos em saúde.

Após análise desta Comissão, a proposição seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa. Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como a proteção integral à pessoa idosa, o que torna regimental a análise do Projeto de Lei nº 4.426, de 2025, por este Colegiado.

A matéria insere-se na competência legislativa da União (CF, art. 22, VII e art. 24, XII). Não há vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade. Pelo contrário, o projeto reforça princípios constitucionais como a proteção integral à pessoa idosa (art. 23).

No mérito, a proposição enfrenta um problema de saúde pública relevante entre a população idosa e outros grupos com maior risco de complicações. O herpes-zóster apresenta incidência crescente a partir dos 50 anos de idade, com maior gravidade em pessoas com imunossupressão, que

têm risco aumentado de episódios recorrentes, neuralgia pós-herpética e hospitalizações. As evidências epidemiológicas mostram que o impacto individual e sistêmico da doença tende a crescer em função do envelhecimento populacional e da maior prevalência de condições clínicas que comprometem a resposta imunológica.

A vacina recombinante contra o herpes-zóster apresenta eficácia elevada e perfil de segurança amplamente documentado, com proteção sustentada em diferentes faixas etárias. Conforme documentado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) no Relatório para Sociedade nº 574/2025, acerca da vacina recombinante adjuvada para a prevenção do herpes-zóster, foram observadas taxas de eficácia elevadas tanto para população acima de 50 anos quanto para aqueles com imunossupressão. Esses resultados reforçam que a proteção proporcionada pela vacina é consistente também nos grupos para os quais já existe autorização regulatória, reduzindo substancialmente internações, afastamentos do trabalho, custos associados ao manejo da neuralgia pós-herpética e sobrecarga em serviços de média e alta complexidade.

A inclusão da vacina no PNI deve observar os parâmetros que orientam tradicionalmente a incorporação de imunizantes no SUS: demonstração de efetividade, custo-efetividade e impacto orçamentário compatível com a capacidade de financiamento público.

Embora o projeto estabeleça vacinação para maiores de 60 anos de idade, nota-se que o risco elevado de complicações já se manifesta a partir dos 50 anos, além de atingir adultos mais jovens com imunossupressão. A ampliação do público-alvo, adotada em outros países e prevista em recomendações técnicas internacionais, tende a aumentar a efetividade populacional da estratégia e a reduzir desigualdades de acesso ao imunizante, hoje disponível apenas no setor privado. Para esses grupos, a imunização tem potencial de evitar episódios graves e reduzir o tratamento de sequelas dolorosas e persistentes, com benefícios diretos para a qualidade de vida e para a racionalização dos gastos no SUS.

Para expandir o escopo da proposição e incrementar seu potencial benefício na saúde pública, apresentamos emenda substitutiva para garantir a oferta do imunizante para todos a partir dos 50 anos de idade, bem como para maiores de 18 anos com imunossupressão ou outras condições clínicas que levem ao comprometimento do sistema imunológico.

Com essas modificações, fortalecemos a abordagem preventiva adotada pelo PNI, melhoramos a proteção de grupos vulneráveis e contribuimos para a redução de hospitalizações e complicações evitáveis. Com isso, mostra-se compatível com o princípio constitucional da integralidade da atenção e com a política nacional de imunizações ao ampliar o acesso a tecnologias efetivas e de comprovado benefício coletivo.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.426, de 2025, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 4.426, de 2025

Dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a inclusão da vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. A vacina a que se refere o *caput* será disponibilizada para pessoas:

I – maiores de 50 (cinquenta) anos;

II – maiores de 18 (dezoito) anos com imunossupressão ou outra condição clínica que comprometa o sistema imunológico, conforme regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

8



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1146, DE 2023

Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.

AUTORIA: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*, para tipificar condutas como crime ambiental.



SF/23677.01671-58

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam proibidos o uso, a aquisição e a distribuição, a título oneroso ou gratuito, a comercialização, a importação, a exportação e a fabricação dos seguintes instrumentos com a finalidade de utilização em animais domésticos:

I – coleiras ou quaisquer dispositivos que emitam choque elétrico;

II – coleiras emissoras de ondas sonoras que causem desconforto ao animal;

III – coleiras ou quaisquer instrumentos do tipo enforcador ou que tenham pontas voltadas para o corpo do animal.

§ 1º Excetuam-se da proibição de que trata o inciso III do *caput* deste artigo as coleiras ou instrumentos do tipo enforcador quando sua finalidade for a captura ou o controle de animais domésticos que sejam perigosos ou que estejam em condição feral, bem como de animais silvestres exóticos em condição de bioinvasão, realizados pelo poder público ou por ele autorizados.

§ 2º O uso, a produção ou qualquer forma de aquisição ou de comércio dos produtos de que trata o *caput* deste artigo para a finalidade prevista no § 1º dar-se-ão mediante autorização do órgão competente.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, é considerada infração administrativa qualquer violação às proibições previstas nesta Lei.

Art. 3º O uso em animais domésticos dos instrumentos proibidos por esta Lei, observado o disposto no § 1º do art. 1º, é punido com multa de:

I – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para pessoa física;

II – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de reincidência, bem como quando a infração for praticada por pessoa jurídica ou no âmbito de atividade exercida a título profissional na educação, treinamento ou adestramento de animais domésticos.

Parágrafo único. Sujeita-se às mesmas sanções quem recebe, adquire, guarda, porta ou transporta, sem fins comerciais, os instrumentos proibidos por esta Lei.

Art. 4º A comercialização e a fabricação dos instrumentos proibidos por esta Lei, observado o disposto no § 1º do art. 1º, é punida com multa de:

I – R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) para pessoa física ou microempreendedor individual (MEI);

II – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para pessoa jurídica.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, são considerados comercialização o porte, o recebimento, a aquisição, a guarda ou o transporte, com fins comerciais, bem como a entrega, a distribuição, a venda, a exposição à venda, a publicidade, o depósito, a importação e a exportação dos instrumentos proibidos por esta Lei.

Art. 5º O uso em animais domésticos dos instrumentos proibidos por esta Lei é considerado crime de maus-tratos, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sendo os autores punidos com as penas previstas naquele dispositivo.



Art. 6º Observado o disposto no § 1º do art. 1º, os instrumentos proibidos por esta Lei serão apreendidos e destruídos pelas autoridades ou órgãos competentes, garantida a reciclagem, quando possível, das suas matérias-primas.

Art. 7º Durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, a entrega espontânea aos órgãos ou autoridades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) dos instrumentos de que trata o art. 2º não ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do art. 4º desta Lei nem o enquadramento da conduta no art. 32-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 8º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 32-A:

“**Art. 32-A.** Receber, adquirir, guardar, portar, transportar, entregar, distribuir, vender, expor à venda, ter em depósito, fabricar, importar ou exportar produtos, instrumentos, petrechos ou equipamentos cujo uso se caracterize como maus-tratos aos animais domésticos, exceto nos casos expressamente permitidos por lei e autorizados pela autoridade competente.

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. ”

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o avanço do conhecimento científico acerca do funcionamento do sistema nervoso e da constituição psicológica dos animais, bem como da medicina veterinária, e com a crescente convivência desses animais com os humanos, percebemos a necessidade de melhoria da nossa relação com os animais de estimação e com todas as demais espécies de animais que convivem conosco na Terra.

Hoje sabemos que muitas das espécies da fauna silvestre e doméstica, principalmente os vertebrados, são dotados de senciência, que é a capacidade de sentir sensações e sentimentos de forma consciente, como dor, medo, angústia, insegurança, ansiedade, preocupação, alegria, afeição e prazer. Munidos desse conhecimento, torna-se imposição à ética humana atuar para minimizar o sofrimento animal e abolir práticas que hoje sabemos serem caracterizadas como maus-tratos.



SF/23677.01671-58

Infelizmente, ainda perduram em nossa sociedade, por ignorância ou interesse econômico, condutas que infligem danos físicos e psicológicos aos animais, desnecessários e evitáveis. Um exemplo é o uso de coleiras inadequadas na condução, contenção, educação, treinamento e adestramento de cães e gatos, que consiste em prática cruel. Há coleiras com dispositivos eletrônicos que emitem choques elétricos ou ultrassom que perturbam intensamente esses animais. Outras possuem pontas que ferem com gravidade a região do pescoço ou são do tipo enforcador, capazes de causar estrangulamento e tensão excessiva na traqueia. Esses instrumentos causam prejuízos físicos e psicológicos, além de dor e padecimento – uma verdadeira tortura, com casos que levam a óbito.

No caso das coleiras de choque, provocam dor, câimbras, queimaduras, perda de pelos, alteração na frequência cardíaca e impacto negativo no comportamento. Os nervos da região do pescoço se conectam diretamente à medula espinhal e, portanto, a todo o corpo e ao cérebro. Assim, levar choques no pescoço implicará repercussão em toda a estrutura corporal.

As coleiras do tipo “enforcadora” ou “estranguladora” possuem alta probabilidade de provocar danos à saúde dos animais. Alguns estudos científicos demonstram que não são seguras para os cães.

Um exemplo trágico e fatal foi relatado em 2013 por cientistas alemães na revista científica *Journal of Veterinary Behavior* (volume 8, nº 3), no qual um pastor alemão, com um ano de idade, foi diagnosticado com lesão cerebral isquêmica grave causada por “treinamento” com uso do enforcador. Aos poucos, o cão foi perdendo a coordenação motora e apresentando perda de consciência com os trancos da coleira. Devido à gravidade do quadro, precisou ser eutanasiado.

É importante destacar que, ao contrário do que muitos acreditam, mesmo cães de grande porte podem ser guiados e contidos com coleiras peitorais, que não causam estrangulamento. Para isso, a educação e o treinamento do animal devem ser feitos com reforços positivos.

No caso das coleiras pontiagudas, possuem várias pontas ou garras ao redor da estrutura, que têm por objetivo causar dor. Alguns modelos possuem plásticos nos dentes para reduzir o impacto com a pele, mas isso não diminui ou impede as lesões. Na maioria das vezes, o objeto provoca pequenas feridas na pele, mas as pontas podem chegar a perfurar a derme devido à fricção contínua no pescoço. Além disso, a pressão contra a



traqueia pode levar a uma tosse crônica e a um colapso traqueal, afetando a capacidade de respiração. Em alguns casos até impede o animal de inspirar todo o oxigênio necessário.

Coleiras de choque, estranguladoras ou pontiagudas visam ao adestramento dos animais por meio de punições. O uso desse tipo de instrumento promove a liberação excessiva de cortisol, o chamado hormônio do estresse, podendo causar, a longo prazo, quadros de ansiedade, vômito e doenças de pele. O cortisol provoca mau humor e reduz o nível de hormônios responsáveis pelo relaxamento, calma e felicidade, acarretando irritabilidade, estado emocional exaltado e comprometimento do descanso. Por isso, é comum que o uso dessas coleiras torne o animal mais agressivo, aumentando a possibilidade de ataque a pessoas, o que demonstra sua ineficácia.

Especialistas em comportamento animal entendem que a melhor forma de adestramento consiste no reforço positivo de comportamentos desejados, com premiações, ignorando o comportamento indesejado. O reforço negativo, aquele em que se infligem punições aos animais, gera medo, ansiedade e estresse, podendo induzir outros comportamentos indesejados decorrentes de insegurança, como a agressividade.

Diversos países já baniram o uso ou o comércio de coleiras que causam danos aos animais. Coleiras de choque já são proibidas na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça, além de alguns estados da Austrália e da província de Quebec, no Canadá. Quanto aos enforcadores, foram proibidos na Dinamarca e Suíça. As coleiras com pontas são consideradas ilegais na Austrália, Áustria, Nova Zelândia e Suíça, além da província canadense de Quebec.

A iniciativa internacional mais recente é o Projeto de Lei (PL) nº 59, aprovado pela Assembleia Nacional Francesa no último dia 16 de janeiro, que *visa a proibir maus-tratos a cães e gatos por meio do uso de coleiras de estrangulamento e coleiras elétricas*. Além de proibir tais instrumentos, a proposição, que deve ser aprovada também no Senado francês, dada a esmagadora maioria alcançada na Assembleia, institui pesadas multas para infrações ao seu descumprimento.

No Brasil, começam a surgir iniciativas legislativas subnacionais para o banimento de coleiras de maus-tratos. Em muitas assembleias legislativas tramitam projetos de lei nesse sentido. No Distrito



SF/23677.01671-58

Federal, vigora a Lei nº 6.701, de 26 de outubro de 2020, que proíbe o uso de coleira de choque e estabelece multas para o descumprimento da norma.

É preciso estabelecer uniformidade no País em relação ao tema. Para alinhar o Brasil ao caminho que o mundo percorre com vistas à abolição da crueldade contra animais é que apresentamos este projeto de lei. Trazemos nele elementos contidos na legislação internacional, com forte inspiração na proposição francesa, e agregamos novos componentes necessários para, no âmbito das adaptações necessárias ao arcabouço jurídico brasileiro, garantir efetividade e coercitivade à norma proposta. Assim, além da proibição, nosso projeto tipifica como crime o uso, a produção e a comercialização de instrumentos de maus-tratos e determina a apreensão e a destruição desses instrumentos, ressaltando os casos de necessidade de captura e controle de animais domésticos perigosos ou ferais ou animais exóticos em situação de bioinvasão.

Com a aprovação deste projeto, os animais domésticos passarão a ter ampliado o seu direito ao bem-estar, o que significará enorme avanço ético e civilizatório na relação da humanidade com as demais formas de vida.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CASTRO



SF/23677.01671-58

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>

- art32

- art32-1

- urn:lex:br:federal:lei:2020;6701

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;6701>

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, do Senador Marcelo Castro, *que proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar condutas como crime ambiental.*

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.146, de 2023, de autoria do Senador MARCELO CASTRO, que busca proibir o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais domésticos, definir seu uso como maus-tratos e estabelecer sanções administrativas e penais, além de medidas cautelares ao descumprimento da proibição.

A proposição é estruturada em 9 artigos. O art. 1º proíbe o uso, o comércio e a distribuição de coleiras e instrumentos de condução e contenção cuja utilização em animais domésticos caracterize maus-tratos, com exceção de sua aplicação na captura ou no controle de animais domésticos perigosos ou em situação feral e de animais silvestres exóticos em condição de bioinvasão, realizados pelo poder público ou por ele autorizados.

O art. 2º considera como infração administrativa a violação às proibições previstas no PL. Os arts. 3º e 4º estabelecem sanções pecuniárias ao descumprimento da norma.

O art. 5º dispõe que o uso dos instrumentos proibidos em animais domésticos constitui crime de maus-tratos punível nos termos do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais – LCA). O art. 6º instituiu as medidas de caráter acautelatório de apreensão e destruição dos instrumentos proibidos.

O art. 7º consigna prazo para a entrega espontânea, isenta de sanção, dos objetos proibidos às autoridades competentes. O art. 8º insere novo tipo penal na LCA, com a respectiva pena, aplicável a condutas relacionadas ao transporte, porte, fabricação e comércio dos instrumentos proibidos.

O art. 9º estabelece a vigência da lei em que porventura se converter a proposição na data de sua publicação.

Na justificação, o autor destaca a opinião de especialistas no sentido de que a melhor forma de adestramento de animais consiste no reforço positivo de comportamentos desejados mediante recompensa, e que o reforço negativo provocado por punições físicas ou psicológicas torna os animais ansiosos e estressados, o que induz comportamentos agressivos.

A matéria foi distribuída para análise da CDH e seguirá posteriormente à deliberação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na relatoria da matéria, fui precedido pela Senadora SORAYA THRONICKE, que apresentou relatório não apreciado, mas que serve de base para a análise que ora realizamos.

Na reunião de 30 de agosto de 2023, a Comissão aprovou requerimento de autoria da então relatora para realização de audiência pública a fim de instruir a matéria, afinal não convocada.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Segundo dispõe o art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDH opinar sobre proposições pertinentes à garantia e proteção dos direitos humanos. Conforme veremos, a proposição reflete sobre questões éticas, pois o modo como os humanos tratam os animais expressa o modo como consideram a si mesmos. Isso torna regimental o exame do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023.

Analisaremos a proposição apenas no que diz respeito ao mérito, já que, nos termos regimentais, caberá à CCJ a análise de constitucionalidade e de juridicidade.

Quanto ao mérito, a proposição é necessária. A exemplo de diversos países que baniram o uso e o comércio de coleiras de choque, enforcadoras ou pontiagudas, como a França, cuja recente decisão da Assembleia Nacional inspirou o PL em análise, é preciso que o Brasil avance na proteção dos animais contra práticas cruéis e desnecessárias.

Como muito bem explicitado pelo Senador MARCELO CASTRO em sua justificação do PL nº 1.146, de 2023, os danos que esse tipo de instrumento causa aos animais são graves e prejudiciais à relação das pessoas com eles.

A grande maioria dos médicos veterinários condena o uso dessas coleiras, não apenas pela crueldade associada a esse uso, o que já seria motivo suficiente para bani-las, mas também pelo efeito indesejado no comportamento do animal. O tutor pode ter uma resposta rápida porque o animal não agirá de maneira indesejada devido ao medo das vibrações das coleiras elétricas. No entanto, isso não significa que ele entenderá o motivo por trás daquela punição, o que pode fazer com que se torne um cão medroso e frustrado.

As coleiras de choque provocam dor e queimaduras na pele e abalam psicologicamente os animais. Seu uso frequente mantém o animal em constante sofrimento.

O uso de enforcadores pode ser muito grave em raças braquicéfalas – aquelas que apresentam a cabeça em formato “achatado” e o focinho de tamanho “encurtado –, para as quais não se recomenda o uso de coleiras de pescoço, órgão delicado do corpo e fundamental no

desenvolvimento neuronal e hormonal. Em volta da garganta se localizam glândulas secretoras de hormônios, como a tireoide. Alguns dos principais nervos da medula espinhal são ramificados no pescoço. Ou seja, é uma área arriscada para usar as coleiras em qualquer tipo de vertebrado.

As seguintes condições médicas são associadas ao uso de coleiras estranguladoras: vasos oculares lesionados; dano traqueal e esofágico; pescoços severamente torcidos; desmaio; paralisia transitória das pernas dianteiras; paralisia do nervo laríngeo; ataxia (distúrbio que afeta o equilíbrio e a coordenação motora) das pernas traseiras.

Quanto às coleiras pontiagudas, também objeto da proibição proposta, seu potencial de dano aos animais está entre os mais evidentes. Não têm outro objetivo que não seja o de causar dor ao animal de estimação para que, dessa forma, seja imposta a este a vontade do tutor de forma violenta. Segundo a Sociedade Real para a Prevenção da Crueldade aos Animais (*RSPCA*, na sigla em inglês), uma associação atuante no Reino Unido, a pressão repetida de coleiras de pinos pode causar inflamação grave da pele e dos músculos e, em casos extremos, leva a lesões na coluna cervical. Essas coleiras também podem fazer um cachorro tossir e até causar o colapso da traqueia e provocar lesão na tireoide.

No Brasil, a Lei de Crimes Ambientais tipifica como crime, em seu art. 32, a conduta de praticar maus-tratos contra animais, com agravante para o caso de cães e gatos (§ 1º-A). Com base no que expusemos anteriormente, é evidente que o uso de coleiras de choque, pontiagudas ou enforcadoras se caracteriza como maus-tratos. Contudo, é importante, a nosso ver, haver legislação específica que torne essa interpretação inequívoca e que proíba também a produção, a importação, o comércio, e a publicidade desse tipo de produto.

Alguns entes federativos já legislaram ou discutem em seus parlamentos a proibição de coleiras danosas ao bem-estar animal. Como exemplo, podemos mencionar a Lei nº 8.129, de 25 de agosto de 2023, do Estado do Piauí, que proíbe a fabricação, a comercialização e o uso de coleiras de choque. No Distrito Federal, a Lei nº 6.701, de 26 de outubro de 2020, mencionada na justificativa do PL nº 1.146, de 2023, proíbe o uso de coleira de choque. A norma prevê advertência aos tutores para cessar a conduta que, não interrompida com a advertência, acarreta multa de R\$ 1.000,00 por animal, dobrando o valor em caso de reincidência. Entretanto, a lei não trata da produção, do comércio e da publicidade de produto. As iniciativas mencionadas

não abrangem os enforcadores e as coleiras de pontas, como faz o PL nº 59 da Assembleia Nacional Francesa, que inspirou o autor do PL em análise.

Ante o exposto, consideramos meritória e necessária a iniciativa de legislar, em âmbito federal, no sentido proposto.

O PL nº 1.146, de 2023, contempla todos os componentes necessários para a efetividade e a coercitividade que deve ter a futura norma: aplicação ao uso, ao comércio, à fabricação e à importação de coleiras eletrônicas, de choque, enforcadoras e com pontas; tipificação do descumprimento da norma como crime; previsão de multas, e de medidas administrativas de natureza cautelar, como apreensão e destruição dos produtos; exceção para os casos de captura e controle de animais domésticos perigosos ou ferais ou animais exóticos em situação de bioinvasão.

Assim, estamos completamente de acordo com a ideia trazida pelo Projeto de Lei nº 1.146, de 2023. Nada temos, sequer, a lhe acrescentar.

Todavia, há como colaborar com o sucesso da proposição, dirigindo-lhe, sob a forma de emendas, pequenas alterações.

Não vemos razões para restringir o alcance das tipificações aos animais domésticos – o que nos parece contrariar o espírito da própria ideia normativa da proposição. O autor abre suas razões com a ideia de que “percebemos a necessidade de melhoria da nossa relação com os animais de estimação e *com todas as demais espécies de animais*”, de modo que nos sentimos à vontade para sugerir emendas nesse sentido.

É necessário também corrigir as remissões enunciadas pelo art. 7º do Projeto de Lei, que não estão corretas: trata-se de remissão ao art. 1º, e não ao art. 2º, e ao parágrafo único do art. 3º, e não do art. 4º.

Por fim, para harmonizar a alteração proposta na Lei de Crimes Ambientais com o que dispõe o parágrafo único do art. 4º do projeto, que considera como comercialização, para fins de aplicação de sanções administrativas, a “publicidade” dos objetos a serem proibidos, apresentamos emenda para incluir, no novo artigo da LCA, o verbo “publicizar” como núcleo do tipo penal relativo a instrumentos causadores de maus-tratos aos animais. No mesmo artigo, propomos a mesma pena atribuída ao crime maus-tratos prevista no art. 32 da mencionada lei.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“Proíbe o uso, o comércio, a fabricação e a importação de coleiras que emitam choque elétrico ou que provoquem danos físicos e psicológicos em animais; define seu uso como maus-tratos; estabelece sanções administrativas e medidas cautelares ao descumprimento da proibição; e altera a Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*, para tipificar condutas como crime ambiental.”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Ficam proibidos o uso, a aquisição e a distribuição, a título oneroso ou gratuito, a comercialização, a importação, a exportação e a fabricação dos seguintes instrumentos com a finalidade de utilização em animais:

.....”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 3º** O uso em animais dos instrumentos proibidos por esta Lei, observado o disposto no § 1º do art. 1º, é punido com multa de:

.....
 II – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de reincidência, bem como quando a infração for praticada por pessoa jurídica ou no âmbito de atividade exercida a título profissional na educação, treinamento ou adestramento de animais.

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 5º** O uso em animais dos instrumentos proibidos por esta Lei é considerado crime de maus-tratos, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sendo os autores punidos com as penas previstas naquele dispositivo.”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 7º** Durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, a entrega espontânea aos órgãos ou autoridades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) dos instrumentos de que trata o art. 1º não ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do art. 3º desta Lei nem o enquadramento da conduta no art. 32-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.”

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 32-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, inserido pelo art. 8º do Projeto de Lei nº 1.146, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 8º**

‘**Art. 32-A.** Receber, adquirir, guardar, portar, transportar entregar, distribuir, vender, expor à venda, publicizar, ter em depósito, fabricar, importar ou exportar produtos, instrumentos, petrechos ou equipamentos cujo

uso se caracterize como maus-tratos aos animais, exceto nos casos expressamente permitidos por lei e autorizados pela autoridade competente.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.””

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25267.28239-63

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2025.

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei institui o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas de educação básica e ensino profissionalizante.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25267.28239-63

§ 1º Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

§ 2º Para fins de que trata a alínea ‘a’ do inc. IV do art. 3º, fica assegurada a oferta gratuita de protetores auriculares para pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas de educação básica e ensino profissionalizante.

§ 3º Os protetores auriculares de que trata o § 2º terão como seu objetivo principal minimizar o impacto de ruídos e abafar barulhos excessivos, especialmente no ambiente escolar e ensino profissionalizante, com intuito de melhorar a hipersensibilidade aos sons e evitar crises e perturbações.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo garantir o direito das crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a um ambiente educacional mais acessível e inclusivo, abrangendo tanto a educação básica quanto o ensino profissionalizante. A hipersensibilidade auditiva é uma





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/25267.28239-63

característica comum entre indivíduos com TEA e pode resultar em desconforto extremo, crises emocionais e dificuldades na socialização e aprendizado.

A disponibilização de protetores auriculares é uma medida simples e eficaz para minimizar o impacto dos ruídos no ambiente escolar, contribuindo para a melhoria da concentração, do bem-estar e da qualidade do aprendizado dessas crianças e adolescentes. Além disso, a iniciativa está alinhada com os princípios da Lei Federal nº 12.764/2012, que estabelece diretrizes para a inclusão e proteção dos direitos das pessoas com TEA.

A implementação da medida pode ser viabilizada por meio de parcerias público-privadas e convênios com entidades especializadas, reduzindo custos ao erário e garantindo o acesso a equipamentos adequados.

Diante da relevância do tema e dos benefícios que a iniciativa proporcionará às crianças, adolescentes e adultos com TEA e às suas famílias, submetemos esta proposição à apreciação dos nobres parlamentares, esperando contar com seu apoio para sua aprovação.

Ante o exposto, exortamos os nobres Pares à aprovação desta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2025

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana (2012) - 12764/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12764>
- art3

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 432, de 2025, do Senador Mecias de Jesus, *que dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auriculares para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do sistema de ensino público, privado e ensino profissionalizante.*

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 432, de 2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus, altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para assegurar a oferta de protetores auriculares às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas nas instituições de ensino públicas e privadas de educação básica e ensino profissionalizante. Se a proposição for aprovada, a lei dela resultante entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de promover ambientes educacionais mais acessíveis e inclusivos para as pessoas com TEA, que frequentemente têm hipersensibilidade auditiva. O desconforto que ruídos altos ou perturbadores causam nessas pessoas pode resultar em grave desconforto, crises emocionais e desorganização cognitiva, prejudicando sua socialização e o aprendizado.

O PL nº 432, de 2025, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para examinar proposições legislativas pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção e inclusão de pessoas com deficiência.

Sob esse mandato, o PL nº 432, de 2025, é plenamente meritório, pois oferece uma solução simples e eficaz para aliviar o desconforto e a desorganização que ruídos altos ou desagradáveis podem provocar em autistas com hipersensibilidade auditiva. Ressalte-se que, como sugere o autor, o fornecimento dos protetores auriculares pode ser viabilizado mediante parcerias e convênios entre entidades públicas e privadas, reduzindo o custo ao Erário. Acrescentamos que se trata de medida perfeitamente alinhada ao que estabelece o inciso XII do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura o acesso dos estudantes com deficiência, como é o caso dos autistas, a recursos de tecnologia assistiva, promovendo sua autonomia e participação.

A título de aprimoramento, propomos alguns ajustes redacionais na proposição. O primeiro é substituir a expressão “protetores auriculares” por “protetores auditivos”, para evitar confusão com protetores tais como os utilizados em natação. Ao utilizar o termo mais preciso e tecnicamente correto, simplifica-se a proposição a ponto de tornar-se dispensável o § 3º que ela acrescenta ao art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012.

Em seguida, propomos alinhar as menções ao âmbito de aplicação, no ensino, ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que inclui, na educação básica, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio. A redação mais simples e uniforme facilitará a compreensão do alcance da norma.

Finalmente, em atenção à técnica legislativa, alteramos a numeração dos parágrafos criados pela proposição, tendo em vista que a Lei nº 15.131, de 29 de abril de 2025, já fez acréscimos à redação original.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 432, de 2025, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (Substitutivo)**PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2025**

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento gratuito de protetores auditivos para pessoas com transtorno do espectro autista no âmbito da educação básica pública e privada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o fornecimento gratuito de protetores auditivos a pessoas com transtorno do espectro autista no âmbito da educação básica pública e privada.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 3º**

.....
§ 3º As instituições de ensino públicas e privadas da educação básica têm a obrigação de fornecer protetores auditivos gratuitamente aos estudantes com transtorno do espectro autista. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

10



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL****PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 5, de 2025, do Programa e-Cidadania, que *dispõe sobre a isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL****I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 5, de 2025, que propõe a isenção de tributos federais para farinhas e misturas sem glúten (NCM 1901.20.90) e pães sem glúten (NCM 1905.90.10 e 1905.90.90).

A referida SUG decorreu da Ideia Legislativa nº 198.137, que alcançou apoio equivalente a 20.730 manifestações individuais, provenientes de todas as Unidades da Federação, no portal e-Cidadania do Senado Federal, segundo informa o Ofício nº 13/2025/SCOM, da Secretaria de Comissões.

De acordo com o proponente, Augusto Eduardo Vidal, do Estado de São Paulo, *alimentos sem glúten deveriam ter isenção de impostos porque são produtos essenciais à sobrevivência de quem tem doença celíaca e alergias alimentares*. Argumenta que muitas famílias deixam de seguir uma dieta adequada por questões financeiras, consumindo produtos que lhes fazem mal apenas por serem mais baratos. Entende que, *com a isenção, haveria menos desigualdade, melhor adesão aos tratamentos médicos e, consequentemente, menos complicações de saúde que hoje sobrecarregam o sistema público*.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

O autor segue com suas justificativas, alegando que os preços de produtos sem glúten seriam elevados, *chegando a custar de duas a três vezes mais do que os produtos similares com glúten*. Alega ainda que a oferta seria restrita em diversas regiões do Brasil. *Muitas famílias acabam improvisando ou simplesmente abandonando a dieta adequada. Em países como Itália, Espanha e até mesmo aqui perto, na Argentina, diversos produtos sem glúten são oferecidos por mais de uma marca, com acesso facilitado.*

Conclui com um apelo, afirmando que *nenhum brasileiro deveria ser penalizado financeiramente por uma condição de saúde.*

II – ANÁLISE

O Programa e-Cidadania, regulamentado pela Resolução nº 19, de 2015, é um importante instrumento de estímulo à participação popular nas atividades desta Casa Legislativa. O parágrafo único do art. 6º da citada Resolução garante que a Ideia Legislativa que angarie o apoio de vinte mil cidadãos no período de quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada para apreciação por esta Comissão.

A Sugestão em exame cumpriu os requisitos formais de tramitação, demandando, portanto, um posicionamento deste Colegiado.

Bem elaborada e com um objeto inquestionavelmente relevante – a saúde alimentar da população com alergia ao glúten –, a proposição em análise, como tantas outras que são trazidas ao debate legislativo, pretende discutir a escolha coletiva de bens e serviços cujo consumo merece ser facilitado pelo Poder Público por meio de subsídios ou renúncias fiscais. Vale ressaltar que, diante de um orçamento limitado, de incessantes e profundas crises fiscais e de inúmeras necessidades populacionais não atendidas, o Brasil precisa ser criterioso e ter transparência no processo de seleção de bens e serviços a serem beneficiados por recursos públicos.

Quando produtos em mercados competitivos são beneficiados por renúncias fiscais, como deseja o autor da SUG nº 5, de 2025, seus preços aos



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

consumidores finais são reduzidos, o que pode ampliar o acesso à população de menor renda. De fato, a desoneração proposta reduziria custos para produtores e importadores de farinhas e pães sem glúten. Parte dessa redução seria repassada ao consumidor na forma de preços mais baixos, aumentando o consumo desses bens, estimulando, por consequência, toda a cadeia produtiva relacionada. A medida teria um impacto distributivo positivo por beneficiar consumidores com restrições alimentares (celíacos, por exemplo) ou com preferência pelo consumo de produtos sem glúten, que redirecionariam a renda economizada para o consumo de outros bens e serviços. A medida também poderia gerar impacto econômico positivo indireto ao reduzir custos futuros com saúde pública, pela diminuição de enfermidades relacionadas ao consumo de glúten.

Nessa linha, pode-se imaginar algumas justificativas econômicas para aprovação da SUG nº 5, de 2025:

- **Correção de Externalidades:** produtos sem glúten com impactos positivos à saúde e ao meio ambiente podem ser beneficiados com isenção para estimular maior acesso, considerando que esses benefícios sociais ou ambientais não estão plenamente refletidos nos preços.
- **Política de Inclusão:** para consumidores celíacos, isentar tributos reduziria o custo de acesso a produtos que, muitas vezes, são essenciais e têm preços significativamente mais elevados.
- **Estímulo à Indústria Nacional:** a medida pode ajudar a fortalecer indústrias locais que produzem insumos ou alimentos focados no público com restrições alimentares, promovendo uma política de fomento a determinado setor estratégico no agronegócio.

Por outro lado, é preciso considerar, primeiramente, que proposições que resultem em redução de tributos precisam ser acompanhadas por medidas compensatórias que neutralizem as perdas arrecadatórias. A renúncia de receita proposta na SUG nº 5, de 2025, precisaria ser compensada no orçamento para que não pressione as contas públicas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Além disso, a concessão de incentivos específicos cria distorções competitivas ao beneficiar determinados setores e produtos em detrimento de outros, agravando as ineficiências alocativas que caracterizam a economia nacional.

Por fim, mas não menos relevante, isenções tributárias em mercados com elasticidade baixa – como deve ser o caso dos produtos sem glúten, em que a demanda é menos sensível a preço dada as questões de saúde que determinam a escolha dos atuais consumidores – pode não gerar crescimento significativo da produção ou do consumo em volume, mas apenas perda líquida de arrecadação.

Consumidores que já comprem produtos sem glúten podem meramente se beneficiar da queda de preços, sem aumento expressivo da demanda agregada. Afinal, os produtos com glúten – e seu principal insumo, o trigo – já contam com renúncias fiscais e maiores ganhos de escala e, assim, continuariam sendo ofertados a preços inferiores aos de suas variantes sem glúten, freando a expansão do consumo dos produtos sem glúten defendida pela SUG nº 5, de 2025.

As renúncias fiscais já existentes para as linhas de produtos discutidas nesta proposição são informadas no Relatório de Benefícios Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Em sua última versão disponível, que contempla o período de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025, são informados os seguintes montantes de renúncia de receita: (i) farinha de trigo: R\$ 2,91 bilhões; (ii) trigo: R\$ 1,73 bilhão; (iii) pré-misturas para pães: R\$ 1,34 bilhão; e (iv) massas alimentícias: R\$ 3,45 bilhões. Esse volume de renúncia fiscal se justifica pelo fato de serem produtos que compõem a cesta básica de alimentos, consumida por larga maioria da população brasileira.

Nesse contexto, penso que a decisão de conceder incentivos fiscais para produtos sem glúten não deveria ser tomada apenas sob a perspectiva tributária. Essa decisão precisaria se sujeitar, previamente, a um debate público sobre aspectos fundamentais da escolha de subsidiar o consumo de produtos sem glúten. Como elemento central de qualquer política pública, é preciso definir com clareza o público-alvo: apenas as pessoas portadoras de doença celíaca – que se estima corresponder a 1% da população mundial ou cerca de 2



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

milhões de indivíduos no Brasil – ou um contingente maior de pessoas, em linha com evidências clínicas que têm revelado os malefícios para a saúde humana de uma dieta rica em glúten?

Por serem públicos de tamanhos bem diferentes, a efetividade de uma política de fomento ao consumo de produtos sem glúten poderia depender de medidas complementares à mera isenção tributária, como ações de comunicação para conscientizar a população, apoio a cadeias produtivas e de distribuição que assegurassem o abastecimento em todo o País, fomento à diversidade de produtores, entre outras. Adotada isoladamente, a isenção de tributos talvez fosse adequada para o universo de celíacos, mas provavelmente insuficiente para afetar um público maior e, assim, combater as externalidades negativas no sistema público de saúde.

A depender do público-alvo pretendido, seria recomendável estabelecer previamente os objetivos e metas de um programa de saúde pública, para que então fosse possível estimar um segundo elemento de qualquer política: o montante de recursos públicos a ser destinado, seja na forma de renúncia fiscal, seja na forma de despesas governamentais para custear ações complementares. Possivelmente, parte dos recursos orçamentários necessários para compensar a renúncia fiscal proposta pudesse se originar de programas do próprio Ministério da Saúde, caso se entendesse que o estímulo ao consumo de alimentos sem glúten fosse relevante para reduzir significativamente a busca por tratamento de alergias e doenças autoimunes na população.

Com um debate público amplo, que envolvesse especialistas em saúde, representantes dos Ministérios da Fazenda, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, associações de produtores alimentícios e do comércio varejista e atacadista, bem como representantes dos consumidores, seria possível identificar as diversas externalidades envolvidas e, sobretudo, levantar dados suficientes para avaliar o impacto econômico total da medida proposta, considerando seus efeitos diretos e indiretos.

Obter dados confiáveis e detalhados para calcular a perda de arrecadação proveniente da isenção tributária passa pela superação de desafios técnicos e administrativos. Esses obstáculos precisam ser considerados para garantir a formulação de uma política pública robusta e sustentável, além de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

permitir que a medida legislativa esteja em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre os desafios a serem superados, destacamos, primeiramente, a falta de segmentação específica no sistema tributário. O sistema fiscal brasileiro frequentemente não tem segmentação para produtos diferenciados, como os sem glúten. Em muitos casos, produtos com e sem glúten são classificados no mesmo grupo tributário ou estão registrados sob códigos amplos (NCM e CNAE), como “Outros”. Pães industriais com e sem glúten, por exemplo, podem ser categorizados juntos, dificultando o isolamento do subsetor de interesse na análise tributária. Essa estrutura tributária complica a identificação precisa dos produtos que serão beneficiados pela isenção e pode levar a estimativas imprecisas sobre a perda de arrecadação.

Para superar essa questão, será necessário obter estudos detalhados junto a associações setoriais e consultar empresas industriais que tenham dados internos de faturamento segmentado para produtos sem glúten. Contudo, sabe-se que dados sobre o faturamento e arrecadação tributária das empresas não são amplamente disponibilizados por questões de confidencialidade. Informações detalhadas sobre o recolhimento de Contribuição para o PIS/PASEP¹, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dependem do acesso a bases da RFB, que podem exigir solicitações específicas de informação sobre dados individuais de contribuintes.

Outra dificuldade para se conceber uma política sustentável passa pela projeção para anos futuros. As estimativas de perda precisam incluir crescimento futuro do setor, mas prever esse crescimento de mercado pode ser complicado devido à volatilidade de consumo e ao ritmo de substituição de produtos com glúten por suas variantes menos alergênicas pela população. O mercado sem glúten no Brasil está em crescimento, mas dados sobre taxas de avanço anual não estão amplamente acessíveis. Nesse sentido, é fácil que os

¹ Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

cálculos subestimem ou superestimem a perda tributária, dependendo das tendências de mercado.

Destaque-se ainda que a Emenda de Plenário nº 36 ao PLP nº 68, de 2024, apresentada na Câmara dos Deputados, tratava justamente da inclusão dos pães sem glúten no Anexo I, que lista os produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). De autoria das deputadas Tabata Amaral e Laura Carneiro, a emenda propunha a desoneração de pães sem glúten classificados nas NCMs 1905.90.10 e 1905.90.90. Contudo, a proposta foi apresentada diretamente em Plenário sob regime de urgência, sem debates públicos prévios, consultas técnicas ou apreciação por comissões temáticas, o que impediu uma discussão mais aprofundada sobre os impactos fiscais, econômicos e sociais da medida.

Por essas razões, avalio como imprescindível a realização de audiências públicas sobre a proposta contida na SUG nº 5, de 2025. A tomada de decisão política, neste caso, precisa ser minimamente fundamentada em projeções de impacto tributário e orçamentário, que dependerão do escopo da política pública a ser concebida em torno da alimentação sem glúten.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo prosseguimento da tramitação da SUG nº 5, de 2025, com a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com base nos arts. 93 e 102-E, parágrafo único, III, e 133, V, b, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de subsidiar a formação de juízo sobre sua conversão ou não em projeto de lei.

REQUERIMENTO Nº**DE 2025 - CDH**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater proposta de desoneração tributária de pães, farinhas e demais produtos sem glúten, recebida por meio da Sugestão nº 5, de 2025, sob apreciação desta Comissão, preferencialmente em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Saúde;
- representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);
- representante da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX);
- representante da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP);
- representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA);

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa

O cidadão AUGUSTO E. V. N - SP é autor da ideia legislativa “Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten”, que alcançou a marca de mais de 20 mil apoios.

Sobre o testemunho do autor

O testemunho é um documento produzido pelo autor da ideia legislativa, que pode enviá-lo por escrito, em áudio ou em vídeo. Quando necessário, a equipe do e-Cidadania realiza a transcrição do material enviado pelo autor, adapta o texto para melhor clareza e fluidez, realiza correções gramaticais e ajusta sua estrutura, mantendo integralmente o conteúdo original.

Após a elaboração, o testemunho é enviado ao autor para revisão final, aprovação e autorização formal para publicação. Dessa forma, o documento constitui um retrato fiel das opiniões e do pensamento do cidadão, assegurando autenticidade e precisão ao conteúdo apresentado.

A elaboração assistida do testemunho é uma forma de ampliar e facilitar a participação popular no processo legislativo, garantindo que cidadãos com diferentes níveis de escolaridade possam expressar seus argumentos claramente aos parlamentares.

O conteúdo do testemunho é de inteira responsabilidade do autor da ideia. Ressalta-se que, em alguns casos, a equipe do e-Cidadania também utiliza recursos de inteligência artificial para auxiliar na formatação e edição desses depoimentos.

Testemunho

Meu nome é **Eduardo Vidal**, sou empreendedor na área da saúde e ativista pelos direitos das pessoas com doença celíaca e alergias alimentares. Sou casado com a Dra. Ana Balloti, pediatra, e pai de três filhos: Mateus, Rodrigo e Leonardo. Minha trajetória pessoal é marcada pela busca constante por soluções que promovam qualidade de vida para as famílias brasileiras, tanto na esfera privada quanto no trabalho social.

Minha esposa é médica, mas só foi diagnosticada celíaca aos 36 anos

Minha motivação por esse tema surgiu em 2019, quando minha esposa, mesmo sendo pediatra, foi diagnosticada com doença celíaca apenas aos 36 anos de idade. Durante toda sua vida, ela conviveu com os sintomas sem saber que eram causados pela doença.

Infelizmente, a falta de orientação adequada, inclusive durante sua formação acadêmica e prática médica, atrasou significativamente o diagnóstico.

Esse episódio pessoal, somado a uma viagem familiar para dois países com políticas públicas consolidadas para pessoas com doença celíaca, me fez perceber a dimensão do desconhecimento sobre a doença no Brasil e os graves impactos de uma alimentação inadequada. Foi isso que impulsionou o meu ativismo.

Alimentos sem glúten não são uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência

Acredito que alimentos sem glúten deveriam ter isenção de impostos porque são produtos essenciais à sobrevivência de quem tem doença celíaca e alergias alimentares. Se o pão francês e a farinha de trigo já recebem esse benefício, é justo que seus equivalentes sem glúten também sejam contemplados.

A isenção democratizaria o acesso e aliviaria o sistema público de saúde

O principal benefício social e econômico dessa isenção seria democratizar o acesso a esses alimentos. Muitas famílias atualmente deixam de seguir uma dieta adequada por questões financeiras. Imagine o impacto quando alguém, por falta de dinheiro, consome um produto que lhe faz mal apenas por ser mais barato. Com a isenção, haveria menos desigualdade, melhor adesão aos tratamentos médicos e, conseqüentemente, menos complicações de saúde que hoje sobrecarregam o sistema público.

Produtos sem glúten custam duas ou três vezes mais e não chegam a muitas regiões do país

Atualmente, os preços são extremamente altos, chegando a custar de duas a três vezes mais do que os produtos similares com glúten. Além disso, a oferta ainda é muito restrita em diversas regiões do Brasil. Muitas famílias acabam improvisando ou simplesmente abandonando a dieta adequada. Em países como Itália, Espanha e até mesmo aqui perto, na Argentina, diversos produtos sem glúten são oferecidos por mais de uma marca, com acesso facilitado.

Mesmo morando em São Paulo, já senti dificuldades logísticas

Nunca tive dificuldades financeiras para adquirir esses alimentos, mas já enfrentei desafios logísticos. Morando em São Paulo e com condições melhores do que a média da população, conseguimos manter a dieta. No entanto, diariamente recebo relatos dramáticos de brasileiros que precisam escolher entre seguir rigorosamente a dieta sem glúten ou

suprir outras necessidades básicas. Imagine a realidade de uma pessoa celíaca em Manaus, Macapá ou no interior de estados distantes das capitais, onde nem sequer há oferta desses produtos. Ninguém deveria precisar fazer essa escolha.

Espero que essa medida represente liberdade, dignidade e segurança alimentar

Com a isenção, muito mais famílias poderiam ter acesso contínuo a produtos seguros, sem abrir mão da saúde por questões financeiras. Espero sinceramente que essa medida traga liberdade, dignidade e, acima de tudo, segurança alimentar. Nenhuma pessoa deveria se colocar em risco por não conseguir comprar alimentos essenciais para sua saúde.

Outros países já adotam políticas bem-sucedidas

Países europeus como Itália e Reino Unido subsidiam ou oferecem suporte ao acesso a alimentos especiais, reconhecendo a importância vital desses produtos. Na Suécia, por exemplo, farinha sem glúten é distribuída gratuitamente às famílias que precisam.

No futuro, gostaria que massas e misturas para panificação também fossem contempladas

Começando pelas farinhas e pães sem glúten, já teremos um avanço significativo. Futuramente, acredito que massas sem glúten e misturas para panificação também deveriam entrar nessa política de isenção.

Esta é uma oportunidade histórica de corrigir uma injustiça silenciosa

Se pudesse dizer algo diretamente aos senadores, diria que esta é uma oportunidade histórica de corrigir uma injustiça silenciosa que afeta milhares de brasileiros. Alimentação sem glúten não é uma escolha, é uma condição para a sobrevivência dos celíacos. Aprovar essa medida é fazer justiça social, sem dúvida alguma.

Este movimento é sobre empatia, respeito e cidadania

Por fim, gostaria de reforçar que este movimento é sobre empatia, respeito e cidadania. Nenhum brasileiro deveria ser penalizado financeiramente por uma condição de saúde. Lutamos para que o acesso à alimentação adequada seja um direito garantido, não um privilégio para poucos.



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 13/2025/SCOM

Brasília, 12 de maio de 2025

A Sua Excelência a Senhora
SENADORA DAMARES ALVES
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 198137.

Senhora Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

No ensejo, encaminho também o depoimento do autor no intuito de melhor embasar a análise desta egrégia Comissão.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 198137

Título

Isenção de Impostos para Farinhas e Pães Sem Glúten

Descrição

Proposta para isentar farinhas e misturas sem glúten (NCM 1901.20.90) e pães sem glúten (NCM 1905.90.10 e 1905.90.90) de tributos federais, assim como ocorre com a farinha de trigo e pães comuns. A medida visa reduzir os altos custos desses produtos essenciais para pessoas com doença celíaca, uma condição autoimune sem cura que exige dieta rigorosa sem glúten. A proposta busca promover inclusão social, tornar os alimentos mais acessíveis, aliviar o impacto financeiro das famílias afetadas e reduzir complicações médicas, beneficiando também o sistema de saúde pública.

Apoiar esta ideia legislativa é apoiar a saúde, a igualdade e a justiça. É um passo essencial para criar um Brasil mais justo (sic)

Mais detalhes

N/Inf (sic)

Identificação do proponente

Nome: Augusto E.

E-mail: co****@eduardovidal.com.br

UF: SP

Data da publicação da ideia: 01/01/2025

Data de alcance dos apoios necessários: 22/04/2025

Total de apoios contabilizados até 11/05/2025: 20.730

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=198137>

ANEXO

129

LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 198137

UF	APOIOS
AC	97
AL	153
AM	145
AP	29
BA	591
CE	485
DF	924
ES	280
GO	296
MA	141
MG	2.534
MS	175
MT	153
N/Inf	2
PA	170
PB	177
PE	416
PI	68
PR	2.370
RJ	1.264
RN	176
RO	75
RR	19
RS	2.271
SC	1.922
SE	124
SP	5.570
TO	92
ZZ	11
TOTAL	20.730

LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 198137

Nº	UF	Cidadão
1	AC	Carolina C CA****@YAHOO.COM.BR
2	AC	Rafaela M RA****@GMAIL.COM
3	AC	Katia M KA****@GMAIL.COM
4	AC	Adriano D CD****@HOTMAIL.COM
5	AC	Florisberto M MB****@GMAIL.COM
6	AC	Priscila A PR****@HOTMAIL.COM
7	AC	Hajji M HA****@YAHOO.COM.BR
8	AC	Ana L NA****@GMAIL.COM
9	AC	Ana M PI****@GMAIL.COM
10	AC	Juliana C JU****@GMAIL.COM
11	AC	Giuly B GI****@GMAIL.COM
12	AC	Antonio P AN****@GMAIL.COM
13	AC	Tabata S TA****@HOTMAIL.COM
14	AC	Rosana D RO****@HOTMAIL.COM
15	AC	Zaira M ZA****@HOTMAIL.COM
16	AC	Juliana M SA****@GMAIL.COM
17	AC	Maressa V MA****@HOTMAIL.COM
18	AC	Carmen L AM****@HOTMAIL.COM
19	AC	Layla P LA****@GMAIL.COM
20	AC	Giselle C GI****@HOTMAIL.COM
21	AC	Ana C AN****@YAHOO.COM.BR
22	AC	Luciane M LU****@GMAIL.COM
23	AC	Maria M 99****@GMAIL.COM
24	AC	Leticia A LE****@GMAIL.COM
25	AC	Vanescia R VA****@YAHOO.COM.BR
26	AC	Thereza C TH****@GMAIL.COM
27	AC	Evaldina S CA****@GMAIL.COM
28	AC	Andrea M AN****@GMAIL.COM
29	AC	Maria L LI****@GMAIL.COM
30	AC	Laura H LA****@HOTMAIL.COM
31	AC	Guilherme A NE****@GMAIL.COM
32	AC	Danienne D DA****@GMAIL.COM
33	AC	Rejane F RE****@HOTMAIL.COM
34	AC	Jamile S MY****@HOTMAIL.COM
35	AC	Mari S ST****@HOTMAIL.COM
36	AC	Alberto G AL****@HOTMAIL.COM
37	AC	Raifana D RA****@GMAIL.COM
38	AC	Vera N VE****@TERRA.COM.BR
39	AC	Janice A JA****@HOTMAIL.COM
40	AC	Elke M SO****@YAHOO.COM.BR
41	AC	Lilian M LY****@YAHOO.COM.BR
42	AC	Nadia M NA****@GMAIL.COM
43	AC	Julia F JU****@HOTMAIL.COM
44	AC	Diego A DI****@YAHOO.COM.BR
45	AC	Leocadio A LE****@SULBRAS.COM.BR
46	AC	Lorenna V LO****@GMAIL.COM
47	AC	Bruna F BF****@HOTMAIL.COM
48	AC	Tancredo D TA****@GMAIL.COM
49	AC	Genilson D DR****@GMAIL.COM
50	AC	Clea D CL****@GMAIL.COM
51	AC	Natan D NA****@GMAIL.COM
52	AC	Joanicy L JO****@YAHOO.COM.BR
53	AC	Thais D TH****@GMAIL.COM
54	AC	Erik R ER****@GMAIL.COM
55	AC	Dirlei B DB****@GMAIL.COM
56	AC	Luciana R LU****@GMAIL.COM
57	AC	Nadja G NA****@YAHOO.COM.BR
58	AC	Elenice M EL****@GMAIL.COM
59	AC	Elizania N EL****@GMAIL.COM
60	AC	Silvia R SI****@YAHOO.COM.BR
61	AC	Lisiane Q LI****@UFRGS.BR
62	AC	Antonio T A****@HOTMAIL.COM
63	AC	Mariana C MA****@HOTMAIL.COM
64	AC	Eber R EB****@GMAIL.COM
65	AC	Taiana B TA****@GMAIL.COM
66	AC	Karina P KA****@HOTMAIL.COM
67	AC	Iraci A IR****@GMAIL.COM
68	AC	Zulma J ZU****@GMAIL.COM
69	AC	Valdirene N VA****@HOTMAIL.COM
70	AC	Gerson D GE****@GMAIL.COM
71	AC	Maria M BA****@HOTMAIL.COM
72	AC	Marcos V MA****@GMAIL.COM
73	AC	Bruno R BR****@HOTMAIL.COM
74	AC	Alexsandro M AL****@HOTMAIL.COM
75	AC	Nazidy O NA****@GMAIL.COM
76	AC	Carlos E BE****@YAHOO.COM.BR
77	AC	Andressa C DR****@GMAIL.COM
78	AC	Matheus F TE****@GMAIL.COM
79	AC	Janine D JA****@GMAIL.COM
80	AC	Ana P MO****@GMAIL.COM
81	AC	Celia F CE****@HOTMAIL.COM
82	AC	Luciene D LU****@GMAIL.COM
83	AC	Maria L MA****@HOTMAIL.COM
84	AC	Ana M AM****@GMAIL.COM
85	AC	Ana C AN****@GMAIL.COM
86	AC	Francisco M FM****@GMAIL.COM
87	AC	Esmeria M ES****@GMAIL.COM
88	AC	Emanuelle C MA****@GMAIL.COM
89	AC	Roberto M XR****@HOTMAIL.COM
90	AC	Luciana D LU****@YAHOO.COM.BR
91	AC	Joana G JO****@GMAIL.COM
92	AC	Eliete C EL****@GMAIL.COM
93	AC	Luiz G GU****@GMAIL.COM
94	AC	Gabriel C GC****@GMAIL.COM
95	AC	Andrea B AN****@CLOUD.COM
96	AC	Edair V SH****@HOTMAIL.COM
97	AC	Ana M AN****@GMAIL.COM
98	AL	Cristiane P CR****@HOTMAIL.COM
99	AL	Robert J RO****@GMAIL.COM
100	AL	Diana C DI****@HOTMAIL.COM
101	AL	Victoria K VI****@HOTMAIL.COM
102	AL	Alina M AL****@HOTMAIL.COM
103	AL	Leonardo S LE****@GMAIL.COM

ANEXO

131

LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 198137

Nº	UF	Cidadão
104	AL	Maria E ED****@HOTMAIL.COM
105	AL	Gabriela L GA****@HOTMAIL.COM
106	AL	Keila H KE****@GMAIL.COM
107	AL	Isadora M IS****@GMAIL.COM
108	AL	Sabrina F SA****@GMAIL.COM
109	AL	Marina M MA****@GMAIL.COM
110	AL	Erika C ER****@OUTLOOK.COM
111	AL	Terezinha M TE****@GMAIL.COM
112	AL	Aline C AL****@GMAIL.COM
113	AL	Geovana C GE****@GMAIL.COM
114	AL	Natalia M NA****@OUTLOOK.COM
115	AL	Arthur M AR****@HOTMAIL.COM
116	AL	Alonso C AL****@GMAIL.COM
117	AL	Jadson L JA****@GMAIL.COM
118	AL	Josenilda C JO****@GMAIL.COM
119	AL	Leticia G LE****@GMAIL.COM
120	AL	Livia M LI****@GMAIL.COM
121	AL	Wanessa G NE****@HOTMAIL.COM
122	AL	Debora D DE****@FAMED UFAL.BR
123	AL	Giuliana B GI****@HOTMAIL.COM
124	AL	Renata L RE****@GMAIL.COM
125	AL	Danielle S DA****@GMAIL.COM
126	AL	Leticia C LE****@GMAIL.COM
127	AL	Dayane M MS****@GMAIL.COM
128	AL	Marinna B MA****@HOTMAIL.COM
129	AL	Ranniele L RA****@GMAIL.COM
130	AL	Luiz C LU****@OUTLOOK.COM
131	AL	Jayne V JA****@GMAIL.COM
132	AL	Fabio C FA****@HOTMAIL.COM
133	AL	Patricia C PA****@HOTMAIL.COM
134	AL	Rena D RE****@GMAIL.COM
135	AL	Thays M TH****@HOTMAIL.COM
136	AL	Chiara F CH****@HOTMAIL.COM
137	AL	Claudinne C CL****@GMAIL.COM
138	AL	Giovana C GI****@GMAIL.COM
139	AL	Stefanie M ST****@OUTLOOK.COM
140	AL	Ana C AN****@HOTMAIL.COM
141	AL	Adriana P DR****@GMAIL.COM
142	AL	Jemerson C JE****@HOTMAIL.COM
143	AL	Laisa D LA****@GMAIL.COM
144	AL	Fernando S FE****@HOTMAIL.COM
145	AL	Vanessa L VA****@HOTMAIL.COM
146	AL	Sophia M SI****@GMAIL.COM
147	AL	Yohanan M YO****@HOTMAIL.COM
148	AL	Pedro P PP****@GMAIL.COM
149	AL	Jose J NE****@GMAIL.COM
150	AL	Gabriela D GA****@OUTLOOK.COM
151	AL	Adrielly K AD****@GMAIL.COM
152	AL	Vivian M MA****@HOTMAIL.COM
153	AL	Valeria S VA****@GMAIL.COM
154	AL	Almir R AL****@GMAIL.COM
155	AL	Vilne T VI****@HOTMAIL.COM
156	AL	Zenaide D GR****@GMAIL.COM
157	AL	Marianize B NJ****@YAHOO.COM.BR
158	AL	Luzard G LU****@HOTMAIL.COM
159	AL	Larissa G LA****@GMAIL.COM
160	AL	Maria V VE****@GMAIL.COM
161	AL	Suzete R SU****@GMAIL.COM
162	AL	Maria E RA****@GMAIL.COM
163	AL	Luciana D CI****@GMAIL.COM
164	AL	Eduarda L ED****@GMAIL.COM
165	AL	Andressa F AN****@HOTMAIL.COM
166	AL	Laura C LA****@GMAIL.COM
167	AL	Jessica S JO****@GMAIL.COM
168	AL	Nivia H NI****@YAHOO.COM.BR
169	AL	Jessica R RA****@HOTMAIL.COM
170	AL	Debora M DE****@GMAIL.COM
171	AL	Wagner C WA****@HOTMAIL.COM
172	AL	Sergio L SL****@GMAIL.COM
173	AL	Antonino L AN****@HOTMAIL.COM
174	AL	Luiz H LH****@HOTMAIL.COM
175	AL	Victor V VI****@GMAIL.COM
176	AL	Jacira B BR****@GMAIL.COM
177	AL	Karen G KA****@GMAIL.COM
178	AL	Ayrton C AL****@HOTMAIL.COM
179	AL	Daniela F DA****@GMAIL.COM
180	AL	Graziela D GR****@GMAIL.COM
181	AL	Roberta K KA****@GMAIL.COM
182	AL	Hylnard P HY****@YAHOO.COM.BR
183	AL	Gabriela R GA****@GMAIL.COM
184	AL	Lindalva P LI****@GMAIL.COM
185	AL	Ana A AL****@GMAIL.COM
186	AL	Maria F FE****@GMAIL.COM
187	AL	Claudemir S SA****@HOTMAIL.COM
188	AL	Jose R RA****@GMAIL.COM
189	AL	George C KI****@GMAIL.COM
190	AL	Maria D MP****@GMAIL.COM
191	AL	Mirela V MI****@GMAIL.COM
192	AL	Izabelle L BE****@HOTMAIL.COM
193	AL	Maria L ML****@GMAIL.COM
194	AL	Mariana T MA****@GMAIL.COM
195	AL	Fernanda L LE****@HOTMAIL.COM
196	AL	Luiz A LU****@GMAIL.COM
197	AL	Elaine G EG****@GMAIL.COM
198	AL	Isailainny M AR****@GMAIL.COM
199	AL	Adrielli S GO****@GMAIL.COM
200	AL	Lillian F LI****@HOTMAIL.COM
201	AL	Nathalia M NA****@GMAIL.COM
202	AL	Ana K KA****@HOTMAIL.COM
203	AL	Beatriz D BE****@GMAIL.COM
204	AL	Tallyne O TA****@GMAIL.COM
205	AL	Fernanda L FE****@GMAIL.COM
206	AL	Ronald H HE****@GMAIL.COM

LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 198137

Nº	UF	Cidadão
207	AL	Cleris V CL****@HOTMAIL.COM
208	AL	Carlos E CA****@GMAIL.COM
209	AL	Priscilla C PR****@GMAIL.COM
210	AL	Luan T LU****@HOTMAIL.COM
211	AL	Adria B AD****@GMAIL.COM
212	AL	Fernando A FE****@HOTMAIL.COM
213	AL	Itala C IT****@GMAIL.COM
214	AL	Ana K AN****@OUTLOOK.COM
215	AL	Anna M AN****@GMAIL.COM
216	AL	Fernando S AL****@YAHOO.COM.BR
217	AL	Cledja M CL****@HOTMAIL.COM
218	AL	Cleonabula M CL****@HOTMAIL.COM
219	AL	Natanael V NA****@GMAIL.COM
220	AL	Chrislanne D CH****@OUTLOOK.COM
221	AL	Maira G MA****@GMAIL.COM
222	AL	Isis S IS****@HOTMAIL.COM
223	AL	Lorena S LO****@GMAIL.COM
224	AL	Maria E EL****@HOTMAIL.COM
225	AL	Giovana R GI****@ICLOUD.COM
226	AL	Milena B MI****@OUTLOOK.COM
227	AL	Stefania V GE****@HOTMAIL.COM
228	AL	Nathalia K NA****@HOTMAIL.COM
229	AL	Laura Y LA****@GMAIL.COM
230	AL	Melquisedeque G GO****@GMAIL.COM
231	AL	Cleudson A AL****@HOTMAIL.COM
232	AL	Nelma M NE****@GMAIL.COM
233	AL	Priscila G PR****@GMAIL.COM
234	AL	Helder F FA****@GMAIL.COM
235	AL	Wyvia T WY****@HOTMAIL.COM
236	AL	Alefe G AL****@GMAIL.COM
237	AL	James M JA****@GMAIL.COM
238	AL	Jaiana S SH****@ICLOUD.COM
239	AL	Marilucia D DD****@GMAIL.COM
240	AL	Vanessa C VA****@HOTMAIL.COM
241	AL	Laura L LA****@GMAIL.COM
242	AL	Ana I IS****@GMAIL.COM
243	AL	Maria E ES****@GMAIL.COM
244	AL	Leylane A LE****@HOTMAIL.COM
245	AL	Lais R LA****@HOTMAIL.COM
246	AL	Waldirene L WA****@HOTMAIL.COM
247	AL	Sylvio V SY****@GMAIL.COM
248	AL	Ana G GA****@GMAIL.COM
249	AL	Tiago S TI****@HOTMAIL.COM
250	AL	Rebeca V RE****@GMAIL.COM
251	AM	Marciele R MA****@GMAIL.COM
252	AM	Eliane A EL****@GMAIL.COM
253	AM	Otilia S O.****@GMAIL.COM
254	AM	Samara L SA****@HOTMAIL.COM
255	AM	Thalyson B ME****@GMAIL.COM
256	AM	Evellyn K EV****@GMAIL.COM
257	AM	Sarah P SQ****@HOTMAIL.COM
258	AM	Amanda D AM****@GMAIL.COM
259	AM	Helen P HE****@GMAIL.COM
260	AM	Julie P JU****@GMAIL.COM
261	AM	Pedro D OL****@GMAIL.COM
262	AM	Aline D AL****@GMAIL.COM
263	AM	Nicolý D DI****@GMAIL.COM
264	AM	Jose H JH****@GMAIL.COM
265	AM	Elda J JE****@HOTMAIL.COM
266	AM	Jose R GO****@ICLOUD.COM
267	AM	Katia A KA****@GMAIL.COM
268	AM	Ewellin F EW****@HOTMAIL.COM
269	AM	Maria J MA****@GMAIL.COM
270	AM	Joao D JB****@GMAIL.COM
271	AM	Itala L IT****@GMAIL.COM
272	AM	Myller F MY****@GMAIL.COM
273	AM	Joao V VI****@GMAIL.COM
274	AM	Maria C CA****@GMAIL.COM
275	AM	Myrna F MY****@GMAIL.COM
276	AM	Izabely B IS****@GMAIL.COM
277	AM	Josiane D JO****@GMAIL.COM
278	AM	Eric D ER****@GMAIL.COM
279	AM	Ana C AN****@HOTMAIL.COM
280	AM	Paulo R RA****@HOTMAIL.COM
281	AM	Ennio R EN****@HOTMAIL.COM
282	AM	Gabriela M GM****@GMAIL.COM
283	AM	Jose D DE****@GMAIL.COM
284	AM	Francivan D FR****@HOTMAIL.COM
285	AM	Christiane S CH****@HOTMAIL.COM
286	AM	Jefferson C DA****@OUTLOOK.COM
287	AM	Anderson X AN****@OPYHEALTH.COM.BR
288	AM	Tiago V TI****@GMAIL.COM
289	AM	Manoel P NE****@GMAIL.COM
290	AM	Marcelo B MB****@YAHOO.COM.BR
291	AM	Laila D VA****@GMAIL.COM
292	AM	Gabrielle C GA****@GMAIL.COM
293	AM	Manuel C MA****@GMAIL.COM
294	AM	Eloane P PR****@GMAIL.COM
295	AM	Isabela P IS****@HOTMAIL.COM
296	AM	Elizandra R EL****@HOTMAIL.COM
297	AM	Yhasmin S YH****@GMAIL.COM
298	AM	Julia D JU****@GMAIL.COM
299	AM	Tiago B SH****@GMAIL.COM
300	AM	Iolete R IO****@GMAIL.COM
301	AM	Camila R CA****@GMAIL.COM
302	AM	Flavia R BI****@ICLOUD.COM
303	AM	Jose H HA****@MSN.COM
304	AM	Aldemir F AL****@HOTMAIL.COM
305	AM	Alceniza P AL****@GMAIL.COM
306	AM	Idalberto D BE****@HOTMAIL.COM
307	AM	Maressa D MA****@YAHOO.COM.BR
308	AM	Edney C ED****@GMAIL.COM
309	AM	Thaysnara N TH****@GMAIL.COM

ANEXO

133

LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 198137

Nº	UF	Cidadão
310	AM	Alice C AL****@GMAIL.COM
311	AM	Francisco R RO****@GMAIL.COM
312	AM	Eloa R EL****@GMAIL.COM
313	AM	Glaucia C GL****@GMAIL.COM
314	AM	Sissa M SI****@HOTMAIL.COM
315	AM	Sthefany F ED****@HOTMAIL.COM
316	AM	Lorena D LO****@GMAIL.COM
317	AM	Marjorie Z MA****@GMAIL.COM
318	AM	Marco A MA****@OUTLOOK.COM
319	AM	Dalyana G DA****@GMAIL.COM
320	AM	Paola N PA****@GMAIL.COM
321	AM	Lucas F LU****@GMAIL.COM
322	AM	Bruno G BG****@GMAIL.COM
323	AM	Renan T RE****@GMAIL.COM
324	AM	Maria G MA****@GMAIL.COM
325	AM	Maria G MA****@GMAIL.COM
326	AM	Franciney P FR****@HOTMAIL.COM
327	AM	Jair L JL****@GMAIL.COM
328	AM	Bianka C BI****@ICLOUD.COM
329	AM	Josiane T AJ****@GMAIL.COM
330	AM	Areta P AR****@GMAIL.COM
331	AM	Larissa D LA****@GMAIL.COM
332	AM	Carolini D CA****@MSN.COM
333	AM	Emilly L LO****@GMAIL.COM
334	AM	Karen L K.****@GMAIL.COM
335	AM	Mabel D MA****@GMAIL.COM
336	AM	Andre L PO****@GMAIL.COM
337	AM	Carolina C CA****@UFAM.EDU.BR
338	AM	Gino E GI****@HOTMAIL.COM
339	AM	Geiza C GE****@YAHOO.COM.BR
340	AM	Nelson D NE****@GMAIL.COM
341	AM	Suzana D SU****@GMAIL.COM
342	AM	Evelyn F EV****@GMAIL.COM
343	AM	Lauricy S FL****@GMAIL.COM
344	AM	Rosilene M RO****@GMAIL.COM
345	AM	Estefani S ES****@GMAIL.COM
346	AM	Carlos V CA****@LIVE.COM
347	AM	Carolina F CA****@GMAIL.COM
348	AM	Erica B ER****@GMAIL.COM
349	AM	Filipe M FI****@LIVE.COM
350	AM	Fadia V FA****@GMAIL.COM
351	AM	Hugo D HD****@GMAIL.COM
352	AM	Valeria A VA****@GMAIL.COM
353	AM	Keyla D KE****@GMAIL.COM
354	AM	Thiago S TS****@OUTLOOK.COM
355	AM	Adriana V DR****@HOTMAIL.COM
356	AM	Andrea F AN****@GMAIL.COM
357	AM	Allen C AL****@HOTMAIL.COM
358	AM	Willow S WW****@HOTMAIL.COM
359	AM	Gabriele F GA****@HOTMAIL.COM
360	AM	Carolina D CA****@HOTMAIL.COM
361	AM	Joao B J. ****@HOTMAIL.COM
362	AM	Suelem C SU****@GMAIL.COM
363	AM	Regina S RE****@YAHOO.COM.BR
364	AM	Brenda F BR****@HOTMAIL.COM
365	AM	Therezinha D TE****@UOL.COM.BR
366	AM	Katrine B KA****@GMAIL.COM
367	AM	Andrezza L AN****@GMAIL.COM
368	AM	Marta M MA****@GMAIL.COM
369	AM	Livia L LL****@GMAIL.COM
370	AM	Maria D MC****@UFAM.EDU.BR
371	AM	Maiara C MA****@HOTMAIL.COM
372	AM	Mayara R MA****@HOTMAIL.COM
373	AM	Luanna K LU****@GMAIL.COM
374	AM	Joice C JO****@GMAIL.COM
375	AM	Adriana S AS****@GMAIL.COM
376	AM	Jose H HE****@GMAIL.COM
377	AM	Rafael L RR****@GMAIL.COM
378	AM	Maria C MA****@YAHOO.COM.BR
379	AM	Raiana D PR****@GMAIL.COM
380	AM	Adria P AP****@GMAIL.COM
381	AM	Giselle F GI****@GMAIL.COM
382	AM	Gabriel S GA****@GMAIL.COM
383	AM	Ana J AJ****@GMAIL.COM
384	AM	Matheus B MB****@OUTLOOK.COM
385	AM	Elisabete M EL****@GMAIL.COM
386	AM	Tatiane R TA****@GMAIL.COM
387	AM	Alana M AL****@GMAIL.COM
388	AM	Thaynara G TH****@YAHOO.COM
389	AM	Lorena A AL****@GMAIL.COM
390	AM	Heverson J HE****@GMAIL.COM
391	AM	Gizele F GI****@HOTMAIL.COM
392	AM	Ana B AB****@GMAIL.COM
393	AM	Vinicius A VI****@GMAIL.COM
394	AM	Natachxa G NA****@HOTMAIL.COM
395	AM	Odem D OD****@HOTMAIL.COM
396	AP	Brenda K BR****@GMAIL.COM
397	AP	Marcio R BO****@LIVE.COM
398	AP	Alfredo B AL****@GMAIL.COM
399	AP	Andreza M AN****@HOTMAIL.COM
400	AP	Vitor D VI****@OUTLOOK.COM
401	AP	Vanessa O VA****@HOTMAIL.COM
402	AP	Tiago B TI****@YAHOO.COM.BR
403	AP	Renata A RE****@GMAIL.COM
404	AP	Diego R DA****@GMAIL.COM
405	AP	Layana C LA****@GMAIL.COM
406	AP	Ieda D IE****@IFAP.EDU.BR
407	AP	Tiago S TI****@GMAIL.COM
408	AP	Nalanda G NA****@GMAIL.COM
409	AP	Victor D VI****@SAUDE.GOV.BR
410	AP	Carlos C CA****@OUTLOOK.COM
411	AP	Leticia A LE****@GMAIL.COM
412	AP	Ivy S AD****@GMAIL.COM

11



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Para a audiência, propõe-se a presença, entre outros, dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – com atuação na política nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e na fiscalização das relações de trabalho;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) – com atuação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e na proteção social de crianças e adolescentes;
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – com atuação na coordenação de políticas nacionais de proteção integral de crianças e adolescentes;
- Representante do Ministério da Educação (MEC) – com atuação em políticas educacionais de prevenção ao trabalho infantil e garantia da permanência escolar;



- Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) – com atuação na repressão ao trabalho infantil e na defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
- Representante de organização da sociedade civil – com reconhecida atuação no enfrentamento ao trabalho infantil e na promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- Representante do Conselho Tutelar – com atuação direta na proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive em casos de trabalho infantil, mendicância e exploração nas vias públicas.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como marco internacional de conscientização e mobilização social para a erradicação do trabalho infantil, em especial de suas piores formas. A data é amplamente reconhecida no Brasil e integra o calendário de ações dos órgãos públicos, do sistema de justiça e da sociedade civil voltados à proteção integral de crianças e adolescentes.

Apesar dos avanços normativos e institucionais, o trabalho infantil permanece como grave violação de direitos humanos no país. Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam que 1,65 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil em 2024, evidenciando a persistência do problema e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção e erradicação¹.

O trabalho infantil compromete o desenvolvimento físico, psicológico, educacional e social de crianças e adolescentes, além de violar dispositivos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e compromissos



internacionais assumidos pelo Brasil. Sua ocorrência está frequentemente associada à evasão escolar, à exposição a riscos e à reprodução de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social. Nesse contexto, destacam-se políticas públicas estruturantes como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), as ações de fiscalização do trabalho e as iniciativas educativas desenvolvidas no ambiente escolar, que têm papel central na prevenção e na identificação precoce de situações de exploração do trabalho de crianças e adolescentes². Ressalta-se, ainda, a importância da distinção entre trabalho infantil, enquanto prática vedada, e a aprendizagem profissional, prevista em lei como instrumento de proteção e qualificação para adolescentes a partir dos 14 anos.

A realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, mostra-se medida oportuna para promover o debate interinstitucional, acompanhar a implementação das políticas públicas existentes, avaliar seus resultados e fortalecer estratégias integradas de prevenção, proteção social e garantia de direitos.

Além disso, faz-se necessário ampliar o debate para situações cotidianas frequentemente naturalizadas pela sociedade, como a presença de crianças e adolescentes em semáforos, ruas, praças e outros espaços públicos, em atividades de mendicância, venda ambulante ou prestação informal de serviços. Ainda que nem todas essas situações sejam formalmente enquadradas como trabalho infantil, elas expõem crianças e adolescentes a riscos físicos, psicológicos e sociais, configurando formas de violação de direitos e demandando resposta articulada do poder público.

Registra-se que não há, atualmente, base nacional consolidada e contínua que mensure o número de crianças e adolescentes em situação de rua ou em práticas de mendicância no país, o que dificulta o planejamento e a avaliação de políticas públicas específicas. Essa lacuna estatística reforça a



importância do fortalecimento dos mecanismos de identificação, notificação e encaminhamento dessas situações, com papel central dos Conselhos Tutelares, das redes de assistência social, da educação e da saúde.

O Conselho Tutelar, enquanto órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, exerce função estratégica na proteção de crianças em situação de rua, exploração econômica ou negligência, atuando na aplicação de medidas de proteção, na articulação com a família e no acionamento da rede de serviços. Sua inclusão no debate institucional sobre trabalho infantil é fundamental para qualificar a compreensão do fenômeno e aprimorar as respostas do Estado às múltiplas formas de vulnerabilidade enfrentadas por crianças e adolescentes no espaço urbano. A iniciativa reafirma o compromisso do Senado Federal com a erradicação do trabalho infantil e com a promoção de uma infância e adolescência livres de exploração.

¹ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** PNAD Contínua: Trabalho de crianças e adolescentes – 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

² **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/peti>.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



12



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Novembro Roxo”, dedicada à prematuridade e à atenção neonatal, em alusão ao Dia Mundial do Bebê Prematuro (17 de novembro), bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil no Brasil.

A audiência abordará o tema de forma ampla, considerando a população em geral, com recorte específico para a proteção da primeira infância, a atenção aos recém-nascidos prematuros, o cuidado integral às gestantes, puérperas e famílias, a organização da rede de atenção neonatal no Sistema Único de Saúde (SUS) e a garantia de direitos desde o nascimento.

Os convidados serão indicados e convocados oportunamente, assegurando-se a participação de representantes do poder público, de especialistas, de organismos internacionais e da sociedade civil organizada, de modo a garantir o caráter plural, técnico e intersetorial do debate.

JUSTIFICAÇÃO

A prematuridade, definida como o nascimento antes de 37 semanas de gestação, constitui uma das principais causas de mortalidade neonatal e



infantil, além de estar associada a impactos duradouros no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança¹.

O Novembro Roxo tem como finalidade sensibilizar a sociedade e os gestores públicos para a relevância da prevenção do parto prematuro, da qualificação da atenção pré-natal, do fortalecimento das unidades de terapia intensiva neonatal (UTIN) e da oferta de cuidado humanizado e contínuo aos recém-nascidos e suas famílias.

No Brasil, apesar dos avanços na ampliação do acesso ao pré-natal e na estruturação da rede de atenção materno-infantil, a prematuridade permanece como um desafio relevante de saúde pública, exigindo ações integradas que envolvam prevenção, diagnóstico precoce, assistência adequada ao parto e atenção neonatal especializada².

A atenção neonatal não se limita ao cuidado clínico do recém nascido, mas envolve também o acolhimento e o suporte às famílias, especialmente às mães e pais que vivenciam longos períodos de internação, insegurança emocional e impactos socioeconômicos decorrentes do nascimento prematuro³.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, a proteção da criança desde o nascimento encontra respaldo no art. 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que estabelecem a prioridade absoluta às ações voltadas à infância e à garantia do desenvolvimento integral⁴.

Nesse contexto, a realização de audiência pública no âmbito da CDH permitirá promover um debate qualificado e intersetorial sobre a prematuridade e a atenção neonatal, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas, a redução de desigualdades regionais, o fortalecimento do SUS e a reafirmação do compromisso do Estado brasileiro com a vida, a dignidade e os direitos da criança desde o início da vida.



¹ **Organização Mundial da Saúde (OMS). Preterm birth.** Disponível em: <https://www.who.int/news room/fact-sheets/detail/preterm-birth>

² **Ministério da Saúde. Atenção à saúde do recém-nascido e da criança.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/recem-nascido>

³ **UNICEF. Bebês prematuros e atenção neonatal.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude neonatal>

⁴ **Brasil. Constituição Federal de 1988. Art. 227.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



13



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os obstáculos à sua inclusão no mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas, incentivos e boas práticas no setor público e privado, considerando, como recorte temático, os impactos da exclusão educacional e social vivenciada na infância e adolescência sobre a inserção profissional na vida adulta.

Para a audiência, propõe-se a presença, ao menos, dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – com atuação em políticas de emprego, aprendizagem profissional, estágio e inclusão produtiva de pessoas com deficiência.
- Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDP/MDHC) – com atuação na formulação e monitoramento de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.
- Representante da empresa Specialisterne Brasil – organização com atuação voltada à inclusão profissional de pessoas autistas no mercado de trabalho, com experiência nacional e internacional.



- Representante da empresa Major Tom Tecnologia – empresa organizadora de iniciativas voltadas à promoção da empregabilidade e das relações profissionais saudáveis para jovens e adultos autistas.
- Especialistas, gestores de recursos humanos e representantes da sociedade civil, com experiência nas áreas de educação, saúde, psicologia, tecnologia e inclusão profissional de pessoas com TEA.

JUSTIFICAÇÃO

A baixa inserção de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho constitui um dos principais desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos e da inclusão social. Apesar da existência de marcos legais protetivos, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista¹ e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência², jovens e adultos com TEA continuam enfrentando elevadas taxas de desemprego, subemprego e informalidade, o que evidencia a persistência de barreiras estruturais à inclusão produtiva.

Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que pessoas com deficiência, de modo geral, apresentam taxas de participação e ocupação significativamente inferiores às da população sem deficiência, mesmo em idade economicamente ativa. Esse cenário revela que a exclusão do mercado de trabalho não se explica apenas por fatores contemporâneos à vida adulta, mas está diretamente relacionada a trajetórias marcadas, desde a infância e a adolescência, por falhas na educação inclusiva, ausência de adaptações pedagógicas adequadas e inexistência de políticas estruturadas de transição da escola para o trabalho.

A exclusão educacional e social vivenciada precocemente produz efeitos cumulativos que limitam o acesso à qualificação profissional, à experiência laboral e à autonomia na vida adulta, contrariando os objetivos estabelecidos na



legislação brasileira de promoção da igualdade de oportunidades². Nesse contexto, a literatura especializada e experiências institucionais indicam que políticas de transição e preparação para o trabalho são determinantes para ampliar as chances de inserção profissional futura de pessoas com TEA.

Os programas de estágio e de aprendizagem inclusivos assumem, assim, papel estratégico como instrumentos de aproximação gradual e protegida ao mercado de trabalho. Regulamentado pela Lei nº 11.788/2008³, o estágio pode funcionar como mecanismo de desenvolvimento de competências, aquisição de experiência prática e redução de barreiras atitudinais, especialmente quando adaptado às necessidades específicas de adolescentes e jovens com TEA. Iniciativas dessa natureza contribuem para a construção de trajetórias profissionais mais estáveis na vida adulta, além de favorecerem ambientes de trabalho mais diversos e inclusivos.

Por outro lado, a ausência de políticas públicas que articulem educação inclusiva, qualificação profissional e experiências iniciais de trabalho contribui para a perpetuação de ciclos de dependência, exclusão econômica e invisibilidade social, com impactos relevantes para as famílias, para o sistema de proteção social e para o desenvolvimento do país^{4 5}. Promover a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista exige, portanto, uma abordagem integrada, que reconheça o papel estruturante das experiências vivenciadas na infância e na adolescência sobre os resultados observados no mercado de trabalho adulto.

Diante disso, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa revela-se oportuna e necessária para qualificar o debate, identificar lacunas nas políticas existentes, dar visibilidade a boas práticas e subsidiar a formulação de estratégias legislativas e institucionais voltadas à inclusão efetiva de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho brasileiro.



¹ **BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

² **BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

³ **BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

⁴ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** PNAD Contínua: Pessoas com deficiência – indicadores de participação no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>

⁵ **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.** Aprendizagem profissional e inclusão de pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



14



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover o Balanço e a Prestação de Contas das atividades desenvolvidas pela Comissão no Biênio 2025–2026, bem como realizar a apresentação institucional das principais entregas, ações, audiências públicas, diligências, encaminhamentos e iniciativas realizadas no período.

Em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), a audiência terá caráter institucional e público, destinada a dar transparência às ações da Comissão, reafirmar o compromisso do Senado Federal com a promoção e a defesa dos direitos humanos e apresentar os resultados alcançados no exercício das competências regimentais da CDH, com destaque para a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, o acompanhamento de políticas públicas e a atuação no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

Os convidados serão indicados e convocados oportunamente, de modo a garantir o caráter plural, democrático e representativo do evento.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, marca a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, constituindo o principal



marco normativo internacional de afirmação da dignidade da pessoa humana, da igualdade e das liberdades fundamentais¹.

No âmbito do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) possui competência regimental para atuar na defesa e promoção dos direitos humanos, no acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, na apreciação de matérias legislativas correlatas e na promoção da participação social².

Entre 2025 e 2026, a CDH desenvolveu extensa agenda institucional, incluindo a realização de audiências públicas temáticas, o acompanhamento de denúncias e violações de direitos humanos, diligências institucionais, articulações com órgãos nacionais e internacionais, bem como iniciativas voltadas à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e populações tradicionais.

A prestação de contas das atividades parlamentares constitui princípio fundamental da administração pública e do Estado Democrático de Direito, assegurando transparência, publicidade e controle social sobre a atuação do Poder Legislativo³. A realização de audiência pública específica para o Balanço do Biênio 2025–2026 permite dar conhecimento à sociedade dos resultados alcançados, dos desafios enfrentados e das perspectivas para o fortalecimento da agenda de direitos humanos no país.

Além disso, o evento assume caráter simbólico de encerramento de ciclo, reafirmando o compromisso do Senado Federal com os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a centralidade da dignidade humana como fundamento da ordem constitucional brasileira⁴.

Nesse contexto, a audiência pública mostra-se plenamente alinhada às atribuições da CDH e contribui para consolidar o Parlamento como espaço



de diálogo democrático, escuta social e fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos.

¹ **Organização das Nações Unidas (ONU).** *Universal Declaration of Human Rights.* Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

² **Senado Federal.** *Regimento Interno do Senado Federal – Art. 102-E (Competências da CDH).* Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/regimento-interno>

³ **Brasil.** *Constituição Federal de 1988. Princípios da publicidade e da transparência administrativa (art. 37).* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html

⁴ **Brasil.** *Constituição Federal de 1988. Dignidade da pessoa humana como fundamento da República (art. 1º, III).* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



15



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Setembro Amarelo”, voltada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas de promoção da saúde mental no Brasil.

A audiência buscará abordar o tema de forma ampla, considerando a população em geral, com recorte específico para crianças e adolescentes, o papel das famílias, das instituições de ensino, dos serviços públicos de saúde e assistência social, bem como a necessidade de estratégias de acolhimento e prevenção voltadas a pessoas e famílias afetadas por tentativas ou óbitos por suicídio.

Para a audiência, proponho a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde – autoridade nacional responsável pelas políticas públicas de saúde mental, atenção psicossocial e estratégias de prevenção do suicídio no âmbito do SUS.
- Representante da Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) – especialista em diretrizes internacionais de prevenção do suicídio, promoção da saúde mental e estratégias de prevenção.
- Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) – médico psiquiatra, para abordagem clínica, epidemiológica e



assistencial da prevenção do comportamento suicida na população em geral, incluindo crianças e adolescentes.

- Andrea Chaves – psicóloga, servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, com atuação no Núcleo de Saúde Mental em Urgências e Emergências do SAMU-DF, palestrante na área de saúde mental, prevenção do suicídio e manejo de crises emocionais.
- Representante do Ministério da Educação ou especialista em políticas educacionais – para tratar da atuação das escolas na identificação de sinais de alerta, formação de educadores e articulação com as redes de saúde e assistência social.

JUSTIFICAÇÃO

O mês de setembro é marcado, nacional e internacionalmente, pela campanha “Setembro Amarelo”, dedicada à prevenção do suicídio e à valorização da vida, com o objetivo de ampliar o debate público, reduzir o estigma em torno da saúde mental e estimular a busca por ajuda diante de situações de sofrimento psíquico¹.

O suicídio constitui um relevante problema de saúde pública, com impactos significativos sobre indivíduos, famílias e comunidades. No Brasil, os dados oficiais indicam milhares de óbitos anuais por suicídio, além de um número expressivo de tentativas e episódios de ideação suicida, exigindo respostas articuladas do Estado e da sociedade².

Embora a campanha tenha como público-alvo a população em geral, é imprescindível reconhecer que crianças e adolescentes representam um grupo de especial vulnerabilidade, uma vez que o sofrimento psíquico nessa fase da vida pode estar associado a fatores como depressão, ansiedade, violência, bullying, exclusão social, dificuldades familiares e exposição a conteúdos inadequados no ambiente digital³.



O papel da família é central na prevenção e no cuidado. Situações em que crianças ou adolescentes enfrentam quadros graves de sofrimento mental geram impactos diretos sobre os responsáveis legais, que muitas vezes precisam conciliar trabalho, sustento familiar e acompanhamento intensivo do filho em tratamento. Nesse contexto, torna-se relevante discutir a existência e o aprimoramento de políticas públicas de apoio às famílias, incluindo alternativas como modalidades de teletrabalho ou flexibilização laboral, quando compatíveis, para assegurar o cuidado e a proteção integral⁴.

Outro aspecto de extrema relevância é a prevenção, compreendida como o conjunto de ações voltadas ao apoio de familiares, amigos e comunidades afetadas por tentativas ou por óbitos por suicídio. A ausência de acompanhamento adequado pode desencadear sofrimento psíquico prolongado e agravos à saúde mental de outros membros da família, inclusive crianças e adolescentes⁵.

As escolas configuram-se como espaços estratégicos para a identificação precoce de sinais de alerta, para a promoção da saúde emocional e para o encaminhamento adequado aos serviços de saúde e assistência social. Capacitar educadores para reconhecer mudanças de comportamento, comunicar-se de forma adequada e acionar as redes de proteção é medida essencial para a prevenção⁶.

Diante desse cenário, a realização de audiência pública no âmbito da CDH permitirá promover um debate intersetorial, envolvendo poder público, organismos internacionais, especialistas e sociedade civil, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de prevenção do suicídio, promoção da saúde mental e proteção integral da população, com especial atenção aos direitos de crianças e adolescentes e ao suporte às famílias.



¹ **Ministério da Saúde.** Setembro Amarelo e o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10/9). Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/setembro-amarelo-e-dia-mundial-de-prevencao-do-suicidio-10-9/>

² **Ministério da Saúde.** Suicídio: saber, agir e prevenir. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-mental/suicidio>

³ **Organização Mundial da Saúde (OMS).** Suicide worldwide in the 21st century. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/suicide-worldwide-in-the-21st-century>

⁴ **Brasil. Constituição Federal de 1988.** Art. 227 – Proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html

⁵ **Organização Mundial da Saúde (OMS).** Preventing suicide: a global imperative. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-MSD-MER-17.5>
6UNICEF Brasil. Saúde mental de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental>

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



16



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, os instrumentos nacionais de prevenção, investigação e localização, bem como a articulação entre os órgãos de segurança pública, o sistema de justiça e as políticas de direitos humanos, tendo como referência casos recentes ocorridos em diferentes contextos do território nacional, a exemplo de ocorrências registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão.

Para a audiência, proponho a presença de, ao menos, os seguintes convidados:

- Representante do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID (Conselho Nacional do Ministério Público) – responsável pela consolidação nacional de dados, integração de registros estaduais e apoio técnico às investigações de pessoas desaparecidas.
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP – com atuação na formulação e coordenação de políticas públicas de segurança, enfrentamento ao desaparecimento de pessoas, tráfico humano e cooperação federativa.



- Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – responsável pela coordenação da política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

JUSTIFICAÇÃO

O desaparecimento de crianças e adolescentes configura grave violação de direitos humanos e representa um dos mais sensíveis desafios enfrentados pelo Estado brasileiro, demandando respostas céleres, integradas e baseadas em evidências. Trata-se de fenômeno complexo, que exige atuação coordenada entre políticas de segurança pública, justiça, assistência social e proteção integral à infância.

Dados oficiais do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID) indicam a existência de dezenas de milhares de registros de pessoas desaparecidas no país, com expressiva incidência envolvendo crianças e adolescentes, o que evidencia a magnitude e a persistência do problema em âmbito nacional¹.

Casos recentes amplamente noticiados e acompanhados por esta Comissão, ocorridos em diferentes unidades da Federação — a exemplo de situações registradas na região do Marajó, no Estado do Pará, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão — evidenciam desafios recorrentes na resposta estatal, tais como dificuldades operacionais em territórios vulneráveis ou de difícil acesso, lacunas na integração de dados, ausência de protocolos padronizados de resposta imediata e limitações na cooperação interestadual e interinstitucional².

Apesar da existência de instrumentos nacionais voltados ao enfrentamento do desaparecimento de pessoas, persistem desafios relacionados à padronização de procedimentos, à comunicação célere entre órgãos competentes, ao cruzamento de informações entre bases de dados e à adoção de



metodologias investigativas integradas, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade³.

Nesse contexto, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa revela-se fundamental para promover o debate qualificado, avaliar a efetividade das políticas públicas existentes, identificar lacunas institucionais e propor aprimoramentos normativos, operacionais e intersetoriais que fortaleçam a prevenção, a investigação e a localização de crianças e adolescentes desaparecidos no Brasil.

¹ **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.** Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID). Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/sinalid>

² **Ministério da Justiça e Segurança Pública.** Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Disponível em: <https://www.gov.br/mjsp>

³ **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.** Ofício nº 005/2026 – CDH, encaminhado ao Governo do Estado do Maranhão, sobre o acompanhamento de casos de desaparecimento de crianças e articulação institucional.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



17



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover a campanha “Agosto Dourado” – Mês do Aleitamento Materno, seus impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes.

Para a audiência, proponho a presença dos seguintes convidados:

- Ministro ou representante do Ministério da Saúde – autoridade nacional com atuação em políticas de aleitamento materno e nutrição infantil.
- Representante da UNICEF Brasil – especialista em alimentação infantil e proteção de direitos da criança.
- Representante da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) – com expertise em diretrizes internacionais de aleitamento materno.
- Presidente ou representante do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) – profissional especializado em amamentação e saúde materno-infantil.
- Especialista em políticas públicas de saúde da infância e adolescência (acadêmico ou pesquisador) – com experiência em



análise de indicadores e estratégias para ampliar práticas de aleitamento.

- Representante da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano – para abordar a atuação do SUS no apoio à amamentação.

JUSTIFICAÇÃO

O mês de agosto é oficialmente reconhecido no Brasil como “Agosto Dourado”, dedicado à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, nos termos da Lei nº 13.435/2017, que instituiu a campanha no calendário nacional, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro¹.

O aleitamento materno constitui um dos pilares centrais da primeira infância, sendo reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como a forma mais eficaz de garantir o desenvolvimento saudável de crianças, com recomendação de amamentação exclusiva até os seis meses de idade e continuada, com alimentação complementar adequada, até dois anos ou mais².

Apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, os indicadores nacionais ainda revelam desafios relevantes. Dados oficiais apontam que a taxa de aleitamento materno exclusivo até os seis meses no Brasil permanece abaixo das metas preconizadas por organismos internacionais, evidenciando desigualdades regionais e barreiras estruturais relacionadas ao acesso à informação, ao acompanhamento pré e pós-natal, às condições de trabalho da mulher e ao suporte institucional à amamentação³.

O fortalecimento de políticas públicas de aleitamento materno possui impactos diretos na redução da mortalidade infantil, na prevenção de doenças infecciosas e crônicas, na promoção do vínculo afetivo e no desenvolvimento



integral da criança, além de gerar benefícios econômicos ao sistema de saúde, ao reduzir internações e custos associados a agravos evitáveis⁴.

Nesse contexto, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa mostra-se oportuna e necessária para promover um debate qualificado sobre os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas ao aleitamento materno, especialmente sob a ótica dos direitos humanos da criança e da mulher, em articulação com o Marco Legal da Primeira Infância⁵.

A iniciativa permitirá reunir representantes do poder público, organismos internacionais, especialistas e sociedade civil organizada, contribuindo para o aprimoramento de estratégias intersetoriais que assegurem a proteção integral na primeira infância e reafirmem o aleitamento materno como direito fundamental, prioridade sanitária e compromisso permanente do Estado brasileiro.

¹ **Brasil.** Lei nº 13.435, de 12 de abril de 2017. Institui o mês de agosto como “Agosto Dourado”, dedicado à promoção do aleitamento materno. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13435.htm

² **Organização Mundial da Saúde (OMS).** Breastfeeding. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/breastfeeding>

³ **Ministério da Saúde / Fiocruz.** Aleitamento materno: um ato de amor, cuidado e saúde pública. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/postagem/aleitamento-materno-um-ato-de-amor-de-cuidado-e-de-saude-publica/>

⁴ **UNICEF Brasil.** Aleitamento materno. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/aleitamento-materno>



⁵ **Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.html

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



18



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha institucional em alusão ao Junho Violeta.

Para a audiência, propõe-se a presença, entre outros, dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – com atuação nas políticas nacionais de promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
- Representante do Ministério da Saúde – com atuação nas políticas de atenção integral à saúde da pessoa idosa e na vigilância de violências;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) – com atuação na proteção social da pessoa idosa no âmbito do SUAS;
- Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para apresentação de dados demográficos e projeções sobre o envelhecimento da população brasileira;
- Representante de organização da sociedade civil – com reconhecida atuação na defesa dos direitos da pessoa idosa e no enfrentamento à violência;



- Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa – para exposição das diretrizes, objetivos e articulações institucionais da Frente.

JUSTIFICAÇÃO

O Junho Violeta constitui campanha nacional dedicada à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, tendo como finalidade mobilizar o poder público, as famílias e a sociedade para a promoção do respeito, da proteção integral e da dignidade da população idosa. Trata-se de uma agenda pública permanente, alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção aos grupos em situação de vulnerabilidade.

No âmbito do Poder Legislativo, propusemos a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, com o objetivo de articular esforços entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para fortalecer políticas públicas, ouvir a sociedade, debater com especialistas e dialogar com instituições públicas e privadas envolvidas com a temática do envelhecimento e da proteção da pessoa idosa. A Frente encontra-se atualmente instalada, com composição e direção formalmente definidas.

A relevância dessa agenda é reforçada pelo acelerado processo de envelhecimento da população brasileira. Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que as pessoas idosas já representam cerca de 9% da população brasileira, somando mais de 30 milhões de pessoas, com projeção de crescimento para aproximadamente 25% da população até 2060, o que corresponderá a cerca de 90 milhões de pessoas idosas¹. Esse cenário impõe ao Estado brasileiro o dever de antecipar e estruturar respostas adequadas às demandas decorrentes dessa transição demográfica.

Paralelamente ao crescimento da população idosa, observam-se registros preocupantes de violência praticada contra esse grupo, incluindo



violência física, psicológica, patrimonial, negligência e abandono, conforme dados oriundos dos canais oficiais de denúncia e dos sistemas de informação do poder público².

Tais violações demandam ações integradas de prevenção, conscientização, responsabilização e fortalecimento das redes de proteção social e institucional. Nesse contexto, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa revela-se instrumento fundamental para dar visibilidade à campanha Junho Violeta, promover o debate qualificado sobre o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, acompanhar as políticas públicas em execução e fortalecer a articulação entre o Parlamento, o Poder Executivo, o Sistema de Justiça e a sociedade civil. A iniciativa contribui, ainda, para reafirmar o compromisso do Senado Federal com a promoção do envelhecimento digno, seguro e com respeito aos direitos humanos.

¹ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Projeções da população do Brasil e Unidades da Federação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>.

² **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC.** Disque 100 – Dados sobre violações de direitos da pessoa idosa. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondhc/disque-100>.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves

19



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de seminário, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o tema “Fortalecimento dos Conselhos Tutelares”, a ser realizado no dia 18 de novembro de 2026, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, em Brasília/DF.

O seminário terá como objetivo promover o debate qualificado sobre o papel estratégico dos Conselhos Tutelares na proteção integral de crianças e adolescentes, os desafios estruturais enfrentados pelos conselheiros tutelares, a articulação interinstitucional no Sistema de Garantia de Direitos e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à infância e adolescência em todo o território nacional.

Os convidados e participantes serão indicados oportunamente, assegurando-se a participação de representantes do poder público, do sistema de justiça, de especialistas, de conselheiros tutelares e da sociedade civil organizada.

JUSTIFICAÇÃO

Os Conselhos Tutelares constituem órgãos permanentes e autônomos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, atuando diretamente na linha de frente da proteção integral.



Apesar de sua centralidade no Sistema de Garantia de Direitos, os Conselhos Tutelares enfrentam desafios recorrentes, tais como insuficiência de estrutura física e tecnológica, carência de capacitação continuada, sobrecarga de demandas, fragilidades na articulação com as redes de saúde, educação, assistência social e segurança pública, além de assimetrias regionais que comprometem a efetividade de sua atuação.

A promoção de um seminário nacional no Senado Federal, sob a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, reveste-se de especial relevância institucional, ao proporcionar um espaço de escuta qualificada, troca de experiências e formulação de propostas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares como instrumentos essenciais da política pública de proteção à infância.

A temática dialoga diretamente com as competências regimentais da CDH, especialmente no que se refere à defesa dos direitos humanos, à proteção de grupos vulneráveis e ao acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes, público que detém prioridade absoluta nos termos do art. 227 da Constituição Federal.

Além disso, o seminário permitirá consolidar o Senado Federal como espaço de articulação nacional em torno da infância e adolescência, contribuindo para o aprimoramento legislativo, o fortalecimento institucional dos Conselhos Tutelares e a promoção de respostas mais eficazes às violações de direitos que atingem crianças e adolescentes no Brasil.

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



20



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Registro Civil de Nascimento e a Garantia de Direitos na Infância, enquanto pilar estruturante da cidadania, da proteção integral e da prevenção de graves violações de direitos humanos.

A audiência buscará abordar o tema de forma ampla, considerando a população em geral, com recorte específico para crianças e adolescentes, destacando o registro civil como condição indispensável para o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social, identidade, nacionalidade e participação cidadã, bem como sua relevância na prevenção de situações de sub-registro, apatridia, tráfico de pessoas, desaparecimento de crianças, adoção ilegal e outras violações correlatas.

Os convidados serão indicados e convocados oportunamente, assegurando-se a participação de representantes do poder público, de especialistas, de organismos internacionais e da sociedade civil organizada, de modo a garantir o caráter plural, técnico e intersetorial do debate.



JUSTIFICAÇÃO

O Registro Civil de Nascimento (RCN) constitui o primeiro ato de reconhecimento jurídico da pessoa pelo Estado, sendo condição essencial para o exercício da cidadania e para a efetivação dos direitos humanos desde a infância. A inexistência do registro priva crianças do acesso a políticas públicas básicas e as expõe a situações extremas de vulnerabilidade, incluindo tráfico de pessoas, desaparecimento, exploração, adoção ilegal e apatrida¹.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, o enfrentamento ao sub-registro civil foi fortalecido a partir da instituição do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, formalizado pelo Decreto nº 10.063/2019, que impulsionou a criação de instâncias de governança, a articulação federativa e a implementação de medidas estruturantes, como unidades interligadas em maternidades e a modernização dos sistemas de identificação civil².

Como resultado desses esforços, o Brasil alcançou, em 2023, a menor taxa de sub-registro da série histórica, com índice aproximado de 1,05%, e todas as regiões do país superando 97% de cobertura de registro de nascimento. Ainda assim, persistem desafios relevantes, sobretudo entre populações em situação de maior vulnerabilidade social³.

Fatores como isolamento geográfico, pobreza extrema, dificuldades de deslocamento até cartórios, barreiras culturais e falta de acesso aos meios digitais continuam a impactar o acesso ao registro civil, especialmente entre populações indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas e moradores de áreas remotas, exigindo respostas contínuas e intersetoriais do Estado⁴.

Além de seu papel na garantia de direitos individuais, o registro civil é instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas, permitindo



planejamento estatal adequado, produção de estatísticas confiáveis e integração entre sistemas de saúde, educação, assistência social e justiça.

A ausência de documentação compromete não apenas o indivíduo, mas a própria capacidade do Estado de proteger e promover direitos⁵.

Nesse contexto, a realização de audiência pública no âmbito da CDH mostra-se necessária para aprofundar o debate sobre os avanços alcançados, os desafios persistentes e as estratégias futuras voltadas à universalização do registro civil de nascimento, reafirmando que o reconhecimento jurídico da pessoa desde o nascimento é condição essencial para o exercício do “direito de ter direitos”, fundamento basilar da cidadania e da proteção integral da infância.

¹ **Organização das Nações Unidas (ONU).** *Birth registration and the right to identity.* Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/birth-registration>

² **Brasil. Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019.** Institui o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10063.htm

³ **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** *Estatísticas do Registro Civil – 2023.* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html>

⁴ **UNICEF Brasil.** *Registro civil e garantia de direitos.* Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/registro-civil>



⁵ **Brasil. Constituição Federal de 1988.** Art. 227 – Proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves



21



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos da Menina, em alusão ao Dia Internacional da Menina (11 de outubro), instituído pela Organização das Nações Unidas, bem como os desafios, avanços e lacunas das políticas públicas voltadas à proteção integral de meninas no Brasil.

A audiência abordará o tema de forma ampla, considerando a população em geral, com recorte específico para meninas, especialmente no que se refere à prevenção da violência sexual e doméstica, à garantia do direito à educação, à saúde integral, à prevenção da gravidez precoce, à proteção no ambiente digital e ao fortalecimento das redes de cuidado familiar, comunitário e institucional.

Os convidados serão indicados e convocados oportunamente, assegurando-se a participação de caráter plural, técnico e intersetorial do debate.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Internacional da Menina, celebrado em 11 de outubro, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de reconhecer os direitos específicos das meninas e chamar a atenção da sociedade e dos



Estados para os desafios estruturais que afetam sua dignidade, segurança e desenvolvimento integral¹.

Meninas estão desproporcionalmente expostas a violências, incluindo violência sexual, exploração, casamento e gravidez precoce, além de enfrentarem barreiras no acesso à educação, à saúde e à proteção social. Tais fatores comprometem o pleno exercício de seus direitos humanos e perpetuam ciclos de desigualdade e exclusão².

No Brasil, a proteção integral de crianças e adolescentes encontra fundamento constitucional no art. 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Ainda assim, meninas enfrentam desafios específicos que exigem políticas públicas direcionadas e intersetoriais, capazes de articular saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública³.

Aspectos como a prevenção da gravidez na adolescência, a proteção contra a violência sexual, o enfrentamento da evasão escolar e a segurança no ambiente digital têm impacto direto sobre a trajetória de vida das meninas e demandam respostas institucionais baseadas em evidências e na escuta qualificada⁴.

A realização de audiência pública no âmbito da CDH permitirá promover um debate qualificado e intersetorial, reunindo poder público, organismos internacionais, especialistas e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos Direitos da Menina, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral e com a redução das desigualdades, desde a infância.

¹ **Organização das Nações Unidas (ONU).** *International Day of the Girl Child – 11 October.* Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/girl-child-day>

² **UNICEF**. A situação das meninas no mundo. Disponível em: <https://www.unicef.org/gender-equality/girls>

³ **Brasil. Constituição Federal de 1988**. Art. 227. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html

⁴ **UNICEF Brasil**. Direitos das meninas e igualdade de gênero. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/igualdade-de-genero>

Sala da Comissão, de de .

Senadora Damares Alves

